



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA  
BÁSICA

JOÃO LUCIO MAZZINI DA COSTA

**O HIGIENISMO NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE ENTRE 1890 E 1900**

BELÉM - PA  
2020

JOÃO LUCIO MAZZINI DA COSTA

**O HIGIENISMO NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE ENTRE 1890 E 1900**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica.

Área de concentração: Educação Básica

Linha de Pesquisa: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica

Orientador: Prof. Dr. Alberto Damasceno

BELÉM - PA  
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

D111h da Costa, João Lucio Mazzini.  
O Higienismo na instrução publica paraense entre 1890 e 1900 /  
João Lucio Mazzini da Costa. — 2021.  
108 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Alberto Damasceno  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Belém, 2021.

1. História da educação no Pará. Higienismo. I. Título.

CDD 907

---

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Alberto Damasceno (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica - PPEB  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Nazaré Sarges (Examinadora Interna)  
Programa de Pós-Graduação em História - PPHIST  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Prof. Dr. Sidney Lobato - (Examinador Externo)  
Programa de Pós-Graduação em História- PPGH  
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

*Aos meus familiares que conseguiram sobreviver à Covid-19, aos servidores do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), às pessoas que compõem o Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM) e a Ana Claudia Mendonça.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos e a todas que auxiliaram de modo direto e indireto na feitura desta dissertação. Em especial ao Professor Doutor Alberto Damasceno, meu orientador, e aos professores e às professoras do NEB.

*Estas aulas são dedicadas à ideologia e à utopia. Eu me proponho a reunir num mesmo quadro conceitual estas duas noções para as quais é usual oferecer tratamento em separado. A hipótese subjacente é que a conjunção de dois aspectos assim opostos, ou de duas funções complementares, constitui um exemplo do que poderíamos denominar uma “imaginação social cultural”.*

*(Paul Ricoeur, A ideologia e a utopia, 2017, p. 15).*

## RESUMO

A partir do âmbito da História da Educação do Pará, tratamos nesta pesquisa do higienismo na educação republicana paraense. Nosso objeto de estudo consiste no processo de implantação do higienismo na instrução primária do Pará, entre os anos de 1890 e 1900. O problema que buscamos responder é: como se deu o processo de implantação do higienista na instrução pública paraense entre 1890 e 1900? Assim, o objetivo foi analisar o processo de implantação do higienismo na instrução pública paraense por meio de uma pesquisa histórica documental, subsidiada pela técnica de análise de conteúdo. Discorremos sobre os primórdios do higienismo e sua implantação no Pará, além de abordarmos tanto sua inserção na Instrução Primária, que se deu por meio das várias legislações educacionais decretadas pelo governo republicano paraense, quanto seus impactos na sociedade paraense republicana. O estudo revelou que foi aplicada de forma insuficiente e constituiu-se, fundamentalmente, como peça de propaganda dos republicanos, representando meio de controle social e de convencimento da população paraense a respeito da superioridade do regime republicano em relação à monarquia.

**Palavras-chave:** Higienismo. Instrução Primária. Legislação Educacional. Primeira República. Pará.

## ABSTRACT

This research falls within the scope of the History of Education of Pará, having as its subject of study the hygienist in the republican education of Pará. Its object of study is the process of implanting in primary education in Pará, between the years 1890 and 1900 and the problem we sought to answer was how the process of implantation of hygienist in Pará's public education took place between 1890 and 1900. For that, our objective was to analyze the process of implantation of the hygienist in the public education of Pará through a historical documentary research, subsidized in the technique of content analysis. In its development, we discussed the beginnings of hygienism and its implementation in Pará, in addition to addressing its insertion in Primary Education, which took place through the various educational legislation enacted by the Para republican government and its impacts on the republican paraense society. The study revealed that the aforementioned doctrine was insufficiently applied and constituted more as a piece of propaganda by the Republicans, a means of social control and convincing the people of Pará of the superiority of the Republican regime in relation to the monarchy.

**Keywords:** Hygienism. Primary Education. Educational Legislation. First Republic. Pará.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Moradia dos caboclos no rio Guamá .....	85
<b>Figura 2</b> - Vista do Igarapé das almas. Baixadas .....	87
<b>Figura 3</b> - Coleta de água em fonte pública, próximo ao liceu Paraense. Praça da Bandeira .	88
<b>Figura 4</b> - Periferia de Belém. Largo de São Braz .....	88
<b>Figura 5</b> - Periferia de Belém. Av. Ceará .....	89
<b>Figura 6</b> - Meninos em idade escolar. Dois descansam enquanto o outro vende jasmims, possivelmente descalços .....	94

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Resultado dos trabalhos obtidos no Acervo Capes .....	19
<b>Quadro 2</b> - Teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	33
<b>Quadro 3</b> - Legislações educacionais .....	46
<b>Quadro 4</b> - Unidades de registro acerca do higienismo na legislação educacional paraense entre 1890 e 1899 .....	66
<b>Quadro 5</b> - Exemplares editados (1891-1895) .....	81
<b>Quadro 6</b> - Estatística de óbitos (1892).....	85

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>Problema e objetivos.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2</b>	<b>Revisão bibliográfica .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>OS PRIMÓRDIOS DO HIGIENISMO E SUA IMPLANTAÇÃO NO PARÁ.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1</b>	<b>Os governos Justo Chermont (1890-1891), Lauro Sodré (1891-1897) e Paes de Carvalho (1897-1901) na reforma da instrução pública .....</b>	<b>41</b>
2.1.1	A República no Pará .....	44
2.1.2	O Governo de Justo Chermont (1890-1891) .....	49
2.1.3	O Governo de Lauro Sodré (1891-1897).....	57
2.1.4	O Governo de Paes de Carvalho (1897-1901).....	60
2.1.5	Considerações particulares aos decretos.....	61
<b>3</b>	<b>OS DISPOSITIVOS HIGIENISTAS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: PRESCRIÇÕES E PRÁTICAS SUGERIDAS .....</b>	<b>65</b>
<b>3.1</b>	<b>Quanto a alunos e alunas .....</b>	<b>75</b>
<b>3.2</b>	<b>A imprensa pedagógica .....</b>	<b>80</b>
<b>3.3</b>	<b>Professores.....</b>	<b>95</b>
<b>3.4</b>	<b>Estrutura das escolas.....</b>	<b>96</b>
<b>3.5</b>	<b>A organização do ensino.....</b>	<b>98</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX, 2007, p. 47).*

Esta dissertação insere-se no campo da História da Educação do Pará, tendo como tema de estudo o higienismo na educação republicana paraense e por objeto, o processo de implantação na instrução primária do Pará, entre os anos de 1890 e 1900.

O interesse por este tema de pesquisa surgiu a partir de observações realizadas há dois anos no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), quando, na qualidade de servidor da instituição, fui designado para coordenar o projeto de Elaboração de Catálogos de Pesquisa<sup>1</sup> na área da Educação e Cultura, que consistia em produzir verbetes<sup>2</sup> referentes aos Fundos da Instrução Pública no período de 1890-1930.

Ler os documentos destes fundos me permitiu conhecer o ensino primário e o secundário, o dia a dia das instituições escolares, a dimensão administrativa da Diretoria Geral da Instrução Pública, os problemas enfrentados pela administração, as solicitações e/ou abaixo-assinados e, por fim, outros assuntos presentes ao longo da data-limite<sup>3</sup>. Como historiador, estava diante de um rico material que poderia dar válida contribuição para o conhecimento da História da Educação no Estado. Todavia, sentia que me faltava um aporte teórico que orientasse a leitura e posterior aprofundamento acadêmico na área da Educação.

Com vistas a preencher esta lacuna, comecei a frequentar as reuniões do Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM), grupo de pesquisas vinculado institucionalmente ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB-UFPA). Neste ambiente acadêmico, pude conhecer e realizar a leitura de textos que abordavam o higienismo e a educação, tais como *A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos no Pará (1891-1912)* (VIANA, 2015) e *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres* (PATTO, 1999). Uma referência considerada decisiva para a compreensão do fenômeno em estudo está em Schwarcz (1993), que discute a questão racial no Brasil naquele período.

Essas leituras me permitiram conhecer como foram criados, pelos intelectuais e representantes do Estado, mecanismos de controle sobre as pessoas por meio das práticas de

---

<sup>1</sup> Instrumento de pesquisa à disposição dos interessados, em que o consulente, possivelmente, encontra o assunto de seu interesse no espaço e tempo.

<sup>2</sup> São informações mínimas indispensáveis sobre um determinado assunto, situado no espaço e tempo.

<sup>3</sup> Data-limite é o período de tempo em que está inserido um determinado fundo.

higiene pessoal e coletiva, quando difundiram exemplos de costumes para influenciar as pessoas a mudarem seu comportamento. Nesse contexto, a instrução foi um dos mecanismos utilizados para a disseminação do higienismo.

As leituras levaram à possibilidade de interrogar melhor o objeto de estudo, de modo a perceber o quão relevante esta dissertação é para a compreensão da História da Educação no Pará. Assim, entender os mecanismos ideológicos, políticos, culturais, econômicos que serviram como indutores à promoção do higienismo na Instrução Pública levada a cabo no Pará constitui-se como importante passo para a construção da História da Educação paraense na Primeira República. Além disso, revela necessidade de mais estudos que tratem da relação entre o Higienismo e a Instrução Primária na Primeira República no Pará.

O conceito de higiene utilizado nessa dissertação é o proposto por Góis Jr. (2002, p. 48): “uma área do conhecimento da Biologia com objetivo de melhorar a qualidade de vida humana, prevenir doenças, aprimorar saúde, descobrir cientificamente os melhores hábitos para a defesa da saúde individual e coletiva”. Para Góis Jr. (2007) o movimento higienista chega ao Brasil entre meados do século XIX e início do século XX e

Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Convencionou-se chamá-lo de “movimento higienista” (Soares, 1990) ou “movimento sanitarista” (Hochman, 1998). Este movimento tem uma idéia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso talvez principal da Nação (Rabinbach, 1992).

Preconizando normas e hábitos que colaborariam com o aprimoramento da saúde coletiva e individual, o “movimento higienista” era altamente heterogêneo sob o ponto de vista teórico (nos seus fundamentos biológicos e raciais) e ideológico (liberalismo e antiliberalismo) (GÓIS JR., 2002, p 51).

Um aspecto dessa realidade a ser explorado foi a utilização do higienismo por intelectuais, médicos e professores na perspectiva de participar na criação de um país novo, e no caso presente, que levasse o Brasil a entrar no rol dos países que, na transição do século XIX e XX, eram considerados como desenvolvidos e civilizados. Isso se dava porque o país, na transição do modo de produção escravista para o mundo capitalista, precisava deixar os modos e usos que caracterizavam a sociedade brasileira como rural e escravista. Eram necessários novos hábitos e usos – assim, as pessoas deveriam saber se portar à mesa, comer com etiqueta adequada nos restaurantes e em casa, tratar as pessoas com os pronomes adequados à vida em sociedade (ROQUETTE, 1997).

A respeito das correntes higienista existentes na primeira metade do século XX, a principal característica era a que, “o ‘movimento higienista’ compunha-se de uma frente

ampla que abrigava várias posições políticas, que iam da esquerda para a direita, e vários métodos de intervenção, que iam da democratização da educação e da saúde à regulamentação de casamentos, esterilização, segregação (corrente da Eugenia)” (GÓIS JR, 2002, p. 49).

Apesar dessa diferenciação, Góis Jr. (2002, p. 50) nos apresenta as seguintes correntes que atuaram no Brasil: “[...] as teorias da Antropologia Física (corrente etnológico-biológica), do darwinismo social, de Galton, Lamarck, e dos interventores sociais”. A primeira corrente era a etnológica-biológica, que difundia em seus escritos a existência de raças superiores e inferiores, em que a raça branca era superior à negra e à amarela.

A segunda, também conhecida como “eugenista”, tinha em seu horizonte as ideias de seleção natural, teoria criada pelo naturalista Charles Darwin<sup>4</sup> no final do século XIX, que acreditava na existência de espécies de animais e plantas fortes e fracas na natureza (GÓIS JR., 2002). De acordo com este autor, os higienistas dessa corrente trouxeram este pensamento para explicar as raças humanas (branca, amarela e negroide) e acreditavam que a raça mais apta para comandar o mundo era a raça branca.

Góis Jr. (2002, p. 50) aponta que:

Esta teoria fundamentou a campanha de embranquecimento do Brasil, sob o argumento de que a alta mortalidade dos negros se devia a sua inferioridade, e que a mistura de raças com tendência de embranquecimento faria o elemento negro desaparecer do país. Afrânio Peixoto, por exemplo, era um dos defensores dessa tese. Por outro lado, não poderíamos dizer que este autor e outro eram darwinistas sociais *stricto sensu*, pois apostavam na mistura de raças, o que era condenado pelos darwinistas sociais.

No Brasil, relatos históricos evidenciam os higienistas eugenistas<sup>5</sup> em um movimento contra a mistura entre etnias no país, chegando ao extremo de propor a incorporação, à legislação que regia a Saúde Pública, do fim do casamento entre pessoas de raças diferentes no país. Propugnavam ainda, nos congressos de higienistas, a esterilização das pessoas consideradas pelos médicos como loucas, cujo tratamento sugerido era a internação nas casas de manicômio. Acreditavam também que, com o tempo, a raça branca, proveniente da Europa, poderia transformar o Brasil em um país industrializado e civilizado, e que sua principal contribuição para a “melhoria” do país foi um incentivo ao governo brasileiro em receber imigrantes europeus a fim de embranquecer a nação.

---

<sup>4</sup> Charles Robert Darwin foi um importante naturalista inglês, conhecido por sua contribuição no entendimento da evolução das espécies (BRASIL ESCOLA, [2020], on-line).

<sup>5</sup> Eugenia consiste em uma série de crenças e práticas cujo objetivo é o de melhorar a qualidade genética da População (SIGNIFICADOS, [2020], on-line).

A terceira corrente, a “intervencionista social”, tem em Belisário Penna o seu maior precursor (GÓIS JR, 2002). Membros dessa corrente acreditavam que o governo federal e os estaduais deveriam ter políticas públicas para sanear as cidades do país, investindo no calçamento das ruas, instalação de água tratada e encanada nas casas, tratamento dos esgotos das residências e, por fim, deveriam dotar as cidades de áreas de lazer, como parques e praças.

Defendiam também a educação da população por meio da construção de escolas, onde as crianças, aprendendo as práticas higienistas, poderiam posteriormente dar o exemplo em seus lares para que ocorresse a mudança de hábitos dos mais velhos – que não eram higiênicos, algo que não permitia a conservação da saúde.

Analisando os intervencionistas no combate aos eugenistas no cenário brasileiro, Góis Jr. (2002, p. 48) afirmou que o embate se baseava em dois passos: “o primeiro passo tomado foi criticar a situação de abandono e, depois, negar a inferioridade biológico-racial do povo brasileiro, incapacitado para o trabalho moderno por questões sociais, e não por sua condição etno-biológica”. Viana (2015) concorda com a divisão proposta pelo autor e destaca que a corrente eugenista foi adotada como base para a introdução de disciplinas no currículo escolar paraense. Citando os estudos de França (2004) e Moraes (2011), Viana defende que

os ideários higienista e eugenista foram adotados na tentativa de justificar a introdução de disciplinas no currículo escolar do Pará que abarcaram conteúdos de saúde e de higiene. Essa tendência esteve presente em todos os Estados brasileiros durante o período que abarca o fim do século XIX e início do século XX (VIANNA, 2015, p, 23).

Para o entendimento do fenômeno, o período do estudo proposto leva em consideração três dimensões que são interligadas e que lhes dão uniformidade. A primeira é jurídica, na qual o higienismo é sistematizado na legislação educacional surgida a partir da reorganização da Instrução Pública no ano de 1890<sup>6</sup>. O higienismo era parte da disciplina Educação Física e de outras disposições legais que são o marco que baliza o momento de maior amplitude do higienismo na instrução pública. O marco final da dimensão jurídica é o Decreto nº 625 de 2 de junho de 1899 (PARÁ, 1899), promulgado pelo governador Paes de Carvalho, que recriou a ginástica ao lado da disciplina Educação Física<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Foi no governo de Justo Chermont (1889-1891) que ocorreu a primeira reorganização da Instrução pública no Período Republicano.

<sup>7</sup> “Artigo 85. Nos grupos escolares que forem criados será estabelecido o regime e método de ensino das escolas-modelo, sendo os alunos divididos em cursos, confiados estes à regência de professores especiais, que serão auxiliados pelos adjuntos precisos. § Único. O ensino dos trabalhos manuais, ginásticas e exercícios militares, será ministrado pelos próprios professores do grupo aos respectivos cursos”.

A segunda dimensão é local, que dará uniformidade à periodização proposta. Diz respeito aos lugares onde foram aplicadas as legislações educacionais que continham o higienismo, surgidas a partir do ano de 1890. Foi o espaço das Casas Escolas<sup>8</sup>, instituições primárias que funcionavam nas casas dos(as) professores(as) ou em imóveis alugados pelo governo. São edificações que não foram planejadas e construídas de acordo com as normas que o higienismo recomendava nem possuíam estrutura adequada para as atividades escolares, principalmente as da educação física<sup>9</sup>.

A partir do ano de 1899/1901, esse modelo de escola primária entra em declínio. Foi quando o governo do Pará iniciou a construção de imóveis tanto na capital quanto no interior do estado para servirem como escolas primárias, os quais foram chamados de Grupos Escolares<sup>10</sup>.

Por fim, a terceira dimensão é a político-administrativa, cujo período proposto encontra-se delimitado na última década do século XIX e apresenta como marco a crise do regime monárquico e a implantação da República. O período de uma década permite entender os mecanismos legais que ajudaram a República a se consolidar no Pará, abarcando as ações das gestões dos governadores Justo Chermont (1889-1891), Lauro de Nina Sodré (1891-1897) e Paes de Carvalho (1897-1901).

Um outro componente que ajuda a situar a definição da periodização é a economia, que era composta da agricultura, pecuária e do extrativismo, principalmente da borracha. A inserção do Pará no mercado internacional ocorreu de forma subordinada aos países compradores da borracha, que monopolizavam a demanda, estabelecendo assim o preço do quilo da borracha paga aos vendedores. É neste momento, nessa periodização proposta, que ocorre uma tentativa de “modernizar” a sociedade paraense e amazônica apresentada pelos governos republicanos. Enfim, sobre a periodização, concordamos com Glénisson, que assim se expressa:

Se nada acaba ou principia de maneira absoluta, isto se dá, em parte porque “a trama da história é complexa: compõe-se de elementos muito diversos - políticos, econômicos, intelectuais, religiosos, morais. A evolução de todos estes elementos não segue o mesmo passo. Os resultados de uma revolução não se fazem sentir, de uma só vez, em todos os sentidos”. Decorre daí um novo problema: o da importância relativa destes variados fatores- de sua

---

<sup>8</sup> Termo utilizado pela historiadora Irma Rizzini (2004, p. 48) para designar as escolas primárias.

<sup>9</sup> No relatório apresentado ao governador Justo Chermont a esse respeito, José Veríssimo afirmou que solicitou à Intendência Municipal de Belém a permissão para que as atividades de Educação Física fossem realizadas nas praças de Belém.

<sup>10</sup> Nessas edificações, possivelmente alguns dos princípios higienistas estiveram presentes, embora o Decreto de n. 625, de 2 de junho de 1899, tenha acabado com a disciplina Educação Física, na qual estava o conteúdo do higienismo ministrado aos alunos e alunas.

hierarquia- na definição das características de uma época ou de um período (GLÉNISSON, 1991, p. 56).

Portanto, são essas as características que dão uniformidade à periodização proposta (1890-1900) e que a diferenciam da época imperial e da posterior.

### 1.1 Problema e objetivos

Por entender que “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais” (MINAYO, 2002, p. 18), colocamos aqui o seguinte problema: Como se deu o processo de implantação do higienismo na instrução pública paraense entre os anos de 1890 e 1900? Nesta linha de raciocínio, em termos de questões norteadoras, perguntamo-nos: Quais foram os marcos normativos do higienismo na legislação educacional republicana? Qual concepção de higiene e de higienismo estava presente na legislação educacional? E quais eram as prescrições e práticas pedagógicas de conteúdo higienista nos marcos normativos da legislação educacional?

Para alcançar nosso intento, estipulamos como objetivo geral: analisar o processo de implantação do higienismo na instrução pública paraense. Como objetivos específicos nos propomos a: a) identificar os marcos normativos do higienismo na legislação educacional republicana; b) compreender as concepções de higiene e higienismo presentes na legislação educacional; e c) identificar as prescrições e práticas pedagógicas de conteúdo higienista nos marcos normativos da legislação educacional.

Quanto ao levantamento de fontes e à revisão bibliográfica no acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA), como resultado das pesquisas relacionadas ao presente objeto de estudo obtivemos duas teses de doutoramento e duas dissertações de mestrado que abrangem o período estudado. Na tese de doutorado *O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira República: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”*, de Sousa (2019), a autora explica por que motivos a mobília escolar não constituiu um marco desenvolvimentista na instrução pública primária no Pará.

A outra tese é *A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos periódicos no Pará (1891-1912)*, de Viana (2015), em que a autora estuda a relação entre Higienismo e Educação, tomando como ponto de partida as contribuições que os periódicos médicos e educacionais tiveram na implantação do Higienismo na Instrução

Pública no Estado. A dissertação de mestrado de Moraes (2011), intitulada *A Educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1891-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana*, estuda a concepção político-educacional originada das críticas dos republicanos à política e à educação no Império, observando as mudanças efetivadas na reforma do ensino do governo provisório com a finalidade educacional de formar cidadãos comprometidos com o regime republicano a partir da infância.

Na dissertação de Barroso (2005), *Educação e cidadania no republicanismo paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889-1897*, são analisadas as concepções de cidadania na Instrução Pública no Pará no governo provisório (1889-1891) e no primeiro governo constitucional de Lauro Sodré (1891-1897).

No catálogo da Universidade do Estado do Pará (UEPA), foram encontradas três dissertações de mestrado que versam sobre temáticas e transitam pelo ideário higienista.

A dissertação de mestrado de França (2012), *História da educação física no ensino primário no Estado do Pará (1889-1900)*, discute a inserção da educação física no currículo da instrução pública paraense, enfocando os métodos que orientaram suas práticas, assim como as mudanças econômicas, políticas e educacionais ocorridas na época.

A dissertação de Silva (2015), *Educação física no ensino público primário no Pará (1890-1930): prescrições e prática*, analisou, em âmbito pedagógico e organizacional, as atividades físicas e práticas educativas configuradas nessa disciplina.

A dissertação de mestrado *Arte de civilizar: a educação cívico-patriota na revista 'A Escola' e na 'Revista de Ensino' no Pará Republicano (1900-1902)*, de Santos (2018), analisa os saberes, as práticas cívicas e as patrióticas que circularam nas publicações *A Escola e Revista de Ensino*. Ao descrever conhecimentos destinados às escolas primárias no Pará republicano dos anos de 1900 a 1912, a pesquisa buscou identificar o ideário cívico-patriótico que circulou nesses periódicos.

Outra referência foi ainda a tese de doutorado de França (2004), *José Veríssimo (1857-1916) e a educação brasileira republicana: raízes da renovação escolar conservadora*, defendida na Universidade Estadual de Campinas, em que a autora explica a participação de José Veríssimo na reforma da educação republicana.

Não poderíamos deixar de comentar sobre a tese de doutorado de Rizzini (2004), *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual a autora descreve a instrução pública que se tinha para as crianças índias e pobres naquele período, desta forma contribuindo para o entendimento do período anterior à república.

Por fim, no portal Capes, a pesquisa foi efetuada no seu banco de dados, escolhendo a opção por assunto com as palavras-chave “Educação” e “Higienismo”. Foram encontrados 47 trabalhos, dos quais foram selecionados os seguintes:

**Quadro 1** - Resultado dos trabalhos obtidos no Acervo Capes

<b>Autores/as (ano)</b>	<b>Título</b>
ABREU JÚNIOR; CARVALHO (2012)	<i>Relações entre educação, higiene, moral e patriotismo na I Conferência Nacional de Educação (1927)</i>
MORAES JÚNIOR; CARVALHO (2012)	<i>O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX</i>
MILAGRES; SILVA; KOWASKI (2018)	<i>O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos</i>
ROCHA (2009)	<i>Entre ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil</i>
SOUSA; ARAÚJO (2016)	<i>José Veríssimo e o projeto de Educação Nacional sobre a influência do higienismo</i>
GOELLNER (2010)	<i>Educação física, ciência e saúde: notas sobre o acervo do Centro de Memória do Esporte (UFRGS)</i>
VALENTIM; PEREIRA; LEITE (2016)	<i>A Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal e sua adesão aos projetos eugênicos e higiênicos da Primeira República brasileira</i>
VIVEIROS (2018)	<i>A infância pobre e sua assistência no século XX</i>
ROCHA (2011)	<i>Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo</i>
VIVEIROS (2016)	<i>A assistência à infância pobre</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 1.2 Revisão bibliográfica

Diante das teses e dissertações que possuem aproximação com a pesquisa, em termos de período (a última década do século XIX) e de temática (instrução pública), é necessário agora entender a extensão da contribuição deste trabalho para história da educação no Pará, marcadamente na Primeira República., algo que se processa na aproximação e no distanciamento com o objeto de pesquisa desta dissertação.

Acreditamos que o livro *O espetáculo das raças*, da historiadora Schwarz (1993) fornecerá subsídios para a comparação, pois a autora trabalhou com: o higienismo; as faculdades de medicina e direito; os museus; os homens da ciência; as correntes raciais entre os anos de 1870 a 1930, período de transição do regime monárquico a República, detendo-se na Primeira República. A obra abarca período e temas próximos ao das dissertações e teses aqui comentadas.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil era visto como um país multirracial, resultante da mistura das raças – os europeus, os africanos e os nativos da terra. Desse

cruzamento, surgiram tipos específicos como o mulato<sup>11</sup>, o cafuzo<sup>12</sup> e o curiboca<sup>13</sup>. A imagem da mistura foi apresentada na Europa através dos viajantes, comerciantes, representantes dos consulados, religiosos e pesquisadores. Os últimos da lista eram conhecidos como naturalistas, eram representantes de museus de história natural e instituições científicas que vinham ao Brasil, a fim de estudar e coletar espécimes da flora e fauna para comporem os acervos de história natural destas instituições<sup>14</sup>.

Se o país era visto dessa maneira na Europa, aqui no Brasil tinha-se uma situação complexa em relação à mistura das raças. O fim do tráfico negreiro em 1850 foi o golpe decisivo no sistema escravista, que durou mais de 300 anos no Brasil e que regulava todos os aspectos da vida no país. A questão a se apresentar para a elite branca que governava o Brasil foi: o que fazer com os ex-escravos? Havia duas saídas; uma era aceitar que os negros deveriam ser reconhecidos como súditos do imperador e depois, como cidadãos da República. A outra era dar-lhes uma existência à margem da cidadania, considerando-os como cidadãos de segunda categoria<sup>15</sup>.

A questão racial foi resolvida para a elite branca brasileira a partir do momento em que incorporou ao ideário político, social, cultural brasileiro as teorias raciais produzidas na Europa para explicar a posição da elite branca em questão,

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam como modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo a conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

As teorias raciais de base “científica” chegaram ao Brasil no final do século XIX, trazidas de diversas maneiras, especialmente através de brasileiros que estudaram na Europa ou que participavam de colóquios, congressos internacionais de museus, universidades e

---

<sup>11</sup> Pessoa cuja ascendência provém da mistura entre brancos e negros; quem tem o pai negro e a mãe branca, ou vice-versa. Quem possui a cor acastanhada (MULATO, [2020], on-line).

<sup>12</sup> Aquele que provém da mistura de negro e índio; quem tem o pai negro e a mãe índia, ou vice-versa (CAFUZO, [2020], on-line).

<sup>13</sup> Mameluco, mestiço de branco com índio; caboclo, cariboca (CURIBOCA, [2020], on-line).

<sup>14</sup> A publicação e leitura dos diários de campo dos viajantes a respeito da mistura de raças que caracterizava o país despertava um interesse grande em pesquisadores, no público leitor de jornais e nos frequentadores das academias de ciências espalhadas nos países europeus.

<sup>15</sup> O certo é que o imperador Pedro II aprovou uma indenização financeira aos proprietários dos escravos quando estes foram libertos pela lei do dia 13 de maio de 1888. Os libertos pela lei nada receberam de ajuda para o momento após o fim do cativo.

entidades científicas. A ciência que chega a nós não é de caráter experimental, ou seja, aquela em que os resultados são obtidos através da repetição de experimentos. Antes, tratava-se daqueles conhecimentos provenientes de revistas, matérias de jornais, tratados, opúsculos. Para Schwarcz (1993, p. 37), “o que se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas”.

O evolucionismo entendia que as raças não eram unitárias, ou seja, surgiram em diferentes lugares do globo; o branco era indo-europeu, o negro, da área africana e os amarelos, do continente asiático. A partir desta notação, explicavam que cada raça tinha componentes próprios que lhes davam suas características. Ao constatarem que a raça branca tinha estabelecido a dominação econômica, política e militar no planeta, intuíram a existência de raças mais aptas a dominar e governar. Para que a raça branca mantivesse as características que lhe permitiram exercer o domínio no planeta, era necessário evitar o cruzamento racial. Este saber das raças:

implicou, por sua vez, um “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada de darwinismo social – a eugenia-, cuja meta era intervir na reprodução das populações. O termo “eugenia” -eu: boa; genus: geração (SCHWARCZ, 1993, p. 78).

O darwinismo social foi a extensão dos conhecimentos contidos no livro *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin (E-BIOGRAFIA, [2020], on-line), em especial da teoria da evolução das espécies que foi utilizada na explicação do funcionamento da sociedade humana. A teoria da seleção natural explica a sobrevivência de indivíduos, das espécies de plantas e animais devido ao desenvolvimento de características únicas que lhes permitiam sobreviver e se reproduzir de forma consistente. Com o passar dos tempos, essas características adquiridas eram transmitidas aos descendentes. Os indivíduos e as espécies que não se adaptaram às transformações não evoluíram e vieram a sucumbir. O estudo dos fósseis<sup>16</sup> é uma das provas da existência da seleção natural. O raciocínio a respeito da evolução natural foi transposto para a sociedade humana, e a explicação dizia que só as raças mais aptas são preparadas para governar as demais fracas.

É essa teoria que os intelectuais, cientistas, propagandistas, militares, engenheiros, empresários, professores, clérigos, médicos, advogados, políticos e jornalistas no Brasil utilizaram para explicar a questão racial no país. Um dos centros de difusão no Brasil foram

---

<sup>16</sup> São restos ou vestígios preservados de animais, plantas ou outros seres vivos em rochas, como moldes do corpo ou partes deste, rastros e pegadas (SÓ BIOLOGIA, [2020], on-line).

as faculdades de medicina localizadas no Rio de Janeiro e Salvador. Os médicos das faculdades na segunda metade do século XIX entendiam que:

Na ótica médica o objetivo era curar um país enfermo tendo como base um projeto médico-eugênico amputando a parte gangrenada do país, para que restasse uma população de possível “perfectibilidade”. [...] O tema racial é ainda relevante, pois integra o arsenal teórico de ambas as escolas. Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças (SCHWARCZ, 1993, p. 78).

Cabia ainda aos médicos eliminar as doenças que grassavam no Brasil, como a cólera, a varíola, beribéri, malária, febres palustres, lepra e sarampo; ao menos neste item, o país poderia ser considerado moderno e civilizado. No final do século XIX, o Brasil era considerado na Europa e nos EUA como um país dominado pelas doenças infectocontagiosas e cujas cidades cresciam e recebiam a população de imigrantes e migrantes, de modo que se tornava um barril de pólvora de doenças. Nesta medida,

Diante de um fenômeno iminente das grandes epidemias, o “remédio” era, de um lado combatê-las; de outro, evitá-las. Descobrir o antídoto quando o mal era irremediável era tarefa reservada aos novos “pesquisadores médicos”, que aceitaram o desafio de seu século apostando na cura destas moléstias. Impedir a proliferação do mal e o surgimento de novos surtos era, por outro lado, função dos higienistas e saneadores, que, atuando na comunidade, procuravam educar e prevenir. Papeis apenas formalmente diversos, na maioria das vezes ocupados pelas mesmas personagens, coube aos pesquisadores, aos higienistas e saneadores a difícil empresa de diagnosticar e medicar o Brasil, esse país doente (SCHWARCZ, 1993, p. 293-294).

Este é o quadro geral do Brasil no qual ocorreram as reformas da educação primária na Primeira República, com aspectos que foram abordados diretamente ou indiretamente pelas dissertações e teses aqui elencadas.

Vejamos agora o entendimento dos autores e das autoras das dissertações e teses a respeito das considerações feitas por Schwarz, numa relação do que se aproxima e se distancia de nosso objeto de estudo. Iniciaremos com os(as) autores(as) das teses de doutorado: França (2004); Viana (2015); Sousa (2019). Em seguida, faremos o mesmo com as autoras e autores das dissertações.

Em França (2004), o momento do surgimento do higienismo, as correntes raciais e as teorias de superação do atraso e formação do povo brasileiro são próximas de Schwarz.

As explicações de José Veríssimo sobre a República tinham como referência como já salientamos, o evolucionismo social absorvido no Brasil por meio de Herbert Spencer. [...] partia do princípio de que o desenvolvimento social do país era fruto de uma evolução natural, o que pressupunha uma adaptação cada vez maior do indivíduo ao ambiente social (FRANÇA, 2004, p. 62, 73).

As referências da passagem da monarquia para a república no Brasil têm similitudes que a ligam ao mesmo referencial.

Nesse contexto, assistimos ao surgimento de novos grupos sociais com interesses divergentes, que lutavam por maior participação política e econômica. Tais grupos, representados principalmente pelos fazendeiros do oeste paulista por elementos ligados a incipiente indústria brasileira, profissionais liberais e militares desejosos de fazer valer seus empreendimentos sobretudo econômicos, aliaram-se para pôr fim a esse regime político (FRANÇA, 2004, p. 49, 50).

França não tinha como objeto de pesquisa o higienismo na Instrução Primária, uma vez que sua abordagem privilegia a participação e contribuição do intelectual José Veríssimo para a Educação Nacional.

Viana (2015) é mais consistente sobre as questões que Schwarcz coloca, uma vez que a tese é sobre o higienismo, as raças e o papel da educação, abordando estas questões nos periódicos pedagógicos. A respeito da economia da borracha e da proclamação da república no Brasil e no Pará, a autora diz que

O advento da República no Brasil foi parte importante do processo durante o qual o país foi se constituindo enquanto nação. Para tanto, neste contexto surgiu a necessidade de adequar a legislação, a organização administrativa, e criar e/ou modificar as instituições públicas para atender aos objetivos colocados pelo novo regime. Para a realização de tal empreitada entraram em ação os intelectuais oriundos de uma elite que teve a oportunidade de aprender sobre os ideais liberais e positivistas, provenientes da Europa e USA que defendiam ser a educação parte essencial de um projeto nacional de configuração de um país civilizado e ordeiro (VIANNA, 2015, p. 98).

Embora tenha a proximidade com o nosso objeto de estudo, Viana não estudou os preceitos higienistas na instrução pública e a forma como foi implantada no período de 1890 a 1899. Já Sousa (2019) aproxima-se de Schwarz ao descrever e confrontar a situação da infância no Estado, cujo projeto era de ter uma raça forte,

De acordo com Alves (2013), no estado do Pará, no raiar do período republicano, o cenário da infância pobre na região amazônica era desolador, haja visto que a proliferação de inúmeras doenças era preocupante pelo alto índice de mortalidade infantil. A falta de higiene no estado era extremamente elevada, muitas crianças viviam em cortiços e lugares insalubres ao redor da cidade, fato preocupante e incompatível com a constituição de uma raça

forte e produtiva, desejável pelas novas políticas do projeto republicano no país (SOUSA, 2019, p. 88).

Sousa tem como objeto de estudo a mobília escolar e, portanto, não aborda de forma direta a relação da mobília com o higienismo nas legislações educacionais.

Entre as dissertações de mestrado, a de Moraes (2011) é mais completa, pois aborda as questões propostas por Schwarcz, a respeito das quais diz:

Na busca por analisar as diferenças entre as sociedades humanas, de modo a hierarquizá-las, entre superiores e inferiores, é que os cientistas europeus identificavam tais diferenças em termos biológicos, na verdade biologizantes, de caráter determinista, nos quais os aspectos fenóticos e físicos seriam os demarcadores de qualidades sociais, intelectuais, morais etc. dos indivíduos em sociedade (MORAES, 2011, p. 15).

Moraes não tem como seu objeto de estudo a proclamação da república no Brasil e no Pará nem o higienismo nas escolas primárias entre os anos de 1890 a 1900. Entendemos que a dissertação de França (2012) se atém às questões propostas por Schwarcz, sobre as quais diz:

Por meio de discursos que se aproximavam pela necessidade de construir um projeto modernizador para o Brasil, os quais tinham como centro a educação, os intelectuais acima referidos defendiam uma formação integral desse novo homem. Isto é se ocupar do intelecto, da moral e do físico como expressões de um homem moderno e conseqüentemente, de um país civilizado. Neste caso, ambos estavam afinados com o discurso da elite brasileira, ao trazer preconceitos, racismo e segregacionismo baseados nos preceitos liberais positivistas. E como representantes da elite brasileira cumpriam um papel importante no “jogo” político social brasileiro em geral e paraense em específico (FRANÇA, 2012, p. 53).

França analisa o surgimento e a implantação da república no Brasil e no Pará, recorrendo sobre a economia da borracha, por entendê-la como substrato que permitiu as reformas educacionais. Investigou as escolas primárias e as razões que dificultaram o exercício da disciplina. Não foram seu foco de pesquisa os dispositivos legais do higienismo na disciplina Educação Física no período de 1890-1900. Silva (2015) aborda as questões que Schwarcz explanou, em especial quando trata da questão racial, da proclamação da república no Brasil e da economia da borracha, apresentando conhecimentos sobre o higienismo na Escola Profissional Lauro Sodré e na Escola Normal. Os dispositivos legais do higienismo estabelecidos na disciplina educação física entre 1890 e 1900 não foram analisados nas legislações.

Em face do exposto, foi observado que, para se chegar ao conhecimento do processo de implantação do higienismo no ensino primário paraense, seria necessário desenvolvermos uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa histórica de caráter documental. Bloch (2001)

aponta a história como: “uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos. [...] Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados também, pela natureza própria de seus métodos” (BLOCH, 2001, p. 67-68).

Logo, o desenvolvimento deste trabalho se baseia na tese de que “a história deve primeiro *estar morta* na mente, nos corações e nos corpos das pessoas afetadas, para que possa então se erguer como ciência, tal qual uma fênix” (ASSMANN, 2018, p. 19). O pesquisador, porém, não deve ser apenas um cronista do passado, isto é, alguém que passa a anotar ano a ano os acontecimentos registrados nos documentos, para meramente os descrever. É necessário também que

não nos resign[e]mos mais a registrar [pura e] simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar [mesmo a contragosto], mais do que nunca se impõe um questionário. Este é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem-sucedida. [...] Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção (BLOCH, 2001, p. 78-79).

Por outro lado, segundo Assmann, a necessidade da História se dá quando “a comunicação entre épocas e gerações se interrompe, quando um dado repositório de conhecimento partilhado se perde” (2018, p. 17). Destaque-se então que a pesquisa histórica de caráter documental tem como objeto essencial os documentos, que devem ser entendidos como:

[...] todo objeto (livro, jornal, estátua, escultura, edifício, ferramenta, túmulo, monumento, foto, filme, vídeo, disco, CD etc.) que se torna suporte material (pedra, madeira, metal, papel etc.) de uma informação (oral, escrita, gestual, visual, sonora etc.) que nela é fixada mediante técnicas especiais (escritura, impressão, incrustação, pintura, escultura, construção etc.). Nessa condição, transforma-se em fonte durável de informação sobre os fenômenos pesquisados (SEVERINO, 2016, p. 133).

Em nosso caso, foram guardados documentos do passado, como minutas de ofícios expedidos, ofícios recebidos, cópias de relatórios enviados e os recebidos, bem como aqueles produzidos pelos intelectuais, professores e professoras, que hoje estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), um dos locais onde foi feita a pesquisa para esta dissertação. Esse conjunto de elementos deve ser entendido não somente como

um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e reproduzido. Essa construção não depende apenas de interesses sociais, políticos e culturais, mas é essencialmente codeterminado

pelos meios de comunicação e pelas técnicas de registro (ASSMANN, 2018, p. 25).

As fontes principais dessa pesquisa foram os documentos produzidos pelo governo do Pará, guardados nestes arquivos e selecionados para responder às questões propostas pela pesquisa. Bloch (2001) pontua que a problemática é, ao longo da pesquisa, “[...] extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas. [...]” (BLOCH, 2001, p. 79). Além disso, após listar as fontes documentais, os locais que servirão para explicar seu objeto de estudo – neste caso, o processo de implantação do higienismo no ensino primário do Pará, entre os anos de 1890-1900 – o historiador deve, ao estudá-las, executar a crítica dos documentos e interrogá-los. Trata-se de procedimento metodológico que objetiva chegar o mais próximo possível da veracidade dos fatos contados através do documento escolhido. Todavia, ressaltamos que, “[...] há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos [...]” (BLOCH, 2001, p. 89).

A pesquisa histórica pode ter uma abordagem quantitativa e/ou qualitativa. A nossa pesquisa é caracterizada por ser de abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Martins (2006), possui cinco características básicas. Na primeira, o pesquisador é importante instrumento de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados. A segunda pontua que esta abordagem propõe-se a investigar como os fenômenos se manifestam, suas características, tendo em vista uma compreensão holística, histórica e processual, explorando técnicas de observação e dados qualitativos, a exemplo da análise de conteúdo e da análise documental.

Outra característica fundamental desse tipo de pesquisa, é que “[...] o objetivo da investigação assenta-se nas descrições dos problemas estudados [...]”, sua dinâmica e seus processos (MARTINS, 2006, p. 6). Tal característica influi em uma quarta, apontada pela mesma autora: as pesquisas qualitativas partem de “[...] questões analíticas, isto é, sistema de significações pelos quais procede-se a decodificação hermenêutica dos fenômenos” (MARTINS, 2006, p. 6). Logo, a natureza indutiva dessa abordagem metodológica é a quinta e principal característica apontada pela pesquisadora, em que a análise de pesquisa parte “[...] de questões ou focos bastante amplos que vão se tornando mais diretos e específicos no transcurso do trabalho. Assim, o processo investigativo não parte de hipóteses definidas a priori [...]”, não é pré-determinado (MARTINS, 2006, p. 7).

Nossa pesquisa busca uma narrativa que vá além da tradicional, que descreve os registros oficiais e que dá grande importância às atitudes de reis, guerreiros e outros

indivíduos de grande influência social. Embora se baseie em documentos oficiais, damos a eles uma abordagem que vai além da descrição, fazendo o que Burke (2011) sugere em seu livro sobre a escrita da Nova História<sup>17</sup>: novas perguntas para antigas evidências, fundamentando-se de uma forma muito mais interdisciplinar para compor sua interpretação, ligando outras disciplinas à história, em busca de um “fazer história” mais rico e dinâmico, com a apreensão do objeto de estudo por diversos olhares, tendo o método histórico como condutor.

Em paralelo à definição dos pressupostos teórico-metodológicos, fizemos a coleta dos dados a serem analisados. Para tanto, além do referencial bibliográfico já apresentado, realizamos uma pesquisa documental no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e na Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV).

No acervo do APEP, foi consultado um fundo da área de Educação e Cultura, chamado de Fundo da Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado Confederado do Pará, que conta com normas, decretos e atos referentes à legislação educacional produzida pelo governo e pelas instituições de ensino público nos anos de 1890 a 1900, recorte temporal da pesquisa. No outro local, a BPAV, a pesquisa se deu no setor de Obras Raras, pesquisando periódicos e impressos na forma de livros, livretos, revistas, regulamentos, relatórios, ordenamentos e outros documentos que tivessem relação com o tema. Para a busca nesses acervos, utilizamos como palavras-chave: “Higienismo”, “Escolas Primárias”, “Educação Física”, “Moral”, “Civismo”, “Patriotismo e Pátria”. Obtivemos como resultado a coleta dos seguintes materiais:

- Regulamento Escolar: programas, horários e instruções pedagógicas (PARÁ, 1890a);
- A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890 (relatório apresentado a Justo Leite Chermont pelo Diretor Geral da Instrução Pública) (PARÁ, 1890b);
- Relatório de Segurança Pública (1899);
- Relatório e Balanço do Tesouro Público (1899);

Os documentos consultados foram processados em dois momentos: em um primeiro momento, selecionamos os que estavam vinculados ao tema e objeto de pesquisa; em um segundo momento, aqueles que melhor atendiam às problemáticas levantadas, tendo em mente a compreensão de Samara e Tuppy (2007), para quem documentos são

---

<sup>17</sup> Sobre a Nova História, consultar Burke (2011) e Le Goff (2003) e Nora (1995).

[...] uma referência fundamental, concretizada em objetos, provas, testemunhos, entre os outros referenciais, que, ao garantirem a autenticidade ao acontecimento, distinguem a narrativa histórica da ficção literária. Sendo registros acabados de um fato, em si mesmo, porém poucas informações podem oferecer sem uma análise crítica especializada. As explicações que proporcionam sobre o passado dependem do tipo de organização –o método– adotado por cada pesquisador (SAMARA; TUPPY, 2007, p. 19).

A investigação baseou-se na análise dos documentos selecionados, dando especial destaque à legislação e aos documentos que foram produzidos pela Diretoria Geral de Instrução Pública. Para tanto, fez-se uso da Análise de Conteúdo que, de acordo com Moraes (1999, p. 8),

[...] constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Bardin (2011, p. 45) frisa que “enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação”. Por outro lado, a Análise de Conteúdo se preocupa em analisar a mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo) passada pelo objeto de estudo, “[...] para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 46).

Entende-se, portanto, tratar-se de um procedimento que possibilita estabelecer inferências por meio da análise dos documentos, como uma técnica que permite ao pesquisador ler e interpretar o conteúdo das fontes documentais selecionadas. De acordo com Constantino (2002):

[...] o uso de AC é limitado pela quantidade de material para a análise, dadas as inúmeras operações classificatórias necessárias, simultaneamente semântica, lógicas e sintáticas. As classificações aqui entendidas como um procedimento que possibilita estabelecer inferências a partir da análise dos documentos. São técnicas que permitem ao pesquisador ler e interpretar o conteúdo dos documentos (CONSTANTINO, 2002, p. 185).

Quando um pesquisador, seja ele historiador ou não, defronta-se com um documento, é necessário “refletir se o autor podia conhecer a verdade; se possuía motivos para mentir; se sua narrativa resiste ao confronto com outras fontes” (CONSTANTINO, 2002, p. 187). Por isso, consideramos a AC de grande valia, já que ela se propõe a:

Construir um conjunto de procedimentos e técnicas de extrair o sentido de um texto por meio das unidades elementares que compõem produtos documentários: palavras-chave, léxico, termos específicos, categorias, temas - procurando identificar a frequência ou consistência dessas unidades para fazer inferências e extrair significados inscritos no texto a partir de indicadores objetivos (CONSTANTINO, 2006, p. 115).

A partir do ordenamento destes dados e sua classificação, analisamos o material com vistas à produção de inferências<sup>18</sup> “[...] de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 44). Nessa tarefa, portanto, o melhor é tirar partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo (BARDIN, 2011, p. 45). Com posição próxima à de Bardin em termos de tratamento documental, Chartier (2002) chama a atenção para o fato de que o documento

[...] tradicionalmente explorado pela própria letra, pelo seu conteúdo documental e informativo, tem de ser questionado de outra maneira, atendendo às formas de discurso codificadas e regulamentadas que aí são empregues, aos procedimentos retóricos de persuasão e de justificação que aí funcionam, aos dispositivos tipográficos - num sentido alargado que inclui a paginação e os papéis desempenhados pelas imagens - que dão a ler e ver o texto (CHARTIER, 2002, p. 224).

Em termos de sua apresentação, o presente trabalho foi estruturado em quatro seções. A primeira seção denominada “Introdução”, na qual se busca mostrar ao leitor os fundamentos da pesquisa, abordando a sua natureza e o percurso metodológico utilizado para atingir os objetivos traçados.

Na segunda seção, intitulada “Os primórdios do higienismo e sua implantação no Pará”, discorremos sobre os primórdios do Higienismo, sua implantação no Brasil e no Pará, em especial, sobre as várias legislações educacionais decretadas pelo governo republicano.

A terceira seção, denominada “Os dispositivos higienistas na legislação educacional: prescrições e práticas sugeridas”, aborda o higienismo no ensino primário e seus impactos na sociedade paraense no período estipulado.

Finalmente, na última seção, fazemos uma síntese conclusiva da investigação.

---

<sup>18</sup> Inferência é aquilo que lemos, mas não está escrito; são deduções baseadas tanto em pistas dadas pelo próprio texto como em conhecimentos que o leitor possui.

## 2 OS PRIMÓRDIOS DO HIGIENISMO E SUA IMPLANTAÇÃO NO PARÁ

Em *O Limpo e o Sujo*, Georges Vigarello (2002) aborda o Higienismo e a relação com a instrução primária. Nesta obra, o autor escreve sobre a abrangência do ato de limpar e o que é considerado como sujeira na sociedade francesa desde a Idade Média até o início do século XX, em uma janela de tempo de mais de 250 anos.

Para escrever a obra, Vigarello (2002) consultou documentos, como testamentos, depoimentos, receitas médicas, livretos médicos, leis religiosas, leis do costume, leis reais, livros, quadros, gravuras e, finalmente, a documentação do Estado francês, de tal modo que pôde descrever a forma de limpeza que os nobres, os burgueses e o povo realizavam em seus corpos. Na transição do século XVIII para o XIX, ocorreu o alargamento do conceito de limpeza, a partir de então entendida como atividade para além do corpo, incluindo a cama onde se dormia e a quantidade dos que nela dormiam, as roupas de cama e banho e o lugar onde se morava (VIGARELLO, 2002).

O hábito do banho, a imersão completa do corpo na água, só se estabeleceu para todos na França da metade do século XIX, sendo diferenciado nas classes mais ricas e nas classes mais pobres do país. Segundo o autor, nos palácios da nobreza e nas moradias burguesas era utilizada uma área reservada ao banho, com louças como chuveiro, pia, bidê, banheira e torneiras. Os destituídos de riqueza, que não eram nobres nem burgueses, possuíam poucas roupas de baixo e tomavam banho se utilizando de objetos que possuíam em suas moradias, compondo a toalete, com jarros e vasos utilizados para lavarem as mãos e o rosto, ou tomavam banho nos rios das redondezas, de forma coletiva, embora essa prática não fosse efetiva (VIGARELLO, 2002).

O que marcou a mudança de mentalidade em relação à limpeza dos pobres foi a criação da *La Gazette de Santé*, em 1773, que:

[...] confirma uma alteração maior na mentalidade no último terço do século XVIII. Redigida ‘em favor dos padres, dos senhores, das senhoras caridosas e dos agricultores’, ela parece feita para derrubar a tradicional fatalidade sentida com relação à morte e à doença. Os notáveis são chamados a fazer eco às medidas dos médicos. Surgindo novas preocupações com respeito às crianças pequenas ou insistindo no saneamento das moradias e das cidades (VIGARELLO, 2002, p. 159).

Expandido através do tempo, o conceito de limpeza abrangia então o saneamento das moradias e das cidades, permitindo às autoridades francesas agir sobre os locais e pessoas consideradas sujas. Neste novo olhar, a população era vista como:

[...] uma força anônima e promissora cujos braços, antes de mais nada, devem ser contados”, o que provocou a necessidade do aproveitamento das pessoas como força produtiva fazendo com que o governo agisse. O raciocínio econômico era subjacente ao gesto de uma organização sanitária das coletividades, neste sentido levando sobretudo, a uma transformação da higiene dos grupos e comunidades iniciando-se por uma prevenção que começa a depender de práticas políticas, das quais tornam-se atores os administradores e médicos (VIGARELLO, 2002, p. 160).

É nesta perspectiva que se realiza

[...] um recenseamento desses locais e de suas ‘névoas purulentas’, ao qual se acrescenta a ligação insistente entre mau cheiro e a falta de limpeza dos espaços e dos corpos. Contudo não dos espaços e dos corpos nobres ou burgueses: os lugares suspeitos são antes de tudo aqueles em que se acumulam os pobres, e os corpos são aqueles nem sempre protegidos por roupa de baixo (VIGARELLO, 2002, p. 163).

A limpeza entendida sob esse olhar não ficava restrita aos pobres, e os locais de concentração de pessoas também eram vistoriados, a exemplo de cemitérios, cadeias e hospitais, além de

matadouros de animais [que] de repente salpicam a cidade de abscessos sinistros, até induzir o remodelamento do espaço urbano. Surgem reformas, no final do século, para aumentar a circulação e a renovação do ar, para eliminar as fontes mais perceptíveis da fetidez (VIGARELLO, 2002, p. 163).

Pacientemente, foi sendo estabelecida uma consciência que se expressava na forma de livros, de manuais, de jornais e de revistas, que tinham como objeto de análise os pobres das cidades ao mesmo tempo em que uma categoria, a dos médicos, ficava encarregada de elaborar um diagnóstico sobre as condições de existência dessas populações. Esse levantamento acerca dos espaços dos desvalidos:

Detêm-se nos odores das camas e dos corpos. Espreitam as aglomerações, os bolores que se putrefazem longe dos olhares. Os médicos rivalizam-se então nas descrições dos amontoamentos e dos maus cheiros ‘O povo mal nutrido, mal alojado, mais amontoado, mais suscetível de medo e terror é a primeira e a mais numerosa vítima’ (VIGARELLO, 2002 p. 164).

Esses processos, então desencadeados pelas autoridades políticas e elites intelectuais, vão consolidando na sociedade francesa um movimento que tem como marco inicial o surgimento do conceito de Higiene, uma

palavra que, no início do século XIX, ocupa um lugar inédito: higiene. Os manuais que tratam da saúde mudam de título. Todos, até então, concentravam-se no ‘cuidado’ ou na ‘conservação’ da saúde. Todos tornam-se agora tratados ou manuais de ‘higiene’ (VIGARELLO, 2002, p. 186).

A instauração dessa nova conceituação de limpeza se dá quando higiene

já não é o adjetivo que qualifica a saúde (hygeinos, em grego, significa o que é são), mas o conjunto de dispositivos e saberes que favorecem sua manutenção. É uma disciplina específica dentro da medicina. É um corpo de conhecimentos e não mais um qualificativo físico (VIGARELLO, 2002, p. 186).

Estabelecida a autoridade que pode falar aos outros sobre o assunto, o passo seguinte foi a construção de um discurso.

Na verdade, a própria imagem do pobre e, sobretudo, a da miséria é que se modificam, tornando-se mais inquietante e mais ameaçadora com a nova cidade industrial. Também se modificam a 'pedagogia' destinada aos indigentes e o lugar ocupado pelas práticas da limpeza. Impõe-se, enfim, uma associação com uma insistência desconhecida até então: a limpeza do pobre seria o aval de sua moralidade, seria ainda a garantia de uma 'ordem' (VIGARELLO, 2002, p. 211).

Era necessário educar os pobres para que o vício e os maus costumes não infectassem o conjunto da população. Era preciso fazê-los mudar de vida, a ponto de, segundo Vigarello (2002, p. 214) "multiplicarem-se a partir de 1845 as Hygiène des familles ou Higyène populaire, literatura filantrópica que distribui preceitos, sugestões e conselhos".

No Brasil, o Higienismo teve início com a criação dos cursos de cirurgia e anatomia em Salvador e no Rio de Janeiro pela corte portuguesa, que aqui chegou em 1808. Os cursos foram criados para formar médicos qualificados nos procedimentos científicos da medicina praticada pelos doutores na Europa. Antes da criação dos cursos no Brasil, o cuidado com o corpo, a cura e os tratamentos eram atividades exercidas por diferentes especialistas.

#### Ativistas da Medicina

1 - Físicos ou licenciados.

Atividades Médicos da época que ocuparam os cargos de físicos da Coroa, do Senado, da Câmara do partido" e da tropa.

2 - Cirurgiões-barbeiros ou cirurgiões-aprovados ou cirurgiões-examinados  
Deveriam exercer unicamente a cirurgia, no entanto praticavam toda a medicina, dada a escassez dos físicos.

3 - Barbeiros

Submetiam-se a exames para os atos de sangria, sarjação, aplicação de ventosas e arrancamento dos dentes. Arvoravam-se em médicos, quando podiam.

4 - Aprendizes de barbeiros e cirurgiões-barbeiros

Praticavam a medicina em função da inexistência de profissionais habilitados.

5 - Boticários e seus aprendizes

Praticavam a medicina em função da inexistência de profissionais habilitados (GONDRA, 2004, p. 36).

Deste modo, as faculdades de Medicina da cidade do Rio de Janeiro e de Salvador foram os lugares onde se iniciou a formação de profissionais reconhecidos pelo governo imperial como aptos para exercer a medicina no Brasil. Entretanto, para serem reconhecidos como tal, era necessário que os alunos realizassem um exame de qualificação que consistia na apresentação, no final do curso, de um escrito conhecido como “tese”, que, se aprovada por uma banca de professores, qualificava-os para exercer a profissão.

Entre as teses apresentadas pelos candidatos para a conclusão do curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Gondra (2004) seleciona as que têm relação entre o higienismo e a educação.

**Quadro 2 - Teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro**

Ano	Título	Autor
1845	Algumas considerações sobre a educação física (D)	Manoel P. S. Ubatuba
1846	Generalidades acerca da educação physica dos meninos (D)	Joaquim Pedro de Mello
1852	Influencia da educação physica no homem (D)	Antonio Francisco Gomes
1853	Influência da educação physica do homem (D)	Antonio N. G. Portugal
1854	SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos; regras tendentes á conservação e ao desenvolvimento das forças physicas e intellectuaes, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios.) (D)	Balbino Candido da Cunha
1855	Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos... (D)	José Bonifacio Caldeira de Andrada Junior
1855	Esboço de uma hygiene de collegios, applicável aos nossos... (D)	Joaquim José de Oliveira Mafra
1857	Esboço de uma hygiene de collegios, applicável aos nossos... (P)	Joaquim Francisco de Paula Souza
1857	SM (Esboço de uma hygiene dos colégios,) (D)SA (Do ar atmosférico...)	Candido Teixeira de Azeredo Coutinho
1857	SM (Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...) (P)	José de Souza Pereira da Cruz Junior
1858	Dissertação sobre a hygiene dos collegios... (D)	Antenor A. R. Guimarães
1863	Dissertação sobre a utilidade dos exercícos gymnasticos nos paizes tropicaes... (D)	Wilhelm Naegeli
1874	Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde (D)	Amaro Ferreira das Neves Armonde
1875	Da educação physica, intellectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde (D)	João da Matta Machado
1888	Hygiene Escolar (D)	Carlos R. de Vasconcellos
1892	Educação physica (D)	Severino de Sá Brito

Fonte: Gondra (2004 p, 146).

As teses elencadas demonstram o intento dos futuros médicos de intervirem na educação para, através dela, transformar a realidade das escolas e dos seus alunos e alunas.

No Pará, o Higienismo teve início em um período no qual o Império era assolado por epidemias. Em 1850, grassava no Brasil uma epidemia de varíola, e para evitar que se

alastrasse, a Secretaria de Negócios do Império enviou correspondência, na forma de Avisos, aos Presidentes das Províncias, para que estes tomassem medidas a fim de evitar o alastramento da doença.

Recebido o Aviso no dia 14 de fevereiro de 1850<sup>19</sup>, a Secretaria da Presidência da Província do Pará informou do seu conteúdo à Provedoria de Saúde Pública da província, que noticiou o ocorrido ao Provedor de Saúde do Porto de Belém. Isso resultou no estabelecimento de quarentena para os navios que chegavam ao Porto de Belém, medida que foi burlada diversas vezes, pois colocar um navio em quarentena significava criar atrito com os comerciantes de Belém a quem eram destinadas as cargas dos navios.

Não demorou para que uma série de medidas fosse implantada, com a finalidade de evitar que as doenças infectocontagiosas se espalhassem na cidade. Essas medidas se classificaram em três tipos: cuidados públicos, que se referiam ao abate de animais para o consumo; a outra medida era sobre o estado dos alimentos à venda para a população; e, por fim, as que atingiam os costumes, dentre as quais destacam-se os enterros múltiplos nas igrejas, manter as casas fechadas durante o período de luto ou nojo, a proibição de cuidar de doentes em casa, a proibição de abate de gado nas ruas e o ensecamento de áreas alagadas.

Para ter uma visão aproximada de como era a cidade de Belém à época da implantação das medidas higienistas, destacamos uma descrição de Belém feita pelo naturalista Henry Walter Bates em maio de 1848

#### Ofícios

À época de nossa chegada, a cidade do Pará ainda não se tinha recuperado dos efeitos de uma série de rebeliões, provocadas pelo ódio existente entre brasileiros e portugueses, sendo que os primeiros sempre buscavam, no final, a ajuda da população indígena e mestiça. O número de habitantes da cidade tinha diminuído em consequência desses distúrbios, de 24.500 em 1819 havia passado para 15.000 em 1848 (BATES, 1979, p. 21).

Instalado nos arredores da cidade, Bates, que para cá veio com o intuito de coletar, classificar e remeter espécimes da fauna e da flora para o governo inglês, registrou em seus passeios matinais que

A cidade parecia ter visto melhores dias, os prédios públicos, inclusive os palácios presidencial e episcopal, a catedral e as principais igrejas e conventos pareciam ter sido construídos segundo um padrão de grandeza muito acima das necessidades atuais da cidade. Ruas margeadas por vastas residências particulares, em estilo italiano, apresentavam-se em mau estado de conservação, com matos e arbustos nascendo de grandes rachaduras nas paredes. As vastas praças públicas estavam cobertas de mato e extensos trechos alagados tornavam-nas intransitáveis. O comércio, entretanto, estava

---

<sup>19</sup> - Fundo da Secretaria da Provincia- 1850-1852; Série Ofícios – 13, Ss-13-47.

começando a reflorescer, e antes de partir dali pude notar grandes progressos na região, que não deixarei de relatar no final desta narrativa (BATES, 1979, p. 22).

Sobre os lugares e pessoas que encontrava, descrevia com ênfase o local de vivência e convivência pessoas pobres

Passamos primeiramente por algumas ruas próximas do porto, margeadas por prédios altos e sombrios semelhante conventos, pelos quais transitavam ociosamente alguns soldados de uniformes rotos, com seus mosquetes apoiados displicentemente no braço, bem como sacerdotes, mulheres negras com potes d'água na cabeça e índias de ar melancólico, carregando os filhos nus escanchados sobre os quadris. Entramos depois numa rua estreita e comprida, que ia dar nos arredores da cidade, em seguida atravessamos um campo relvado e chegamos a um pitoresco caminho que ia dar na floresta virgem [...] A rua comprida era habitada pelas classes mais pobres. As casas tinham apenas o rés-do-chão e sua aparência era humilde e desalinhada. As janelas não tinham vidraças e sim uma armação que se projetava para fora. A rua não era calçada e a camada de areia fofa que a cobria tinha muitos centímetros de espessura (BATES, 1979, p. 12).

Os estudos de Beltrão (1997) complementam esta narrativa, ao informar que:

As habitações, segundo os viajantes, eram exíguas em tamanho, possuíam estreitas aberturas e pé direito baixo, sendo, ainda, escassamente arejadas e bastantes escuras. Local propício a umidade e aos insetos. Seus moradores conviviam com fumaça dos fogões, os odores pestilenciais e as águas servidas empoçadas. Próximo às casas eram encontrados chiqueiros e galinheiros onde se criavam animais e aves para consumo doméstico, agravando mais ainda a insalubridade (BELTRÃO, 1997, p. 221).

Bates (1979, p. 12) destaca ainda que:

Grupos de pessoas tomavam a fresca à porta de suas casas – gente cuja pele tinha todas as tonalidades, europeia, negra e indígena, mas era principalmente uma confusa mistura das três raças. Entre eles viam-se belas mulheres desleixadamente trajadas, descalças ou de chinelos, mas usando brincos caprichosamente trabalhados e colares de enormes contas de ouro. Seus olhos eram negros e expressivos e elas exibiam uma massa de cabelos espessos e negros e chamavam a atenção.

Em seus relatos, encontram-se registros sobre o abastecimento de água na cidade e lavagem das roupas:

Mais adiante as terras vão novamente em declive até se tornarem pantanosas, e é aí que ficam situados os poços públicos. Neste local é lavada a roupa da cidade, trabalho esse que é feito por um bando de tagarelas escravas negras; aí também são enchidas as carroças de água, constituídas de pipas sobre rodas, puxadas por bois. [...] Grupos vociferantes de negros e quizilentos galegos – proprietários dos carros-pipas – discutem entre si continuamente, enquanto vão tomando os seus tragos matinais nos sujos botequins das esquinas (BATES, 1979, p. 14).

Neste contexto, para haver em Belém as condições mínimas de higiene, a Provedoria da Saúde Pública implantou medidas por meio das autoridades, esperando assim, que elas surtiram efeito. Não foi o que ocorreu, pois a urbe continuou a ser insalubre e assolada continuamente por epidemias, como malária, tifo, bexiga, varíola e outras.

Assim, o Governo Provincial achou por bem levar o higienismo para a instrução, algo que se deu depois de 10 anos da implantação de medidas públicas buscando adequar a instrução pública ao momento de mudanças na economia e sociedade que o Pará atravessava com o extrativismo da borracha. O regulamento de 9 de abril de 1860 estabelecia, no artigo 74, a proibição de matrícula a alunos e alunas que tivessem moléstias contagiosas.

A portaria do presidente da Província, Joaquim Pires Machado Portela, de 29 de abril de 1871, é um marco dos mais importantes (PARÁ, 1871). Nos artigos 7º, 8º e 9º, o presidente estabeleceu as competências que os delegados visitantes<sup>20</sup> deveriam ter e, entre elas, estavam as de verificar: *“se a sala de aula se conserva asseada ... contratar casas para as escolas públicas como previa autorização do diretor geral, tendo em vista a salubridade desta e seu asseio”*.

O ofício de 5 de agosto de 1887 (PARÁ, 1887) também é um marco em termos da implantação do higienismo àquela época, pois dava início à intervenção direta dos preceitos higienistas no trato com o corpo dos alunos e alunas. Destacamos que, neste sentido, o artigo 67 é esclarecedor, ao determinar que o professor deveria verificar mensalmente se seus alunos tinham a cabeça asseada e fazer com que lavassem as mãos e o rosto<sup>21</sup>.

Os regulamentos e legislações de ensino no período provincial tornaram-se inegavelmente um dos meios de implantação do higienismo no seio da sociedade paraense, pois as autoridades acreditavam que a instrução das crianças em idade escolar que frequentassem os estabelecimentos primários representaria mais um reforço para minorar os problemas de saneamento e saúde no Pará.

Esse entendimento no papel da instrução pública na mudança de comportamento estava ancorado nas transformações por que o Império estava passando a partir do fim do tráfico negreiro do continente africano para o Brasil, no ano de 1850. A nova situação fez com que o país passasse por transformações urbanas, econômicas, políticas e sociais, com a

---

<sup>20</sup> Eram pessoas nomeadas pelo presidente da província, que tinham como função verificar a situação das casas escolas no interior do Pará.

<sup>21</sup> A construção do higienismo na instrução iniciou com a proibição de matrícula aos alunos e alunas portadores de doenças infectocontagiosas; em seguida, a recomendação ao local de ensino; e por fim, os preceitos do corpo. O modelo elaborado na monarquia foi aplicado na instrução pública na República. José Veríssimo tem os méritos, pois construiu uma imagem de capitalista bem sucedido e entendido da Educação.

urbanização e modernização das cidades, principalmente daquelas em cujo espaço ocorria a produção e exportação de produtos agrícolas e extrativistas, como o café e a borracha. Houve o início de uma industrialização, embora com caráter de substituição da importação de bens de consumo, como sabões e caixões, que permitiu o surgimento da classe operária. As transformações que ocorriam no Brasil demandavam mudanças de comportamento por parte da população, de modo que era necessário abandonar as relações sociais e econômicas em que a escravidão era dominante. O primeiro passo foi introduzir e diversificar as atividades econômicas baseadas no assalariamento da mão de obra, transformando assim as pessoas em consumidoras de mercadorias.

Em virtude destas transformações, a instrução pública não poderia ser igual à do período anterior ao fim do tráfico negreiro, quando os filhos e filhas de escravos não podiam frequentar as escolas primárias<sup>22</sup>. Era necessária uma instrução pública que acolhesse os filhos e filhas dos escravos advindos da lei do Ventre Livre<sup>23</sup> e, assim, apontasse para a criação de um homem novo em uma sociedade moderna e civilizada. Foi na década de 1880 do século XIX, ainda no período monárquico, que a mudança na instrução dos desvalidos e meninos índios se consolidou.

Nas duas últimas décadas do império houve, por parte dos governos paraenses, intensa mobilização em prol da instrução elementar, especialmente a partir de 1875, quando os relatórios provinciais registram significativo aumento do número de escolas e de alunos matriculados. Os dados das escolares divulgados pelos diretores de instrução baseiam-se nos mapas enviados pelos professores públicos, considerados, quase unanimemente como irrealistas, pois muitas vezes o professor anotava o número de alunos matriculados, mas não os que efetivamente frequentaram as aulas como era esperado (RIZZINI, 2004, p. 59).

A importância da instrução pública no estado era discutida na imprensa, fosse ela liberal, conservadora ou republicana<sup>24</sup>, demonstrando que o valor da instrução pública fora incorporado pela população.

---

<sup>22</sup> Regulamento de 9 de abril de 1860, no artigo 74 estabelecia: Não serão admitidos à matrícula os meninos que tiverem moléstias contagiosas, e os que não forem livres.

<sup>23</sup> A Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco (Lei nº 2040) é considerada a primeira lei abolicionista do Brasil. Foi apresentada pelo Visconde do Rio Branco (1819-1880), do Partido Conservador, e sancionada pela Princesa Isabel em 28 de setembro de 1871. A lei, entre outras resoluções, concedia liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. A lei desagradou tanto os senhores de escravos quanto vários setores do movimento abolicionista. Afirmavam que a lei prolongaria a escravidão por mais uma geração, deixava os menores de idade à mercê do senhor e não dizia nada a respeito dos escravos nascidos antes desta data (BEZERRA, 2018, on-line).

<sup>24</sup> Lauro Sodré, um dos fundadores do clube republicano, através do jornal *A Republica*, publica artigos constantemente destacando a importância da instrução pública e, desta forma, atacava a monarquia que a seu ver pouco fazia pela melhoria da instrução no Pará. Para melhores explicações sobre Lauro Sodré e a Imprensa, recomenda-se Moraes (2011).

Um dado que comprova a afirmação é que, na última década do Império e na primeira da República, era comum a população dirigir pedidos através de abaixo-assinados dos mais longínquos locais direcionados ao diretor geral de instrução pública, nos quais solicitavam a instalação de escolas elementares. Iniciativa plenamente justificável diante da situação da instrução primária entre os anos de 1885 e 1888:

Em 1885, Belém possuía 24 escolas e, no 2º trimestre de 1888, este número saltou para 46 escolas primárias, com a frequência diária de 1.848 alunos. Os dados mostram que 78% dos alunos das escolas públicas primárias estudavam fora da capital. Apesar de algumas omissões do mapa apresentado no relatório do diretor da instrução em fevereiro de 1889 e dos presumíveis erros de coleta, é plausível sugerir que havia uma razoável distribuição das escolas pelo interior. Das 323 escolas relacionadas no quadro da frequência diária de 1887 e 1888, 277 funcionavam no interior e 46 na capital, ou seja, cerca de 85% das escolas do Pará estavam instaladas nas pequenas cidades, vilas e povoados da Província (RIZZINI, 2004, p. 65).

Uma dificuldade para o aprendizado dos alunos e alunas das escolas primárias estava no extrativismo da borracha, o principal item que impulsionava a ocupação do espaço. A extração ocorria em localidades distantes entre si e distantes da capital. A pequena agricultura praticada em sítios afastados das vilas obrigava os meninos e as meninas a ajudarem os pais e familiares na extração das mercadorias. Desta forma, ausentavam-se das escolas e não assistiam às aulas. Quando chegavam os exames no fim do ano letivo, eram poucos os alunos e alunas que os realizavam, o que nos permite supor que a diferença numérica entre alunos matriculados e os que fizeram os exames deve-se em muito ao modelo de escola que queriam implantar no Pará<sup>25</sup>.

Outra dificuldade no atendimento escolar das meninas e meninos desvalidos e das meninas e meninos índios destribalizados, era que:

Nas décadas de 1870 e 1880, o debate relativo à educação do povo expandiu-se do âmbito governamental; envolvendo a sociedade letrada de Belém e Manaus, sob influência das ideias liberais e sob o domínio das paixões partidárias. A educação tornava-se uma prioridade para Liberais e Conservadores. Atentos as grandes questões do século das luzes, governantes e governados estavam com os pés fincados na terra local, utilizando intensamente os recursos oferecidos pelas instituições educacionais em benefício dos mecanismos eleitorais (RIZZINI, 2004, p. 2).

As dificuldades incluem ainda o fato de que a maioria dos professores das escolas elementares do interior do Pará não tinha a qualificação necessária para ministrar aulas nas

---

<sup>25</sup> A questão era que as autoridades deviam fazer coincidir o ano letivo com o tempo das culturas plantadas e extraídas da natureza amazônica. As autoridades desejavam uma escola no modelo urbano, quando a maior parte da economia do estado era extrativista.

escolas. A formação de docentes para as escolas primárias iniciou apenas no ano de 1871, com a fundação da Escola Normal em Belém. Os presidentes da província e, posteriormente, o governador do estado na República nomeavam pessoas de sua confiança para exercer o cargo de professor nestas localidades distantes, atendendo muitas vezes a questões de fidelidade partidária. Além disso, o salário que os professores e professoras das escolas primárias recebiam não era atrativo, com os melhores salários ficando limitados a docentes do Liceu Paraense e da Escola Normal<sup>26</sup>.

De modo geral, a condição das escolas era ruim e não havia interesse em investir na sua melhoria. Rizzini (2004) argumenta que

As condições materiais e humanas de funcionamento das escolas são indicadores do investimento limitado do Estado neste período. Todos os relatórios denunciam que as condições de funcionamento das casas escolares não eram as mais apropriadas. De acordo com o entendimento de que cabia ao Estado se responsabilizar por tudo que dissesse respeito às escolas públicas, seus representantes não se furtarão em assinalar a inércia dos governos em prover as escolas de mobília adequada e materiais, como papel, tinta e compêndios. E denunciar a omissão do Estado em questões que deveriam estar sob sua condução. Assim, anuncia-se que os métodos de ensino eram escolhidos pelos professores, não havendo uniformização; compêndios mal escritos ou mesmo a ausência deles e a inexistência de livros de leitura, levavam professores a utilizar o catecismo com esta função. (RIZZINI, 2004, p. 48).

Ao assumir o poder, os republicanos viriam a se defrontar com uma “terra arrasada” em termos da instrução pública, denunciando seu estado de decadência. José Verissimo é um dos republicanos paraenses que fizeram essa crítica a respeito da instrução pública<sup>27</sup>:

O professorado desrespeitado nos seus direitos, esquecidos dos seus deveres, pouco habilitado, a escola desorganizada, sem moveis nem material de ensino, inapta para executar qualquer programa, os estabelecimentos de ensino público em plena decadência material e moral, de modo a não sofrerem sequer comparação com os de ensino particular, os serviços administrativos em atraso, desorganizados, insuficiente, e viciados por cópia de práticas menos regulares, procurei. [...] A invasão dominadora da política, ou antes do partidarismo, viciando a própria fonte de instrução pública, procurando sempre fazer do professorado um corpo, e das diferentes funções da alta administração da instrução publica um fator eleitoral. (PARÁ, 1891a, p. VIII, 10)

---

<sup>26</sup> Havia o predomínio de professores no ensino secundário. As matérias de prendas do lar e corte e costura eram ocupadas por professoras no Liceu Paraense e na Escola Normal.

<sup>27</sup> As críticas podem ser encontradas no manifesto de fundação do Clube Republicano, ocorrida no ano de 1886 (3 anos o golpe militar de 1889) e depois através da imprensa, com o jornal *A República*.

Diante de tal situação, os republicanos desejavam uma instrução pública diferente do que se tinha anteriormente. Queriam uma escola primária que atendesse aos requisitos mínimos de ensinar alunas e alunos a ler, escrever, saber as quatro operações aritméticas, além de conhecer a história e geografia do país. Apostavam também no ensino das ciências, com escolas providas de laboratórios, e almejavam escolas ou casas escolares com mobília adequada e material escolar, além da novidade introduzida na reforma da instrução pública de 1890, que foi a inclusão da disciplina Educação Física como matéria obrigatória para os alunos e alunas das escolas públicas primárias<sup>28</sup>.

Nesse contexto, a escola desempenhou um papel importante enquanto propagadora dos novos conhecimentos higiênicos, pois era necessário construir uma imagem benéfica e saneadora do novo regime diante da sociedade e para isso o governo republicano investiu em “políticas de valorização da instrução pública e da exaltação dos valores cívicos e morais nos conteúdos ensinados nas escolas públicas, objetivando a formação de um povo civilizado e de cidadãos úteis à pátria.” (COSTA; MENEZES NETO, 2016, p. 70), contando

com o aparato produzido pela ciência apoiada principalmente na Higiene para se solidificar e obter reconhecimento. Desta forma, a educação assumiu um caráter indispensável para que as raízes da higiene encontrassem solo fértil no coração e na mente dos brasileiros do fim do século XIX e início do século XX (VIANA, 2015, p. 45).

Nesse processo, constituiu-se a necessidade de produzir novos marcos normativos e uma nova organização administrativa, de modo a “criar e/ou modificar as instituições públicas para atender aos objetivos colocados pelo novo regime” (VIANA, 2015, p. 99).

Deste modo, podemos afirmar que, se de um lado “a educação preconizada pelo ideário republicano apresentou um caráter público, gratuito, universal, obrigatório e laico” (VIANA, 2015, p. 99), de outro “o que se verificou na realidade, foi uma revolução de caráter conservador que, na prática, não incluía de forma satisfatória as classes sociais historicamente excluídas como a população negra, os índios, as mulheres e os mestiços em geral” (VIANA, 2015, p. 99). Foi nesse decurso que se estabeleceu a relação entre a instrução pública e o higienismo, com a intenção de formar o indivíduo de perfil liberal, razão por que, “para atingir esta finalidade a Higiene configurou-se como fundadora de um modelo organizativo para a educação que passou a disputar a responsabilidade pela formação das crianças com a família e a religião” (VIANA, 2015, p. 99).

---

<sup>28</sup> As mulheres entrariam nesta instrução tendo como futuro serem boas empregadas e dona de casa.

## 2.1 Os governos Justo Chermont (1890-1891), Lauro Sodré (1891-1897) e Paes de Carvalho (1897-1901) na reforma da instrução pública

É importante salientar que, a partir de 1877, com o aumento dos preços da borracha e sua crescente exportação<sup>29</sup>, o Pará aumentou a arrecadação dos impostos estaduais, permitindo assim aos governadores republicanos folga no orçamento para executarem as obras públicas necessárias para a melhoria do estado, processo que consolidou o poder da elite republicana. A economia da borracha permitiu que os:

governos municipal e estadual cujas receitas cresceram espantosamente durante toda a década de 1890, estavam em situação ainda melhor para corresponder a essas demandas, com subsídios e concessões. Em 1899, Belém recolhia sozinha, um total de impostos de 6.110 contos (cerca de 1, 5 milhão de dólares) – aproximadamente a quarta parte do total coletado em todo o Estado do Pará. Segundo um historiador da região, entre 1890-1907 a população do município cresceu a uma taxa média anual de 25%; em 1900, o número total de habitantes era de 96.560 (WEINSTEIN, 1993, p. 105).

Uma das obras realizadas pelos republicanos foi o investimento na instrução pública, de modo que se faz necessário entender como a economia gomífera atuou sobre a sociedade paraense e quais os seus reflexos na instrução pública.

A extração da borracha na Amazônia tinha por finalidade ser exportada às indústrias dos EUA e da Europa, onde, com tecnologia adequada, seria transformada em mercadorias, como pneus, luvas, borrachas ou galochas. Na base da produção, estava o trabalho manual do indivíduo que entrava na floresta; ao encontrar a árvore seringueira, fazia-lhe sulcos no caule, sangrando-a para coletar sua seiva, chamada de látex, que era defumada e transformada em bolas. O trabalhador era conhecido como seringueiro, que num primeiro momento era o chamado “caboclo” na região, pois:

Geralmente de descendência índia ou mestiça, a família cabocla típica era pobre, sem propriedades e sem identidade cultural, tendo perdido todos os vínculos com a comunidade tribal. Vivendo por sua própria conta, a família cabocla tinha de contar com uma associação entre caça, pesca e cultivo da mandioca, a qual, mesmo em condições favoráveis, oferecia uma subsistência deficiente e comumente deixava uma sobra bem pequena para trocar por outros bens, ou para estocar como garantia para os tempos ruins. [...] Os caboclos que, em meados do século XIX, ingressaram aos milhares nos seringais não estavam abandonando as práticas econômicas complexas e os ricos padrões culturais do período anterior à conquista, mas sim uma existência precária que se desenvolvera na esteira da devastação e da desorganização demográfica (WEINSTEIN, 1993, p. 27, 47).

---

<sup>29</sup> Borracha, *Hevea brasiliensis*, nome científico da árvore que se sangrava para coletar a goma.

Os seringueiros trabalhavam de sol a sol, cobrindo grandes distâncias, a pé em terra ou em canoas nos rios, até encontrar a seringueira, para então coletar a seringa. A natureza dispôs as árvores espalhadas em grandes áreas cortadas pelos rios, nas ilhas grandes ou pequenas e na terra firme. No Pará,

as maiores concentrações da *Havea brasiliensis* encontrava-se na região das ilhas e ao longo dos sistemas fluviais do Xingu e do Tapajós. As bacias do Tocantins e do Guamá, as quais se chega facilmente a partir da cidade de Belém, também áreas de seringueiras que, porém, deviam ser inferiores em qualidade e em quantidade às das outras áreas mencionadas, já que se esgotaram rapidamente e, após 1900, produziam principalmente Cernambi (WEINSTEIN, 1993, p. 57).

As árvores não ficavam agrupadas às dezenas, e os seringueiros e seringalistas não tinham conhecimento científico da planta, razão por que não sabiam como plantar racionalmente, como acelerar o crescimento da árvore ou o tempo necessário para extrair a seiva. Além disso, o governo estadual e a União não financiaram estudos científicos sobre sua produção e colheita.

O Museu Paraense, fundado em 25 de março de 1871 em Belém (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, [2020], on-line), que surgiu com a necessidade de modernizar a província, estudando sua flora e sua fauna, poderia ter sido uma instituição que estudasse de forma apropriada a seringueira. Todavia, dependendo do dinheiro do tesouro Provincial, não se consolidou como centro de estudos regionais, corroborando a falta de informações a respeito da árvore, que dependia apenas do conhecimento que os caboclos possuíam, pois

o precário equilíbrio ecológico da floresta tropical e a presença de incontáveis inimigos naturais impõem um padrão de crescimento às plantas e árvores que complica de sobremaneira a extração em larga escala, pois a maioria das árvores do vale não cresce em grupos. Algumas áreas apresentam maior concentração de certas árvores do que de outras, mas mesmo em áreas de crescimento razoavelmente denso, é raro que se encontre, por exemplo, mais do que uma seringueira por acre. Essa dispersão natural da flora protege eficientemente cada uma das espécies contra seu extermínio por insetos, pragas e outros inimigos naturais, mas pode funcionar também como obstáculo aos empreendimentos extrativos de maior parte (WEINSTEIN, 1993, p. 29).

Devido às condições naturais, a extração da borracha só seria possível se tivéssemos uma mão de obra altamente dispersa no Pará, a qual pudesse se deslocar pelo território para efetuar a coleta. Era no verão amazônico que se coletava a borracha, pois no inverno, as chuvas torrenciais e constantes tornavam o deslocamento do seringueiro praticamente

impossível; além disso, os navios que transportavam a borracha para Belém tinham que navegar em rios caudalosos que alagavam as terras firmes e ilhas. Como já mencionado, quem produzia a borracha era o seringueiro, que vendia uma parte para os comerciantes que forneciam as mercadorias das quais o seringueiro precisava e desejava, como facas, facões, armas, pólvora, balas, café, carne. Depois o seringueiro vendia a produção restante para o seringalista, o indivíduo que detinha a posse das áreas onde estavam localizados os seringais, também conhecidos como “Coronéis de Barranco”. Estes, por sua vez, vendiam a borracha para as “Casas Aviadoras”, as empresas mercantis que forneciam aos seringalistas as mercadorias e bens de que precisavam para viver no interior do Pará. Por fim, as Casas Aviadoras vendiam a borracha para as Casas Exportadoras, que estavam nas mãos dos estrangeiros que controlavam a distribuição do produto na Europa e nos EUA.

A principal característica dessa cadeia de produção, transporte e exportação da borracha era que quem produzia a mercadoria recebia um valor ínfimo, e quem se apropriava da maior parte dos lucros da borracha eram as casas exportadoras. Esse modelo gerou duas consequências. A primeira foi a inserção da borracha na pauta de exportação dos produtos brasileiros no mercado internacional. A outra foi o aumento da população na região, devido às políticas estaduais de atração de mão de obra, com a vinda de europeus que trabalhavam na área de serviços e na agricultura, e ainda a

entrada de nordestinos, em consequência das secas de 1889, 1898 e 1900. Em contraposição à fase anterior de migração, quando o retirante quase não tinha outra alternativa, senão trabalhar nos seringais, os que agora chegavam do Nordeste podiam incorporar-se a uma colônia agrícola, ou achar emprego em Belém, nos setores industriais ou de serviços. Segundo um relatório de 1897 de um secretário de estado do Pará, a metade leste de Belém (onde havia um grande número de bairros rurais) possuía “uma população quase que exclusivamente cearense”. E pouco anos mais tarde, o intendente de Belém, chamava a atenção da Câmara de Vereadores para as favelas que estavam surgindo nos arredores de Belém (WEINSTEIN, 1993, p. 105, 106).

Além do surgimento das favelas, outra preocupação relativa às consequências deste modelo de economia foi o

efeito dispersivo que tinha sobre a população do interior. O tamanho das sedes municipais, como a cidade de Breves, oscilava violentamente entre a estação seca e a estação chuvosa, e Ferreira Pena afirmava que a tendência nas áreas de seringueiros era na direção de uma ruralização da população, na medida em que cada vez mais seringueiros permaneciam nos seringais (WEINSTEIN, 1993, p. 63).

Em virtude desta situação, os presidentes da província do Pará reclamavam dos gastos que tinham com a instrução pública e concentravam as críticas no fato de que, ao final do ano letivo, quando iam aferir os conhecimentos ministrados durante o ano aos alunos e alunas, os que prestavam exames eram poucos, pois a maioria dos alunos e alunas precisava acompanhar os familiares nas atividades de coleta, de forma que abandonavam a escola.

O abandono da escola motivado por razões econômicas era também uma questão que repercutia no gênero, pois era

notável o crescimento de número de alunas nas capitais do Pará e do Amazonas. [...] chegando em 1889 a viver uma situação inusitada, a qual o diretor da instrução confessou não conseguir explicar: o número de meninas estudando na Capital era muito maior do que o de meninos. Das 43 escolas públicas primárias de Belém, 16 eram do sexo masculino e 27 do feminino, em 740 alunos e 1.300 alunas respectivamente [...] a necessidade de trabalho dos filhos repercutia tanto na educação dos meninos na cidade quanto nas áreas rurais (RIZZINI, 2004, p. 68, 70).

Esse contexto de mudança econômica, no Estado e sua capital, centro nervoso de todo esse processo, teve uma dimensão política significativa. Por isso, é necessário fazer um breve relato da implantação da república no Pará e dos governos instalados no tempo delimitado para este estudo, explicando suas ligações com a instrução pública.

### 2.1.1 A República no Pará

São diversos os fatores que explicam a queda da Monarquia no Brasil e a implantação da República no Pará. A centralização monárquica fazia com que as nomeações para os cargos no governo da Província fossem de livre provimento pelo Imperador e, durante a Monarquia, raros foram os paraenses que estiveram à testa da administração. Além da centralização administrativa, tinha-se a questão da arrecadação dos impostos:

De maior importância ainda, na área financeira era que quase toda a receita ia para o governo central, restando ao Pará apenas a receita proveniente dos impostos de exportação arrecadados localmente. No início da década de 1870, o Império ganhava entre 4.500 e 5.000 contos por ano com o comércio da Amazônia, ao passo que a receita da província mal atingia uma terça parte disso (WEINSTEIN, 1993, p. 123).

Depois do aumento da exportação da borracha na década de 80 do século XIX, a elite política paraense – representante dos latifundiários, setores liberais e comerciantes,

representados no Partido Liberal do Pará e no Partido Conservador<sup>30</sup> – colocou-se favorável a uma certa descentralização administrativa e fiscal. Conforme aumentava a exportação da borracha, o Partido Liberal aumentava as críticas à centralização administrativa e fiscal.

No ano de 1886, foi fundado em Belém o Clube Republicano. A partir daí, os republicanos, ao lado dos liberais, criticariam a forma como a Monarquia tratava o Pará<sup>31</sup>. O Clube Republicano era composto por diversas pessoas, que podemos agrupar em dois grupos principais. O primeiro era a das famílias dos latifundiários e dos profissionais liberais, em que se destacam Justo Chermont e Manoel Barata. O outro era formado pelos publicistas e agitadores da bandeira republicana. As expressões máximas deste grupo eram Serzedelo Corrêa e Lauro Sodré, que foram alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro sob influência do militar positivista Benjamin Constant.

A transição da Monarquia para a República no Pará, ocorrida no dia 16 de novembro, foi feita sem muito sobressaltos, pois:

Em parte alguma, a transição foi a mais tranquila do que no Pará. O governo provisório do estado, composto por Justo Chermont e dois oficiais do exército sediados em Belém, não encontrou resistência alguma, salvo uma carta de protestos do presidente da província deposto e uma petição assinada por alguns partidários fanáticos da monarquia. Pelo contrário, a esmagadora maioria dos liberais e dos conservadores bandeou-se para a bandeira republicana, e até mesmo a comunidade mercantil que normalmente mantinha pelo menos uma aparência de neutralidade quanto a assuntos políticos, logo manifestou seu apoio a Chermont (então o único governador interino) e ao regime republicano (WEINSTEIN, 1993, p. 131).

A situação política se consolidou com o uso da força que dissolveu a Câmara Municipal de Belém, afastando os vereadores monarquistas, mudando os ocupantes dos cargos militares no estado, intervindo no judiciário ao afastar os juízes monarquistas e nomeando, para os cargos vagos, juízes indicados pelos republicanos.

Um fator que ajudou na consolidação da República no Pará foi a promulgação da Constituição Federal, a primeira republicana, no dia 24 de fevereiro de 1891. Entre as resoluções que reorganizaram o Estado brasileiro estava a descentralização administrativa e

---

<sup>30</sup> Carecendo de bases ideológicas e plataformas políticas bem definidas, os conservadores e liberais dependiam de lealdade e redes de clientelismo tradicionais para arregimentar seus membros e manter o poder (WEINSTEIN, 1993, p. 124).

<sup>31</sup> “O movimento republicano do Pará não se originou dentro do Partido Liberal. Ao contrário, a maior parte dos republicanos históricos do Pará (isto é, os que esposaram a ideologia antes da derrubada da monarquia) iniciou carreira política fora do sistema bipartidário oficial. [...] Quase sem exceções, os republicanos do Pará eram jovens políticos, ou profissionais liberais que, desde o início, haviam se mantido distantes dos partidos políticos tradicionais em favor de um movimento ante- imperial distinto e separado”. (WEINSTEIN, 1993, p. 128).

financeira, a qual permitiu que a partir de então as elites regionais republicanas pudessem ocupar os cargos administrativos nos Estados; em matéria de impostos, a carta magna delegava aos estados a arrecadação dos impostos de exportação<sup>32</sup>.

Com a situação financeira<sup>33</sup> estabilizada:

Esse livre acesso às receitas da borracha – e a recursos adicionais – proporcionou aos três republicanos históricos que ocuparam o governo do Pará durante a década de 1890, uma oportunidade única de implementar programas inovadores e reformas econômicas. [...] Apesar de suas afinidades políticas, os republicanos históricos tinham estilos diferentes, e era improvável que implementassem programas idênticos (WEINSTEIN, 1993, p. 133, 134).

O primeiro governador foi Justo Leite Pereira Chermont. “De família rica, filho de Visconde, diplomado em direito” (BORGES, 1983, p. 29), assumiu o primeiro governo republicano do Pará no dia 17 de dezembro de 1889, mas antes desta data fazia parte da junta republicana que assumiu o governo do Pará no dia 16 de novembro.

Nesse período, em termos de instrução para atender aos anseios republicanos de uma educação científica, as escolas deveriam ter laboratórios para experimentação e ter como método de ensino a lição das coisas, além de os alunos e alunas terem atividades físicas e prelações sobre o higienismo. O ensino preconizado deveria ao mesmo tempo garantir que o amor à pátria tivesse como fim o progresso; para tanto, desejava-se a criação do cidadão em oposição ao súdito. Assim, era preciso criar o homem novo – e nada melhor do que determinar às escolas que iniciassem este processo.

Chermont, que fora diretor de instrução pública ainda no Império, quando no cargo de Governador iniciou uma reforma na Instrução Pública, impondo vários decretos:

### Quadro 3 - Legislações educacionais

Decreto n. 16, de 9 de janeiro de 1890, que dividiu em duas a cadeira de Matemática no Liceu Paraense
Decreto n. 29, de 4 de fevereiro de 1890, criando duas escolas normais, uma para

<sup>32</sup> Assim o Estado do Pará viu-se, de repente, como único beneficiário dos 22% da tarifa imposta sobre toda a borracha vendida no exterior - soma que atingiu, em 1892, 6.139 contos (cerca de 1, 5 milhões de dólares) (WEINSTEIN, 1993, p. 132).

<sup>33</sup> É bem verdade que o produto das tarifas da importação- ainda mais lucrativas que os direitos que os direitos de exportação – continuavam a fluir exclusivamente para o Tesouro Nacional, dando origem a queixas ocasionais e até mesmo a reivindicações de uma autonomia regional ainda maior: globalmente, porém, a situação fiscal do estado melhorara enormemente, não havendo muito motivo para ressentimento por parte da elite do Pará (WEINSTEIN, 1993, p. 132).

professores e a outra para professoras
Decreto n. 30, de 5 de fevereiro de 1890, regulando o modo pelos quais devem ser providas as escolas primárias provisórias
Decreto n. 136, de 11 de abril de 1890, autorizando suplementação de verba para as despesas de implantação das escolas normais
Decreto nº 149, de 7 de maio de 1890, do regulamento a Instrução Publica
Decreto n. 152, de 3 de julho de 1890, alterando o regulamento da Instrução Publica
Decreto n. 162, de 12 de julho de 1890, de Regulamento ao Lyceu Paraense
Decreto n. 165, de 23 de julho de 1890, alterando o regulamento das escolas normais
Decreto n. 167, de 23 de julho de 1890, marcando as atribuições do Conselho Superior de Instrução Pública, e aprovando suas resoluções de 17 do corrente
Decreto n. 188, de 29 de setembro de 1890, criando a cadeira de História e Coreografia do Brasil no Lyceu Paraense
Decreto n. 196, de 29 de setembro de 1890, sobre os vencimentos dos professores primários
Decreto n. 196 de 29 de setembro de 1890, extinguindo a escola noturna do 3º distrito da capital

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os decretos de Chermont, destacamos como principais os Decretos n. 149 e 165 (PARÁ, 1893a, 1893b), que abordaram o regulamento da Instrução Pública. Dos capítulos que compõem o Decreto n. 149, um tratava do ensino particular, determinando competências e obrigações perante a diretoria geral de instrução pública, e outro trata da obrigatoriedade do ensino para meninos e meninas, assim como da educação diferenciada para os sexos.

Chamado à capital federal pelo Presidente da República, Deodoro da Fonseca, Justo Chermont assumiu, em 4 de fevereiro de 1891, a vaga de Ministro do Exterior, no lugar do ministro Quintino Bocaiuva. Gentil Bittencourt ficou em seu lugar governando o estado, que muito pouco pôde fazer, pois no dia 25 de março de 1891 foi substituído pelo governador nomeado por decreto federal, o capitão-tenente Duarte Huert Bacelar Pinto Guedes. A respeito da Instrução, o novo Governador afirmou que

Nas reformas empreendidas após a inauguração da República, a que mais evolui é a do ensino público, que mereceu do meu ilustre antecessor os mais sérios cuidados. Encarregado o Sr. José Veríssimo da direção geral da Instrução pública, todos os atos que para reorganizá-la foram promulgadas, obedeceram a um plano metódico, consoante às lições da pedagogia moderna. Pela primeira vez procurou-se, como meio de educação, interessar o povo na questão do ensino, estabelecendo o conselho superior e os conselhos escolares eletivos (PARÁ, 1891a, p. 26).

Ficando no governo três meses, o capitão-tenente Duarte Huert Bacelar Pinto Guedes também não teve oportunidade de modificar muita coisa. No relatório que apresentou ao Governador eleito pelo Congresso Estadual Constituinte em 1891, Lauro Sodré, seu sucessor, limitou-se a reproduzir as informações que o ex-diretor da Instrução Pública, José Veríssimo, tinha apresentado ao Governador Justo Chermont.

Paralelamente a essas realizações, o Congresso Constituinte Paraense elaborou a primeira Carta Constitucional Republicana, promulgada a 8 de junho de 1891, em que a Instrução Pública, segundo o artigo 39, era incorporada à Secretaria do Estado do Interior e Justiça. O artigo 66 determinava que o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos fosse leigo e, por fim, a Constituição permitia ao Congresso legislar sobre a Instrução Pública. (PARÁ, 1991 [1891]).

Eleito Governador do Estado para o período de 1891 a 1897, Lauro Sodré continuou com as reformas na Instrução. Tendo a Instrução Pública como

meta específica de quem fora Secretário e Assessor principal de Benjamin Constant, nomeado desde abril de 1890, para o novo Ministério, da Instrução pública, Correios e Telégrafos, criado pelo Governo Provisório. Lauro criou o Liceu Benjamin Constant de artes e ofícios para as classes populares, e o Orfanato, internato das órfãs desvalidas, e fundou a Academia de Belas Artes [...] atendeu com zelo, ao Liceu Paraense e à Escola Normal e difundiu escolas primárias no Estado (BORGES, 1983, p. 74).

As principais leis de sua lavra foram: o Decreto n. 372, de 13 de julho de 1891, que reorganizou a instrução pública (PARÁ, 1891b); o Decreto n. 409 de 24 de setembro de 1891, que reformou o Regulamento da Escola Normal (PARÁ, 1891c); a Portaria de 26 de dezembro de 1891 (PARÁ, 1891d), aumentando as verbas para os aluguéis de casas para funcionar como escolas; a Portaria de 28 de setembro de 1892 (PARÁ, 1892a), que criou escolas elementares destinadas ao sexo feminino; o Decreto de 17 de outubro de 1892 (PARÁ, 1892b), modificando o regulamento do Liceu Paraense; a Portaria de 3 de janeiro de 1893 (PARÁ, 1893c), removendo professores, criando escolas mistas e considerando públicas algumas escolas particulares; a Lei de n. 436 de 23 de maio de 1896, que reorganizou a Instrução Primária (PARÁ, 1900b); e, finalmente, o Decreto 403, de 18 de janeiro de 1897, que dava Regulamento à Lei n. 436 de 23 de Maio de 1896, alterando a reorganização do ensino público (PARÁ, 1897).

O entendimento que temos em relação ao pacote de leis, portarias e decretos produzidos no governo de Lauro Sodré é que seguem a lógica administrativa que regeu a organização do ensino iniciada com Justo Chermont e José Verissimo, representando uma continuidade jurídica e administrativa.

Paes de Carvalho (1897-1901), o terceiro republicano, também editou decretos, atos e portarias a respeito da instrução pública, seguindo também a lógica administrativa de Justo Chermont e José Verissimo. Seu maior legado à educação foi iniciar a construção dos imóveis destinados a servirem de escolas primárias, medida capaz de racionalizar os gastos, ao agrupar

em um só prédio até 400 alunos e alunas e que ficaram conhecidos como Grupos Escolares<sup>34</sup>. O novo modelo de escola permitiria a seriação dos alunos e alunas por idade de aprendizagem e a especialização do corpo docente. Também a ele deve ser creditado o fim da disciplina Educação Física no rol das matérias obrigatórias nos Grupos Escolares, voltando a se usar o termo “ginástica”<sup>35</sup>.

Para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas no período, apresentaremos a seguir as reformas educacionais ocorridas entre 1890 e 1899, em duas partes. A primeira, compreende o governo de Justo Chermont e a segunda, o governo de Lauro Sodré e Paes de Carvalho, citando exemplos de medidas higienistas presentes nos documentos regulamentadores dessas reformas.

### 2.1.2 O Governo de Justo Chermont (1890-1891)

*No Brasil dessa época, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a incipiente industrialização, a nova feição das cidades, o aumento do comércio internacional, as correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais “livres” concentrados no espaço urbano deram nova complexidade à estrutura social do país. (SOUSA; ARAUJO, 2016, p. 109).*

Um importante intelectual que teve destaque durante o governo de Chermont e a quem, possivelmente, devemos creditar o plano de reorganização da instrução pública foi José de Matos Veríssimo. Suas contribuições foram decisivas na implantação do higienismo na instrução primária. A esse respeito, o caminho escolhido foi a apresentação da visão pessoal sobre educação, instrução pública, educação física e sobre a sociedade, expressa em obras literárias, documentos, manuscritos, relatórios e manuais, além da realização prática de seus ideais no seu empreendimento particular de ensino em Belém – a Escola Americana, tida como uma escola moderna.

Veríssimo proporcionou relevantes contribuições à instrução pública no início da República, mas sua ação em prol da instrução brasileira se iniciara ainda no período

---

<sup>34</sup> Já no ano de 1890, o diretor geral de instrução pública do governo Justo Chermont, José Veríssimo, no relatório apresentado ao governador sobre sua administração, demonstrou cabalmente em uma das passagens do documento a importância de construir os prédios para as escolas primárias. Indaga-se: por que razão o governo do estado do Pará demorou quase 10 anos, no interior, e 11 na capital para a construção dos imóveis?

<sup>35</sup> Nota-se na legislação a ausência de orientações aos professores e professoras no sentido de verificar o estado dos cabelos, dentes, orelhas e mãos dos alunos e alunas antes do início das aulas. Supomos que a medida caiu em desuso na reforma de Lauro Sodré, pois não foi encontrada na lei que reformou a instrução primária qualquer referência a esta prática higienista.

monárquico. Era necessário reformar a instrução pública herdada do período imperial que, segundo os republicanos, não permitia ao país se tornar moderno e civilizado:

Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. A partir do último século XIX e, principalmente, nas três primeiras décadas do século XX é que se viu uma verdadeira cruzada higiênica que mobilizou médicos, educadores, engenheiros e todos aqueles ligados de alguma maneira à causa da instrução pública (SOUSA; ARAÚJO, 2016, p. 109-110).

Portanto, autorizados pelo governo federal a modificar a instrução, os republicanos paraenses elaboraram um “Plano Geral de Reforma e Reorganização do Ensino Público”, cuja direção caberia, segundo a estrutura do governo, ao Diretor Geral da Instrução Pública. Nesta medida, o governador

Justo Leite Chermont, manteve à frente da Instrução Pública o Sr. Américo Santa Rosa, antigo professor do Liceu Paraense, e que servia ao anterior regime. Houve, no entanto, um atrito entre o diretor da Instrução Pública e o professor Antônio Carvalho, lente interino de francês, também no mesmo liceu (MEIRA, 1981, p. 266).

Sem apoio do Governador, Santa Rosa pediu sua exoneração, que foi aceita. Nomeou para o cargo José Ferreira Cantão, por ser o professor mais antigo do Liceu, de modo que ele exerceria o cargo de Diretor da Instrução Pública ao mesmo tempo em que concorria a uma vaga de Deputado Federal Constituinte. Eleito para o cargo, pediu exoneração para assumir o mandato. Ausentando-se do Estado, Justo Chermont passou o cargo ao Vice-Governador, Paes de Carvalho, que, nesta oportunidade, nomeou José Veríssimo como Diretor Geral da Instrução Pública do Estado Confederado do Estado do Pará (PARÁ, 1891a, p. III).

Na gestão de Veríssimo, foi publicado o regulamento do “Lyceu Paraense” por meio do Decreto n°. 162, de 12 de julho de 1890, além das alterações do regulamento e regimento da Escola Normal, a partir do Decreto n°. 165, de 23 de julho de 1890 (PARÁ, 1893b).

Veríssimo era, entre outras atividades, um intelectual que produziu muito sobre a região. Seu livro *Scenas da vida amazônica*, de 1884, consolida-o como literato. Nos contos que compõem a obra, o personagem central é o mestiço, com seus costumes e crenças (VERÍSSIMO, 1899). Três anos depois, na qualidade de empresário da educação, em 1887, publicou um livreto intitulado *Notícia Geral sobre o Colégio Americano*, no qual fala de seu estabelecimento educacional, inaugurado a 7 de janeiro de 1884, situado na Estrada de Nazaré, 49 (VERÍSSIMO, 1887a).

No discurso de abertura do empreendimento, Veríssimo aproveitou a oportunidade para explicar aos presentes e aos que leriam seu livreto os fundamentos que regiam sua concepção de Instrução. Sobre a filosofia e a instrução adotada no colégio, ele diz que “pertence à filosofia positiva, ou, se quiserdes, à filosofia científica” e completa afirmando que

toda a educação moderna - a única que deveis querer para vossos filhos que serão os homens do futuro e a única que nos propomos a dar-lhes repousa, pois, segundo é fácil de inferir das opiniões citadas, sobre a ciência, em virtude deste principal conceito de pedagogia científica de que não devemos ensinar se não o que sabemos (VERÍSSIMO, 1887a, p. 8).

Assim, temos na discussão sobre a educação física um aspecto de grande importância do pensamento de Veríssimo acerca da questão da higiene. O educador defende que não devemos desprezar a ginástica como meio de educação física “se quisermos dotar a nossa pátria de cidadãos não só instruídos e moralizados, mas são, principalmente si forem seguidos n’esse ensino os preceitos da pedagogia de mãos dadas com a hygiene” (VERÍSSIMO, 1887b, p. 31).

Como historiador, escreveu, nesse mesmo ano, um extenso artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro intitulado “As populações indígenas e mestiças da Amazônia”. No artigo, onde o autor descreve a formação da população que habitava o Pará e a capital e que possivelmente serviu de fundamentação histórica e sociológica para formular suas propostas para a instrução pública, ele argumenta que “[...] podemos sem medo de errar e valendo-nos apenas do conhecimento que temos da província do Pará, calcular que aqui os mestiços formam mais de duas terças partes da população” (VERÍSSIMO, 1887a, p. 296). Ele também calcula que 350.000 pessoas moravam no Pará no ano de 1887. Na sequência, quanto a nossa população, informa que sua grande maioria é filha de pai europeu e mãe indígena (VERÍSSIMO, 1887a, p. 296). E justifica sua composição explicando que

[...] Primeiramente o branco cruzou-se com o índio, depois o negro com este, com aquele, e com diversos resultados d’estes sucessivos cruzamentos, d’onde resultou a grande mistura de sangues que produziu o curiboca (branco e índio), o mameluco (curiboca e branco), o mulato (branco e preto) e o cafuz cafuzo ou carafuzo (preto e índio) e ainda outros de entrelaçamentos destes (VERÍSSIMO, 1887a, p. 296).

Para, ao final do texto, concluir que:

- 1º. As raças cruzadas do Pará estão profundamente degradadas.
- 2º. Ao meio e às condições sociais, políticas e religiosas, em que se deram cruzamentos, se deve atribuir o lastimável estado a que chegaram.

3°. Pondo de parte esse estado, o que é certo é que, relativamente, predominou n'essas raças o elemento tupi, mais do que o portuguez.

4°. A população da província que não pertence a estas raças, sentiu também essa influência (VERÍSSIMO, 1887a, p. 296).

Esta formulação nos dá uma ideia do seu pensamento sobre o nosso povo e, conseqüentemente, dá pistas para as medidas higienizadoras propostas para as escolas do estado por meio do Regulamento Escolar, que só seria aprovado em junho de 1890. Meses antes, em março, ele publicaria em Belém uma crítica à instrução praticada durante o período imperial, ao mesmo tempo em que oferecia aos republicanos uma proposta de educação para todo o país no livro *A Educação Nacional*, em cuja introdução afirmava que

O nosso systema geral de instrucção publica, não merece de modo algum o nome de educação nacional. É em todos os ramos - primário, secundário e superior - apenas um acervo de materias, amontoadas, ao menos nos dous primeiros, sem nexo ou lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada da pátria (VERÍSSIMO, 1906, p. 1).

Sobre o sentimento nacional, Veríssimo (1906, p. 296) afirma que “a falta de uma organização consciente da educação pública do mesmo passo cooperou para manter esse isolamento e, como quer que seja, essa incompatibilidade entre os filhos e habitantes”, Continua argumentando que

Essa face da educação escapou até hoje à organização de nosso ensino escolar, do qual deverá ser como a cúpula e remate. E assim o edificio de nossa educação pública ficou sem alicerces - o estudo do país - e sem acabamento - a cultura cívica (VERÍSSIMO, 1906, p. 296).

Além do alto índice de analfabetismo no país, que chegava a 84% da população, Veríssimo considerava o brasileiro “Sem orgulho patriótico, sem educação cívica, sem concorrência de espécie alguma, o caráter, já de si indolente e mole” (VERÍSSIMO, 1906, p. 17). Dessa forma, justificava se utilizando de duas prováveis causas desse estado:

Mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta e trabalho de qualquer o sangue pobre, o caráter nulo ou irritadiço e por isso mesmo inconsequente, os sentimentos deflorados e pervertidos, animados, indisciplinados, malcriados em todo o rigor da palavra - eis como de regra começa o jovem brasileiro (VERÍSSIMO, 1906, p. 25).

Entretanto suas críticas abordavam também duas disciplinas basilares da formação patriótica: a História e a Geografia. Sobre o ensino de História, ele dizia apenas “existir nos programas” (VERÍSSIMO, 1906, p. 4). Quanto à Geografia: “Nas nossas escolas [...] é uma nomenclatura de nomes europeus. [...] e a geografia pátria, quase impossível de estudar pela

ausência completa dos elementos indispensáveis” (VERÍSSIMO, 1906, p. 4). Em síntese, para Veríssimo: “Uma educação para ser nacional precisa que a inspire o sentimento da pátria, e que a dirija um fim patriótico” (VERÍSSIMO, 1906, p. 11).

Como a educação tem por fim preparar um espírito culto e bom, à educação física compete formar um corpo robusto e são, completando ambos o fim superior da educação, que é tornar o homem bom, instruído e forte (VERÍSSIMO, 1906). Veríssimo considerava a Educação Física indispensável, por crer que,

dadas as nossas condições de clima e de raça, a nossa idiossincrasia, não tem absolutamente o mesmo valor que os preceitos e ensinamentos dos especialistas estrangeiros relativamente ao vestuário a habitação, a alimentação ou aos exercícios do corpo (RELATÓRIO, 1906, p. 77).

Em contrapartida, posicionava-se contrário ao hábito de as crianças brancas serem “entregues aos cuidados das escravas, cujo leite quase sempre eivado de vícios que mais tarde lhes comprometem a saúde” (VERÍSSIMO, 1887, p. 74).

Em face ao exposto, ficou claro que a reforma da instrução pública proposta pelos republicanos pretendia ser abrangente e deveria auxiliar o governo na criação do homem novo. Isso significava que o governo deveria colocar novos dirigentes na instrução pública para aplicar a nova legislação educacional. Não foi o que aconteceu, pois ao manter o dirigente da instrução do período monárquico, o governador sinalizou que a reforma poderia ser feita com os antigos dirigentes. A continuidade de Santa Rosa faz supor que não existiriam rupturas significativas que fizessem necessário substituir o diretor. Em seguida, devido a divergências internas na instrução, o governador substituiu o diretor da instrução pública por alguém que foi candidato a cargo eletivo, sendo eleito posteriormente. Tal procedimento demonstra, possivelmente, que o cargo de diretor da instrução pública era utilizado para fins eleitorais, e que a hipótese de o gabinete do governador ser responsável pela reforma seria plausível. Os dois ocupantes do cargo de diretor não deixaram produção intelectual que os inscrevesse no rol dos intelectuais em condições de contribuir para o avanço da instrução pública na República.

A situação da instrução pública no Pará muda com a nomeação de José Veríssimo, intelectual que tinha a contribuir com os republicanos na reforma da instrução, e cremos ter demonstrado parte de seu pensamento, que levou a dar curso à reforma da instrução pública. Por fim, uma questão que merece melhor investigação é por que Veríssimo não ter sido nomeado logo para o cargo de diretor geral pelo governador Justo Chermont? Qual o motivo de sua nomeação ter sido feita pelo vice-governador?

Antes de José Verissimo assumir a direção da instrução, o governo havia criado as Escolas Normais (masculina e feminina), regulamentado as escolas provisórias e publicado, em 7 de maio de 1890, o Decreto n. 149, que regulamentava a instrução pública – “Regulamento Geral da Instrução Publica e Ensino Especial do Estado do Pará” (PARÁ, 1893a). Uma das razões alegadas pelo Governo de Chermont para fazer a reforma foi o fato de o Estado gastar muito e obter pouco resultado, pois acreditava que o ensino era deficiente – sem, no entanto, explicar os fundamentos que permitiram elaborar esta sentença.

O regulamento estava dividido em 15 capítulos: o primeiro era sobre a organização do ensino; logo após tínhamos, respectivamente, os seguintes: a direção geral do ensino; do diretor geral; do secretário geral; do conselho superior; dos conselhos escolares; das eleições escolares; da obrigatoriedade escolar; do fundo escolar; do ensino primário; a criação das escolas e nomeações de professores; dos professores públicos, seus direitos e deveres; dos exames primários e do certificado de estudos primários; da disciplina e economia escolar; e por fim, as disposições gerais.

De acordo com essa norma, o ensino público se dividia em primário, secundário e profissional ou técnico. O ensino primário seria dado nas escolas elementares, no Instituto Paraense de Educandos e Artífices. O ensino secundário seria ministrado no Liceu Paraense e na Escola Normal; e o técnico e profissional, no Instituto Paraense de Educandos e artífices. Diferentemente do período anterior, o ensino é declarado leigo, gratuito e obrigatório, permitindo-se, como no período anterior, o ensino pago. A novidade do regulamento era que estabelecia eleições escolares para compor o Conselho Superior de Educação, assim como permitia às mulheres casadas, às viúvas de vida honesta e solteiras maiores de 21 anos votarem para eleger as pessoas do Conselho Superior de Educação. Todavia para votar e ser votado era preciso saber ler e escrever. Estabelecia ainda que as mulheres poderiam ser eleitas para o conselho superior, conselhos escolares, porém eram vetadas para o cargo de vice-presidente do Conselho Superior. Determinava que as crianças em idade escolar (dos 6 aos 13 anos) eram obrigadas a frequentar as escolas primárias nas cidades, vilas e povoações onde residissem ou em um raio de 1 km da escola, mas reconhecia que as crianças ensinadas em casa estavam desobrigadas da determinação de frequentar as escolas. Por fim, criou-se um fundo para financiar a instrução e as fontes de financiamento.

As disciplinas a serem ministradas no ensino primário nas escolas elementares foram definidas no artigo 86. Tratava-se de

- I - Ensino concreto das formas, cores, números dimensões, tempo, sons, qualidade dos objetos, medidas, seu uso e aplicação.
- II - Geometria prática e noções sobre a mediação das áreas e capacidades.
- III - Escrita e leitura.
- IV - Ensino prático da língua materna, merecendo sobretudo atenção a construção correta das frases e a ortografia.
- V - Aritmética prática compreendendo as quatro operações, frações decimais e ordinárias, sistema métrico, proporções, regra de três, cálculo de juros. Problemas concretamente formulados.
- VI - Geografia do Estado e noções gerais da geografia do Brasil. Ideia geral da geografia universal. (PARÁ, 1890a, p. 81)

Já o artigo 88 criou a Instrução Primaria integral, que seria ministrada nas escolas populares. A duração seria de seis anos, sendo divididos em dois anos para o curso elementar, dois anos para o curso médio e dois para o curso superior (PARÁ, 1890a), quando seriam desenvolvidas as disciplinas

- I - Ensino concreto das formas, cores, números dimensões, tempo, sons, qualidade dos objetos, medidas, seu uso e aplicação. Pequenas lições de coisas.
- II - Escrita e leitura.
- III - Ensino prático da língua materna.
- IV - Aritmética prática até a divisão por dois números. Problemas fáceis, sempre concretamente formulados.
- V - Cultura moral. Comentário moral das narrativas do livro de leitura e dos atos da vida escolar.

A relação de atividades no nível elementar foi acrescida à disciplina Educação Física (PARÁ, 1890a), que possuía o seguinte conteúdo:

- I - Noções práticas de higiene particular sobre os alimentos, o vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou do repouso de cor e recitados.
- II - Cuidados de asseio exigido e recomendados.
- III - Exercícios físicos, marchas, saltos, movimento a pé firme e outros exercícios calistênicos<sup>16</sup> feitos durante os recreios e ao menos duas vezes por semana em uma sessão especial de uma hora, à tarde.
- IV - Jogos e brinquedos ao ar livre.

O Regimento também estabelecia que, ao menos duas vezes na semana, as alunas teriam, em vez de aulas de Educação Física, aulas de Prendas e Trabalhos Femininos, preferencialmente, corte e costura de peças do vestuário feminino e masculino<sup>36</sup>.

Nas escolas elementares, as aulas iniciavam às 8 horas, findando às 12 horas. As escolas populares tinham duas sessões: pela manhã, a entrada era às 7h30 e a saída, às 11

---

<sup>36</sup> O que demonstra cabalmente que o ensino era sexista, pois aquele destinado às meninas visava a capacitá-las para administrar o lar e ou, no lar, a trabalhar para outrem.

horas, retornando-se pelo período da tarde, das 15 até as 17 horas. Os livros a serem adotados nas escolas teriam que ser aprovados primeiramente pelo Diretor Geral de Ensino, cabendo ao governo fornecer o material permanente, bem como o material de consumo.

Na gestão de José Veríssimo, a frente da Diretoria Geral de Instrução Pública foi criada no dia 4 de julho de 1890. De sua lavra, o *Regulamento Escolar: Programas. Horários e Instruções Pedagógicas para as Escolas Públicas*<sup>17</sup> foi sancionado por Justo Chermont no dia 21 de julho de 1890. Nesse documento, as prescrições higienistas dizem respeito aos professores e ao prédio escolar, ao controle do corpo dos alunos, alunas, professores e professoras:

Art. 3º Os professores, devem apresentar-se na escola decentemente vestidos, dando aos seus alunos pela correção e asseio de seu traje e porte uma lição moral. É -lhes proibido apresentarem-se em chinelos.

Art. 4º É também expressamente proibido aos professores, em função escolares, fumar, ocupar-se de assuntos estranhos a escola, muito principalmente políticos e religiosos.

Art. 7º A sala da escola será caiada todos os anos. Deve ser conservada com máximo asseio, sendo varrida e espanada duas vezes todos os dias antes da entrada da manhã e da tarde, e lavada ao menos uma vez por mês. As janelas serão conservadas abertas, e não só a sala da escola como a casa em que funciona serão objetos de minuciosos cuidados higiênicos.

Art.8º Funcionando a escola na casa de residência do professor, lhe será reservado o melhor compartimento, como as melhores dependências para as necessidades escolares.

Art. 9º Para o serviço exclusivo dos alunos haverá em toda escola latrinas, lavatório e água de beber, tudo instalado segundo os preceitos da higiene escolar e mantido sempre com o mais escrupuloso asseio.

Art. 11º A mobília escolar será instalada de acordo com as prescrições de higiene escolar, devendo os alunos quando escreverem receberem a luz pela a esquerda.

Art.13º Os meninos devem apresentar-se na escola asseados e decentes.

Art.14º A primeira meia hora da entrada da manhã será em todas as escolas consagrada à inspeção do asseio, verificação do estado dos dentes, orelhas, cabelo, unha, dos alunos, acompanhada de observações morais e recomendações sobre a necessidade e higiene dos cuidados do corpo (PARÁ, 1890a).

No item dos preceitos higiênicos contidos nas legislações da instrução pública, estão os comentários a respeito dos artigos referentes ao higienismo. Por ora, podemos afirmar que nesta legislação a escrita está no gênero masculino e não há citação sobre as professoras e as alunas. O regulamento proibiu a política partidária nas escolas, já que esta prática era comum no Período Imperial, e como o Estado havia se tornado laico a partir de 16 de novembro, os atos religiosos no interior das escolas eram proibidos. Por fim, o regulamento proibia o fumo para os professores e possivelmente para as professoras nas imediações das escolas. O regulamento não proibia os professores e professoras de fumar, só não podiam fazê-lo nas

imediações das escolas, pois assim estariam, com o comportamento, incentivando os alunos e alunas a fumar.

### 2.1.3 O Governo de Lauro Sodré (1891-1897)

No governo de Lauro Sodré, iniciado a 24 de junho de 1891, as normas que reorganizaram a Instrução Pública paraense foram: o Decreto de n. 372 de 13 de julho de 1891 (PARÁ, 1891b); o Decreto n. 409 de 24 de setembro de 1891 (PARÁ, 1891c); a Lei s/n de 14 de junho de 1895 (PARÁ, 1900a); a Lei n. 436 de 23 de maio de 1896 (PARÁ, 1900b); e por fim, o Decreto n. 403 de 18 de janeiro de 1897 (PARÁ, 1897).

Pouco mais de um ano depois do Decreto de n. 149 de 7 de maio de 1890, o governador Lauro Sodré impôs uma nova legislação para a Instrução Pública, o decreto n. 372 de 13 de julho de 1891, cujo motivo foi a

necessidade reorganizar a Instrução Pública, mantendo em suas bases o Regulamento de 7 de Maio de 1890, que moralmente e materialmente levantou o nível do ensino entre nós, corrigindo aquele Regulamento em algumas das suas disposições, de acordo com as lições da prática e experiência, e harmonizando-o no todo com os princípios consagrados na nossa Constituição (PARÁ, 1891b, p. 317).

Esse Decreto possuía 4 (quatro) títulos, divididos em 15 (quinze) capítulos, entre os quais podemos encontrar os seguintes dispositivos higienistas:

Art. 8º. O ensino particular é completamente livre e independente. Qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, pôde abrir estabelecimento de ensino, sujeita apenas às seguintes condições:

4º. Exibir certificado das boas condições higiênicas do edifício, passado por autoridade competente.

Art. 43. Compete aos inspectores escolares:

3º. Inspeccionar rigorosamente os estabelecimentos de ensino público primário e secundário ou outros, abrangendo na sua inspeção a parte material, as condições higiênicas e a parte técnica do ensino.

Art. 56. – Além d'estas matérias, durante todo o curso será dada a educação física por este modo:

1º. Noções práticas de Hygiene particular sobre os alimentos e vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou de repouso.

2º. Cuidado de asseio exigidos e recomendados.

Art. 73 – Para ser professor público da escola primaria é preciso:

3º. – Não sofrer de moléstia contagiosa, repulsiva, ou que impeça por qualquer modo o exercício perfeito do magistério.

Art.185. A criança, que pretender matricular-se n'uma escola, deve apresentar ao respectivo professor um boletim assignado pelo seu pai, responsável, ou pelo juiz de órfãos, quando não tenha curso responsável, com seu nome, filiação, lugar e data de nascimento, certificado do médico atestando que não sofre de doenças que possam prejudicar a saúde dos outros alunos, e que é vacinado.

Em 1895, destaca-se a Lei s/n de 14 de junho, cujo texto, embora não tenha sido sancionado pelo governador Lauro Sodré, permite-nos observar e compreender aspectos higienistas. A leitura da lei, que estava dividida em 8 (oito) títulos, não permite saber o motivo da nova reorganização, mas se percebe conteúdo higienista presente nos seguintes artigos e parágrafos:

Art. 6º - Além das matérias indicadas no artigo supra durante o curso escolar será dado conveniente educação física, compreendendo noções de hygiene prática, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre.

Art.65 – Compete ao Visitador Escolar:

2º. Inspeccionar rigorosamente os estabelecimentos de ensino público abrangendo na sua inspeção a parte material, condições higiênicas e parte técnica do ensino.

Art. 70 – São condições indispensáveis para o magistério público, além da capacidade intelectual:

2.º - Não sofrer moléstia alguma contagiosa ou repulsiva, nem ter defeito algum físico, que, como gagueira ou surdez, impossibilite ou dificulte o ensino (PARÁ, 1900a).

Em maio de 1896, foi sancionada a Lei n. 403 pelo governador Lauro Sodré. Sua novidade foi não constar no texto da lei a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças e a incorporação de determinações referentes à Escola Normal.

O Capítulo I que tratou da Organização do Ensino, no Art.3.º estabeleceu que: “Além das matérias ensinadas nas integrais (escolas), será dada conveniente educação física, compreendendo noções de hygiene prática, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre.” O Capítulo IV, que tratou do Magistério Público, determinou no Art.16, as condições indispensáveis para seu exercício entre as quais a do parágrafo 2.º que estabeleceu que os candidatos não poderiam sofrer de moléstia contagiosa e nem ter defeitos físicos.

Em janeiro de 1897 foi implantado o Decreto n. 403, que tratou de todos os níveis de Instrução Publica sob responsabilidade do Estado do Pará (PARÁ, 1897). Alguns dos aspectos fundamentais que nos chamaram a atenção foram a não obrigatoriedade do ensino primário, o estabelecimento das condições para o exercício do ensino particular e a exigência de certificado sobre as condições higiênicas do prédio onde funcionara as escolas – passado, na capital, pela Junta de Hygiene terrestre, e no Interior, pelo médico regional,

O Decreto também estabeleceu que, nas escolas integrais primárias, seriam ministradas aos alunos e alunas “noções de higiene prática”, e que: “Nenhum candidato será matriculado sem estar vacinado ou apresentar indícios de estar sofrendo de moléstia contagiosa ou repulsiva, e a matrícula deve ser logo trancada aos que se apresentarem, no decurso do tirocínio, com tais sofrimentos” (PARÁ, 1897).

Lauro Sodré foi um dos governadores que atuaram no período da pesquisa – o que mais tempo ficou no governo, já que foram mais de 6 anos. Durante seu governo, foram sancionados três decretos e um não o foi. Isso resulta na média de um decreto a cada dois anos. Sodré governou em meio ao aumento de receitas dos cofres públicos devido à cobrança dos impostos de exportação da borracha; tendo receita, aumentou os gastos com o ensino primário. A afirmação pode ser provada ao se consultar as Falas<sup>37</sup>, nas quais ele demonstra os aumentos dos gastos com a instrução pública<sup>38</sup>. A maior parte dos gastos feitos com a instrução pública concentrava-se no item de pagamento dos professores das escolas primárias e aluguéis de mais de 456 escolas primárias, tanto no interior quanto na capital. Não encontramos diferenças significativas entre os vários decretos no item do higienismo. Os itens abrangiam o controle por parte do governo a respeito do corpo dos alunos e alunas e professores e professoras, e por fim, as condições de funcionamento das escolas primárias.

Um ponto que merece ser melhor investigado é a questão de gênero. O Decreto de n. 149 de 17 de maio de 1890 (PARÁ, 1893a)<sup>39</sup> estabeleceu que a direção geral da instrução pública seria composta por um diretor geral (homem) nomeado pelo governador. Para assessorar o diretor na execução das competências, o decreto criou o cargo de Secretário Geral e um Conselho Superior de Instrução Pública. As mulheres poderiam ser eleitas para o Conselho Superior de Instrução Pública e Conselhos escolares. Todavia, era-lhes proibido<sup>40</sup> ocupar cargos de decisão no Conselho Superior. Com o decreto de n. 372 de 13 de julho de 1891 (PARÁ, 1891b), o primeiro de Sodré, a participação das mulheres ficou restrita a uma vaga para compor o Conselho Superior, e não era citada a participação feminina nos conselhos municipais<sup>41</sup>. Os demais decretos mantêm os dispositivos que regulavam a participação feminina na administração da instrução pública. É relevante ainda destacar que a

<sup>37</sup> Instrumento legal em que, na abertura do ano legislativo, o governador anualmente apresentava o balanço de seu governo, as metas para o ano, as receitas e as despesas. Um item destacado neste instrumento são as referências que Lauro Sodré faz sobre sua gestão na instrução pública.

<sup>38</sup> Weinstein (1993, p. 241) afirma que a decadência começou a partir de 1910.

<sup>39</sup> Artigo 13, inciso IX. “Uma professora pública da capital eleita pelas colegas”.

<sup>40</sup> Artigo 57. “As mulheres são elegíveis, quer para o conselho superior, quer para os conselhos escolares. Não podiam, porém, ser eleitas para a vice presidência do Conselho Superior.

<sup>41</sup> No artigo 32, que estabeleceu quem poderia participar, as mulheres estavam excluídas.

presença feminina na instrução pública era superior à masculina, no quesito de alunos ou na composição da totalidade dos alunos na Escola Normal. A representação feminina só não era maior quando analisamos a composição do alunado do Liceu Paes de Carvalho.

#### 2.1.4 O Governo de Paes de Carvalho (1897-1901)

A principal norma produzida neste governo foi o Decreto nº 625, de 2 de janeiro de 1899, que reorganizou o ensino primário (PARÁ, 1899). A principal característica deste decreto foi o fato de ele ser um documento de transição, marcando o início da extinção do modelo de escolas primárias que funcionavam em casas alugadas. No seu artigo 84 estabeleceu que nos<sup>42</sup>: *“distritos escolares da Capital e nas sedes de municípios nos quais houver pelo menos quatro escolas de ambos os sexos, no raio fixado para a obrigatoriedade, o Governo poderá reuni-las e faze-las funcionar em um só prédio”*. Ficou determinado que cada novo grupo escolar podia ter até 300 alunos e 300 alunas. Entretanto, o Decreto ainda mantinha as escolas primárias funcionando em casas alugadas.

Enquanto não forem construídos prédios destinados ao funcionamento dos grupos escolares o Diretor Geral, por si ou pelos inspetores do ensino contratará por aluguel, para aquele fim, nas cidades e vilas do interior, onde for isso possível, prédios que ofereçam acomodações para o funcionamento conjunto de toda as escolas da localidade (PARÁ, 1899, art. 248, p. 60).

A partir deste Decreto, o ensino passou a ser organizado em dois níveis, elementar e complementar, e a ser ministrado nas Escolas Isoladas, Escolas-modelos ou Escolas Anexas e Grupos Escolares. As escolas isoladas eram classificadas em elementares ou complementares. O ensino elementar ministrado nas escolas isoladas manteve o mesmo padrão de ensino previsto nos Regulamentos do Ensino Primário de 1891<sup>43</sup> e 1897<sup>44</sup>. Escolas deveriam ser implantadas nos povoados, vilas, na capital e em cidades, com uma demanda de, no mínimo, 20 alunos. As escolas isoladas complementares seriam implantadas em localidades com, no mínimo, 50 alunos e seu ensino era dividido em curso médio e curso superior, com duração de dois anos. Cada curso seguia o mesmo padrão de ensino previsto para os cursos médio e superior das escolas integrais.

---

<sup>42</sup> A partir do governo de Paes de Carvalho e principalmente no governo de Augusto Montenegro (1901-1909), o governo do Pará construirá dezenas de Grupos Escolares tanto na capital quanto no interior, reduzindo bastante o gasto do estado com o aluguel de imóveis e pagamento do corpo docente para o funcionamento das escolas primárias.

<sup>43</sup> Governo Lauro Sodré.

<sup>44</sup> Último decreto de Lauro Sodré na instrução pública.

A educação física compreendia noções de higiene prática, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre, que deveriam fazer parte do ensino tanto nas escolas elementares quanto complementares. Na grade curricular que regia o ensino primário ministrado aos alunos e alunas das escolas isoladas, ficou estabelecido que

Além das matérias ensinadas nas escolas elementares e complementares será dada conveniente educação física, compreendendo noções de higiene prática, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre (PARÁ, 1899, art. 68, p. 21).

Nos Grupos Escolares, o artigo 85 estabelecia que:

O ensino de trabalhos manuais, ginástica e exercícios militares, será ministrado pelos próprios professores do grupo aos respectivos cursos. (PARÁ, 1899, p, 24)

Ao tratar das competências dos diretores dos grupos escolares, estabelece que o diretor é responsável por *velar pela boa conservação da biblioteca, gabinetes, moveis e objetos escolares do grupo*. Em relação aos porteiros dos grupos escolares, determina que compete a eles “*responder pelo asseio e boa guarda do edifício, mobília e utensílios do grupo*”, disposição semelhante à dos serventes do grupo escolar, que deveriam conservar o edifício e suas dependências asseadas. Em relação ao magistério, para que uma pessoa pudesse exercê-lo nas escolas públicas primárias, não poderia possuir moléstia contagiosa e defeito físico que o impossibilitasse de executar condignamente a profissão.

Quanto à matrícula de alunos e alunas nas escolas primárias públicas, a condição primeira era a de não possuírem moléstias contagiosas ou repugnantes, e de que provassem ter sido vacinados ou não terem sequelas oriundas da varíola. Por fim, o decreto estabelece que, entre os deveres dos professores, estava o de manter a disciplina e a ordem e fazer vacinar os alunos e alunas que ainda não o foram ou que mostrarem possuir sinais de varíola.

Em virtude do período da pesquisa, teceremos breves comentários a respeito da gestão de Paes de Carvalho, que governou sem problemas financeiros, com rendas obtidas do imposto de exportação da borracha, que ainda estava em crescimento. Em termos de gênero, manteve a exclusão das mulheres como parte dos conselhos escolares nos municípios do estado, embora a presença feminina fosse maior entre o alunado das escolas primárias e na Escola Normal.

### 2.1.5 Considerações particulares aos decretos

As legislações de organização e reorganização da instrução primária entre 1890 e 1900 apresentam características comuns. O liberalismo em ação é a questão central, ao nosso ver. O governo estadual reconhecia a iniciativa privada na instrução. Quem desejasse abrir uma escola, deveria escolher um prédio higiênico, o ensino deveria ser em português, e na hora da inspeção escolar, os responsáveis pelo empreendimento mercantil deveriam apresentar a documentação requerida<sup>45</sup>. A existência de 456 prédios alugados para funcionarem como escolas primárias, entre outras possíveis, é explicado como a transferência das receitas públicas advindas dos impostos para a iniciativa particular. A transferência não começou na república, aliás aumentou consideravelmente a partir de 1891 até 1901, ano em que o governo paraense inaugurou os Grupos Escolares. A partir daí a transferência de recursos públicos para o aluguel de imóveis diminuiu consideravelmente, já que o Estado aumentou seu patrimônio ao construir os Grupos Escolares<sup>46</sup>.

O conteúdo das disciplinas do ensino primário era diferenciado para meninas e meninos, havendo escolas primárias femininas e masculinas. As meninas tinham aulas de prendas do lar, corte e costura<sup>47</sup>; os meninos deveriam saber mais do que as meninas e ainda praticar exercícios físicos. As que podiam seguir os estudos após o primário cursavam a Escola Normal para tornarem-se professoras<sup>48</sup>. Os meninos que podiam frequentavam o Colégio Paes de Carvalho, escola que certificava os alunos a fazerem as provas das Faculdades de Ensino Superior no Brasil<sup>49</sup>.

A duração do ensino primário variou entre 6 a 8 anos; a idade dos meninos e meninas podia ser entre 6 e 7 anos. O ensino era obrigatório, e nenhuma criança que residisse a um quilometro de distância da escola poderia ficar fora da sala de aula.

---

<sup>45</sup> Artigo 8º - O ensino particular é completamente livre e independente. Decreto n. 149 de 7 de maio de 1890; artigo 8º do Decreto n. 372 de 13 de julho de 1891; artigo 3º do decreto n. 403 de 18 de janeiro de 1897, no decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, os artigos de n.191 a 195. De todos os decretos o último é o maior. As exigências do estado em referência ao ensino particular são maiores.

<sup>46</sup> A propriedade tem de pagar os impostos, e as pessoas que os pagam querem que o dinheiro seja aplicado de modo útil. A educação deve ser pública, sem ser governamental [...] O congresso não deve hesitar em adotar a resolução de que a educação tem de ser compulsória (MARX, 2014, p, 230).

<sup>47</sup> A diferença entre os sexos nos permite afirmar que o ensino nas escolas primárias para as meninas, além de uma base mínima de conhecimento de ler, escrever, somar, o civismo e o patriotismo, também formava as mulheres para desenvolverem atividades domésticas.

<sup>48</sup> No relatório ao governador, Justo Chermont de 1891, o diretor da Escolas Normal, Paulino de Brito, informa que havia somente uma professora na Escola Normal, que era a encarregada de ministrar a disciplina de prendas do lar e corte e costura (PARÁ, 1891a).

<sup>49</sup> Não consideramos neste trabalho a relação no ensino público da atividade estatal e a privada no período de 1890 a 1890. Havia escolas particulares em Belém que certificavam os alunos a concorrer as vagas nas Faculdades no Brasil.

O método de ensino adotado nas escolas primárias entre os anos de 1890 a 1900 permitia que alunos e alunas de diferentes idades frequentassem as mesmas aulas. Pressupomos que o atendimento que o professor fazia era de forma individual. Ao mesmo tempo, temos a existência do ensino por séries e idade entre as séries finais da instrução pública.

O quadro de professores e professoras no período chegou a quase 500 profissionais. O relatório de Veríssimo de 1891 demonstra que a maioria dos cargos era preenchida por mulheres<sup>50</sup>. Os dispositivos legais normalizavam a conduta dos profissionais, incluindo a penalidade pelo descumprimento da legislação, que era bastante expressiva, demonstrando uma tentativa de controlar o comportamento. Um desses dispositivos legais era a proibição de professores e professoras fumarem nas escolas, bem como a proibição de atividades partidárias e ações religiosas com os alunos.

Um item que notamos em todas as legislações foi a ausência de ações para a educação da população fora da idade escolar, a maioria da população, pois não houve ações pelo governo do estado para erradicar o analfabetismo. Ora, para que, no final do século XIX, um país considerado como desenvolvido e civilizado deveria ter a população alfabetizada. Tal ausência levanta a seguinte questão: por que os governos republicanos não alfabetizaram a população adulta? Acreditamos que os grupos que se assenhoraram do governo do estado no período não queriam o acesso da população pobre aos mecanismos de votação, ou seja, da cidadania política – a Constituição Federal de 1890 estabeleceu que só podiam votar e receber votos votados aqueles que fossem alfabetizados.

Em termos dos preceitos higienistas no ensino primário, o Decreto n. 149 de 7 de maio de 1890 (PARÁ, 1893a), elaborado na gestão de Justo Chermont, é o marco inicial e estava incluído na disciplina Educação Física. Abarcava a higiene dos alimentos, o vestuário, a casa, os exercícios físicos, o tempo de trabalho e repouso, asseios exigidos e recomendados, exercícios militares e jogos e brinquedos. Encontramos o mesmo conteúdo no decreto n. 372 de 13 de julho de 1891 (PARÁ, 1891b). No decreto n. 403 de 18 de janeiro de 1897 (PARÁ, 1897), os preceitos higienistas ministrados aos alunos e alunas diminuem em relação ao conteúdo de 1890 e 1891; continuam a fazer parte da disciplina Educação Física e eram compostos de noções de higiene prática, exercícios físicos, jogos e brinquedos ao ar livre. No decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899 (PARÁ, 1899), em nada se alterou o conteúdo dos

---

<sup>50</sup> No ensino primário, as professoras eram a maioria do quadro da Instrução Pública, enquanto, no ensino secundário, prevaleciam os professores. Os melhores salários da Instrução Pública eram pagos aos professores das escolas secundária.

preceitos higienistas. Em todos os decretos, as exigências a respeito dos imóveis que funcionavam como Escolas Primárias aumentaram. Iniciaram no período imperial e o marco na república foi o Regulamento Escolar de 1890, em que o nível de detalhamento era tão grande, que chegou a se estabelecer por onde a luz do sol deveria incidir no interior da sala de aula. Nos decretos seguintes, não temos estes tipos de dispositivos tão bem detalhados. Entretanto, podemos afirmar que os preceitos higienistas para os imóveis terão uma efetiva aplicação quando se iniciar a construção dos Grupos Escolares.

Por fim, destacamos na legislação a preocupação do governo com a proliferação das doenças infectocontagiosas entre os professores e alunos. Para professores e alunos poderem fazer concurso para o exercício do magistério, e os alunos e alunas para se matricularem, deveriam apresentar atestado médico de que não possuíam moléstias contagiosas. Desta forma o governo entendia, salvo melhor juízo, que estava combatendo as doenças no meio da instrução primária. O decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899 é um marco, pois nomeava a doença infectocontagiosa da varíola como a que devia ser evitada, inclusive determinando aos professores que deveriam fazer vacinar os alunos e as alunas que ainda tivessem sido vacinados. Tal preceito nos levar a supor que, no ano da implantação da legislação, ocorria um surto de varíola no Pará.

Por razões que serão explicadas na seção seguinte, chegamos à conclusão de que os preceitos higienistas presentes nas legislações não conseguiram ajudar o governo a melhorar as condições higiênicas dos alunos e alunas. Supomos que a falta de investimento do governo no saneamento básico – com a construção de um sistema de água e esgoto tratados, a vacinação da população, a drenagem e a profilaxia das áreas alagadas onde morava a maioria dos alunos e alunas em Belém – contribuiu para a deficiência da aplicação dos preceitos higiênicos nas escolas primárias.

### **3 OS DISPOSITIVOS HIGIENISTAS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: PRESCRIÇÕES E PRÁTICAS SUGERIDAS**

O quadro a seguir apresenta de forma sucinta a classificação do conteúdo referente ao higienismo nas legislações educacionais analisadas. Dividimos o conteúdo em unidades de registro: as dirigidas aos alunos; as impostas aos professores; as destinadas à estrutura escolar; e as referentes à organização do ensino.

**Quadro 4** - Unidades de registro acerca do higienismo Encontros Com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 11, p. 101-140, 1979. na legislação educacional paraense entre 1890 e 1899

DOCUMENTO	ALUNO	PROFESSOR	ESTRUTURA DAS ESCOLAS	ORGANIZAÇÃO DO ENSINO
<p>DECRETO N. 149 DE 07 DE MAIO DE 1890.</p>	<p>Da obrigatoriedade Escolar. Art. 67- Isentam desta obrigação: I – Incapacidade física ou mental, certificada pelo médico, onde o houver, ou verificada pelo conselho escolar. Na incapacidade física, se compreende, além de deformações e enfermidades que materialmente inabilitem para a frequência ou os trabalhos da escola, as moléstias contagiosas, transmissíveis e repulsivas.</p> <p>Art. 91 Além d’estas matérias, durante todo o curso será dado a educação física, por este modo: Incisos :I - Noções práticas de higiene particular sobre os alimentos, o vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou do repouso de cor e recitados II - Cuidados de asseio exigido e recomendados. III – Exercícios físico, marchas, saltos, movimentos a pé firme e outros exercícios callisthenicos feitos durante os recreios. IV – Jogos e brinquedos ao ar livre</p> <p>Art. 192 – A criança que pretender matricular-se n’uma escola deve apresentar ao respectivo professor um boletim assignado por seu pai, responsável, ou pelo juiz de órfãos quando não tenha outro responsável com seu nome, filiação, lugar e data do nascimento o certificado medico</p>	<p>Dos deveres e direitos.</p> <p>Art. 142. – Os professores públicos, além dos deveres inerente ao cargo e que devem escrupulosa e devotadamente cumprir, incumbe: Manter a escola em estado de constante de asseio e ordem.</p>		

	atestando que não sofre de doenças que possam prejudicar a saúde dos outros alunos, e que é vacinado.			
DECRETO N. 162 DE 12 DE JULHO DE 1890. Trata do Lyceu Paraense	<p>Art. 75. - É expressamente proibido aos alunos:</p> <p>1.º Fumar ou ter chapéu na cabeça no interior do edifício</p> <p>2.º Escrever, pintar, desenhar, gravar ou por qualquer modo sujar, danificar ou estragar o edifício ou moveis e utensílios.</p>	<p>Art. 24. - Para ser professor livre é necessário:</p> <p>1.º Ser cidadão brasileiro.</p> <p>2.º Ter vinte e um anos feitos.</p> <p>3.º Não sofrer de moléstia contagiosa que o inabilite para o magistério.</p>		
REGULAMENTO ESCOLAR 04 DE JULHO DE 1890	<p>Art. 13. º- Os meninos devem apresentar-se na escola asseados e decentes.</p> <p>Art. 14. º - A primeira meia hora da entrada da manhã será em todas as escolas consagrada á inspeção de asseio, verificação do estado dos dentes, orelhas, cabelo, unhas, dos alunos, acompanhada de observações moraes e recomendações sobre a necessidade e hygiene dos cuidados corporais.</p>	<p>Art. 3º- Os professores, devem apresentar-se na escola decentemente vestidos, dando aos seus alunos pela correção e asseio de seu traje e porte uma lição moral. É-lhes proibido apresentarem-se em chinelos.</p> <p>Art. 4º- É também expressamente proibido aos professores, em função escolares, fumar, ocupar-se de assuntos estranhos a escola, muito principalmente políticos e religiosos</p> <p>Art. 23. - Antes de começar a lição de escrita o professor repetirá sempre as regras e observações sobre a posição do corpo, da mão e do papel, corrigindo por si mesmo as posições defeituosas e contrarias a hygiene.</p>	<p>Art. 7º - A sala da escola será caiada todos os anos. Deve ser conservada com o máximo asseio, sendo varrida e espanada duas vezes todos os dias, antes da entrada da manhã e da tarde, e levada ao menos uma vez por mês. As janelas serão conservadas abertas, e não só a sala da escola como a casa em que funciona, serão objeto de minuciosos cuidados higiênicos.</p> <p>Art. 9. º- Para o serviço exclusivo dos alunos haverá em toda escola latrinas, lavatório e água de beber, tudo instalado segundo os preceitos da hygiene escolar e mantido sempre com o mais escrupuloso asseio.</p> <p>Art. 11. - A mobília escolar</p>	

			<p>será instalada de acordo com as prescrições da hygiene escolar, devendo os alunos, quando escreverem, receber a luz pela esquerda.</p> <p>Art. 12. - Sempre que for possível e o exigir a qualidade da mobília, está deve ser fixada por parafusos ao assoalho; quando não, será aparafusada sobre taboas ou ripas, de modo a dar-lhe estabilidade e melhor conserva-la.</p> <p>Art. 30. - O local dos recreios deve ser perfeitamente seco e arejado, e será conservado em rigoroso asseio.</p>	
<p>DECRETO N. 372 DE 13 DE JULHO DE 1891</p>	<p>Art. 56. §1º. Noções práticas de Hygiene particular sobre os alimentos e vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou de repouso.</p> <p>§ 2º. Cuidado de asseio exigidos e recomendados.</p> <p>III – Exercícios físico, marchas, saltos, movimentos a pé firme e outros exercícios callisthenicos feitos durante os recreios.</p> <p>IV – Jogos e brinquedos ao ar livre</p> <p>Art.185. A criança, que pretender matricular-se n'uma escola, deve apresentar ao respectivo professor um boletim assignado pelo seu pae, responsável, ou pelo juiz de órfãos,</p>	<p>Art. 73 – Para ser professor público da escola primaria é preciso:</p> <p>§ 3º. – Não sofrer de moléstia contagiosa, repulsiva, ou que impeça por qualquer modo o exercício perfeito do magistério</p>		<p>Art. 8. ° - O ensino particular é completamente livre e independente. Qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, pode abrir estabelecimento de ensino, sujeita apenas às seguintes condições:</p> <p>4.º Exibir certificado das boas condições higiênicas do edificio, passado por autoridade competente.</p> <p>Art. 9. ° - Afora esta dependência exigida pelas necessidades da estatística do ensino e da hygiene, a direção geral da Instrução Publica nada tem de ver com o ensino particular não subvencionado.</p> <p>Art. 10. – A falta de qualquer das exigências do art. 8. ° acarreta pela primeira vez a multa de cem mil réis (100\$000), a segunda, o dobro d'esta quantia e em caso ainda de falta às disposições legais, o fechamento do</p>

	<p>quando não tenha curso responsável, com seu nome, filiação, lugar e data de nascimento, certificado do médico atestando que não sofre de doenças que possam prejudicar a saúde dos outros alunos, e que é vacinado.</p>			<p>estabelecimento.</p> <p>Art. 43. – Compete aos inspectores escolares:</p> <p>1.º Visitar todas as escolas do seu distrito:</p> <p>2.º Assistir ao menos a uma aula das escolas do seu distrito.</p> <p>3.º Inspeccionar rigorosamente os estabelecimentos de ensino público primário e secundário ou outros, abrangendo na sua inspeção a parte material, as condições higiênicas e a parte técnica do ensino.</p> <p>Art. 56 – Além d’estas matérias, durante todo o curso será dada a educação física por este modo:</p> <p>1.º Noções práticas de hygiene particular sobre os alimentos e vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou de repouso.</p>
<p>DECRETO N. 409 DE 24 DE SETEMBRO DE 1891.</p> <p>Escola Normal</p>	<p>Art. 45. – As petições devem ser dirigidas ao Diretor do estabelecimento pelo candidato ou candidata si for maior de 21 anos, ou pelo responsável do matriculando, si este for menor.</p> <p>§.1º Para a matricula do 1.º ano, deverá o requerimento ser instruído com os documentos seguintes:</p> <p>b) Atestado médico que demonstre haver o candidato sofrido de varíola ou ter sido recentemente vacinado ou revacinado; não se achar acometido de moléstia alguma crônica nem contagiosa ou repugnante nem possuir defeito físico que iniba de exercer vantajosamente o magistério.</p>			<p>Art. 2º. – O Curso [ilegível] constará das seguintes matérias, todas obrigatórias: Geografia geral, chorographia do Brasil, cartografia e cosmografia. História Universal, especialmente do Brasil e particularmente do Pará.</p> <p>Pedagogia geral, metodologia e hygiene escolar.</p> <p>Física e química.</p> <p>História natural: Mineralogia, Botânica e Zoologia (noções).</p> <p>Instrução moral e cívica.</p> <p>Noções de direito e de economia política. Estudo da Constituição da União e do Estado.</p>

				<p>Caligrafia.</p> <p>Desenho.</p> <p>Musica.</p> <p>Prendas de agulha, exclusivamente para o sexo feminino.</p> <p>Gymnastica.</p> <p>Art. 7.º - As disciplinas criadas no art. 2º constituem 16 cadeiras, pela maneira seguinte:</p> <p>7.ª Pedagogia geral, metodologia e hygiene escolar.</p> <p>Art. 8º - Estas cadeiras são distribuídas em 4 anos letivos pela forma que segue:</p> <p>TERCEIRO ANNO</p> <p>I Pedagogia geral, metodologia e hygiene escolar..... 5 horas por semana.</p>
<p>DECRETO N. 417 DE 28 DE OUTUBRO DE 1891</p>	<p>3.º Ter sido recentemente vacinado, ou haver já sofrido de varíola, e não se achar afetado de moléstia alguma crônica nem contagiosa ou repugnante.</p>	<p>Art. 75. – A inscrição deve ser requerida ao Diretor Geral, exhibindo o candidato os seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração pela imprensa oficial, de haver adoptado a pátria brasileira (prova exclusivamente exigida aos estrangeiros);</p> <p>b) Certidão de idade ou qualquer outro documento legal, que prove ter o requerente 21 anos feitos;</p>		

		<p>c) Folha corrida, mostrando-se em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos; e</p> <p>d) Atestado médico que se demostre não sofrer o candidato de moléstia alguma crônica nem contagiosa ou repugnante, bem como não ter defeito físico que o impossibilite para o ensino da matéria em concurso.</p>		
LEI N. 436 DE 23 DE MAIO DE 1896		<p>Art. 16. – São condições indispensáveis para o magistério:</p> <p>1.º Ser cidadão brasileiro, no gozo de seus direitos civis e políticos.</p> <p>2.º Não sofrer moléstia contagiosa e nem ter defeitos físicos.</p>		<p>Art. 31. – O curso normal constará das seguintes matérias, todas obrigatórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Língua nacional e sua literatura, estudo crítico de suas obras primas.</li> <li>- Língua francesa.</li> <li>- Matemática elementar, abrangendo a aritmética, álgebra elementar e geometria preliminar.</li> <li>- Geografia geral, chorographia do Brasil, cartografia e cosmografia.</li> <li>- História universal, especialmente do Brasil e particularmente do Pará.</li> <li>- Pedagogia geral, metodologia e Hygiene escolar</li> <li>- Física e química.</li> <li>- História natural, mineralogia, botânica e zoologia (noções)</li> <li>- Instrução moral e cívica.</li> <li>- Noções de direito e de economia política.</li> </ul>

				<p>- Estudo da Constituição da União e do Estado.</p> <p>- Caligrafia.</p> <p>- Desenho</p> <p>- Musica.</p> <p>- Prendas de agulhas, exclusiva mente para o sexo feminino.</p> <p>- Gymnastica.</p>
<p>DECRETO N. 403 DE 18 DE JANEIRO DE 1897.</p>	<p>Art. 38</p> <p>§ 2º Nenhum candidato será matriculado sem estar vacinado ou apresentar indícios de estar sofrendo de moléstia contagiosa ou repulsiva, e a matrícula deve ser logo trancada aos que apresentarem, no decurso do tirocínio, com tais sofrimentos.</p> <p>Art. 40</p> <p>§ 2º</p> <p>a) Para a primeira matrícula:</p> <p>2.º Idem terem sido recentemente vacinado ou haver já sofrido de varíola e não possuir moléstia contagiosa ou repulsiva;</p>	<p>Art. 67. – São condições indispensáveis para exercer o magistério:</p> <p>1.ª Ser cidadão brasileiro, no gozo de seus direitos civis e políticos;</p> <p>2.ª Não sofrer de moléstia contagiosa, nem ter defeitos físicos que impossibilite ou dificulte o exercício do magistério;</p> <p>3.ª Não ter sofrido pena por crime infamante.</p> <p>Art. 87 § 6º O concorrente exhibirá os seguintes documentos:</p> <p>a) Certidão de idade ou qualquer outro documento legal, provando ter o requerente 21 anos feitos, se for homem e 19, sendo mulher;</p> <p>b) Folha corrida, mostrando não ter o suplicante sofrido</p>		<p>Art.7º Além das matérias ensinadas nas escolas integrais, será dada conveniente educação física, compreendendo noções de hygiene prática, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre.</p> <p>Art. 28. – O curso normal constará das seguintes matérias, todas obrigatórias:</p> <p>Língua nacional e sua literatura, estudo crítico das suas obras primas.</p> <p>Língua francesa</p> <p>Matemática elementar, abrangendo a Aritmética e Álgebra elementar, Geometria e preliminar.</p> <p>Geografia geral, Chorographia do Brasil, Cartografia e Cosmografia.</p> <p>História Universal, particular do Brasil e especial do Pará.</p> <p>Pedagogia geral, metodologia e hygiene escolar.</p> <p>Física e Química.</p> <p>História Natural: Botânica, Zoologia e Mineralogia (noções).</p>

		<p>pena por crime infamante e estar no gozo de seus direitos civis e políticos;</p> <p>c) Atestado médico afirmando não sofrer o candidato moléstia contagiosa ou repulsiva, nem possuir defeito físico, o que impossibilite ou dificulte no ensino da cadeira em concurso;</p>		<p>Instrução moral e cívica.</p> <p>Noções de direito Pátrio e economia política.</p> <p>Estudo das Constituições da União e do Estado.</p> <p>Caligrafia.</p> <p>Desenho.</p> <p>Musica.</p> <p>Prendas de agulha, exclusivamente para o sexo feminino.</p>
<p>DECRETO N. 625 de 2 de janeiro de 1899.</p>	<p>Art. 124. Os alunos e alunas para serem matriculados não poderiam sofrer de moléstias contagiosas ou repugnantes. Os que não provarem haver sido vacinados ou terem sido afetados de varíola.</p>	<p>Art. 98. Para exercer o magistério o candidato ou candidata não podia sofrer de moléstia contagiosa, não ter defeito físico que impeça o exercício da profissão. Art. 105, determinava que o candidato a professor ou a professora devia apresentar atestado médico de não sofrer moléstias contagiosa ou repulsiva e nem possuir defeito físico que impeça o trabalho.</p>		<p>Art. 68. Além das matérias ensinadas nas escolas elementares e complementares será dada conveniente educação física, compreendendo noções de higiene prática, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre.</p> <p>Art. 89. Nos grupos escolares tinha-se trabalhos manuais, ginástica e exercícios militares.</p>
		<p>Art. 189, que trata dos deveres dos professores e professoras, determinava que deviam fazer vacinar os alunos e alunas que</p>		

		ainda não tiverem sido vacinados ou mostrarem sinais de haverem tido varíola.		
		Art. 89 – estabelecia que os professores dos grupos escolares deveriam ensinar trabalhos manuais, ginástica e exercícios militares aos alunos e alunas.		

A partir do quadro anterior, no qual apresentamos os dispositivos de conteúdo higienista, faremos algumas reflexões em buscando de compreender seu significado no contexto da legislação educacional.

### 3.1 Quanto a alunos e alunas

O conteúdo do higienismo estava localizado na disciplina Educação Física, uma das matérias obrigatórias da grade curricular do ensino primário nas escolas isoladas elementares. O conteúdo da disciplina Educação Física é o mesmo nos decretos n.149 de 17 de maio de 1890 e o decreto n. 372 de 13 de julho de 1891, e consistia de: “Noções práticas de higiene particular sobre alimentos, o vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou de repouso de cor e recitados; Cuidados de asseio exigido e recomendados; Exercícios físico, marchas, saltos, movimentos a pé firme e outros exercícios callisthenicos feitos durante os recreios; Jogos e brinquedos ao ar livre”.

Quanto aos decretos de 1897 e 1899, determinavam que o conteúdo consistia em: “Higiene prática; Exercícios; Jogos; Brinquedos ao ar livre.”

Na província do Pará, no período do império, não existia Educação Física entre as disciplinas obrigatórias ministradas nas escolas primárias. O que existia, segundo Ofício de 05 de agosto de 1887, era a ginástica e ainda assim, de forma não obrigatória

*Os professores que espontaneamente ensinarem Gymnastica consistindo em exercícios de corpo livre, posições, flexões, extensões, passos, marchas, carreiras e saltos, ganharão anualmente uma menção honrosa no livro de assentamentos da diretoria geral, sendo os respectivos nomes levados ao conhecimento da presidência da província (PARÁ, 1887).*

Se, por um lado, não sabemos se o higienismo era conteúdo obrigatório nas escolas particulares primárias e ou secundárias, por outro, temos a informação de que no Colégio Americano, de propriedade de José Veríssimo<sup>51</sup>, a Educação Física tinha destacada importância:

como todas as nações teóricas, a da excelência da educação física nasceu sem dúvida do fato verificado pela experiência diária da superioridade física-traduzida na robustez e na saúde do homem obrigado pelo seu gênero de vida aos exercícios corporais, o homem do campo, o lavrador, o criador, o operário, o carregador, o artesão, e de outro lado o burocrata, o empregado

---

No ensino primário, as professoras eram a maioria do quadro da Instrução Pública, enquanto, no ensino secundário, prevaleciam os professores. Os melhores salários da Instrução Pública eram pagos aos professores das escolas secundária.

de escritório , o cidadão sedentário, atrofiado, mesmo nas suas faculdades intelectuais por uma vida de inercia física (VERISSIMO, 1887a, p. 26).

A Educação Física surgiu no século XIX e teve na França seu principal local de desenvolvimento. Os proprietários dos meios de produção precisavam que os trabalhadores executassem determinadas atividades de forma rotineira e cotidianamente nas fábricas, ateliês e oficinas, sempre com assiduidade, pontualidade e disciplina, obedecendo às ordens dos seus superiores.

Nesse contexto, seu bom desempenho compreendia a repetição da execução de uma tarefa diversas vezes ao longo de um período, no menor espaço de tempo possível. Essa atividade repetitiva no manuseio de uma máquina aumentaria a produtividade, levando consequentemente ao aumento da quantidade de mercadorias produzidas por cada trabalhador.

Para ter trabalhadores e trabalhadoras disciplinados e obedientes, era necessário que instituições governamentais e não governamentais atuassem junto aos trabalhadores e à população em geral, promovendo a mudança de comportamento e atitudes que não eram adequados ao ritmo de produção nos locais de trabalho. As ações eram diversas e incluíam a preparação da mão de obra desde a mais tenra idade.

É nessa perspectiva que podemos entender a educação Física como a disciplina necessária a ser viabilizada em todas as instancias, de todas as formas, em todos os espaços onde poderia ser efetivada a construção desse homem novo: no campo, na fábrica, na família, na escola. A Educação Física será a própria expressão física da sociedade do capital. Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados, e se faz protagonista de um corpo “saudável”; torna-se receita e remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico.....familiar (SOARES, 2012, p. 3-4).

Sob a perspectiva higienista, a importância da educação física na construção de um novo homem se devia às condições que estavam em curso na Europa, pois o

crescimento rápido e desordenado das cidades e áreas industriais não foi acompanhada pela ampliação dos serviços mais elementares nas cidades, como, por exemplo, a limpeza das ruas e os serviços sanitários. O aparecimento das grandes epidemias, como cólera, o tifo e a febre recorrentes entre 1831 e 1840, evidencia de forma contundente a deterioração do espaço urbano. [...], pois o desenvolvimento urbano empurrava os pobres para as grandes concentrações de miséria distantes dos centros de governo e das novas áreas residenciais da burguesia (SOARES, 2012, p. 7-8).

Em franca contradição com essas condições degradantes, as explicações de intelectuais, médicos e filósofos a respeito da situação tinham como objetivo convencer os

trabalhadores e a sociedade de que estas eram eles próprios os responsáveis pelas doenças adquiridas:

se os “corpos saudáveis” eram uma exigência do capital, os “corpos doentes” não deveriam ser considerados produto das condições de vida geradas pelas relações de produção inerentes a esse modelo econômico. Era de fundamental importância para a classe no poder encontrar outras causas, que não as sociais, para explicar a degradação social, física e intelectual da maioria da população. Se as causas não podiam ser sociais, elas seriam biológicas, físicas (meio físico), “naturais” e... morais (SOARES, 2012, p. 19-20).

Tais explicações tinham teor higienista, normalizador, normativo e pedagógico, e se constituíram em ferramentas de intervenção social, impondo-se

no sentido de alterar hábitos, costumes, crenças e valores. Tem a pretensão de realizar uma assepsia nesse meio físico – fonte de todas as misérias – na mesma medida em que pretendem impor-se à família, ditando-lhe uma educação física (SOARES, 2012, p. 20).

Em consequência da especialização dos exercícios físicos praticados por militares e alunos, surgira na Europa, a partir de 1800, as escolas, as quais “correspondem aos quatro países que deram origem às primeiras sistematizações sobre a ginástica nas sociedades burguesas: a Alemanha, a Suécia, a França e a Inglaterra” (SOARES, 2012, p. 42).

A descrição do conteúdo dos exercícios físicos contidos na disciplina educação física demonstra que era originado das escolas sueca, francesa e inglesa. A escola sueca foi criada por Pehr Henrick Ling e tinha por objetivo criar indivíduos fortes e saudáveis; propunha que os exercícios físicos fossem anatômicos e racionais. Os exercícios eram divididos conforme a utilidade, podendo ser militares, médico-ortopédicos e estéticos. Em nosso caso, tínhamos a ginástica pedagógica ou educativa, que era

aquela que todas as pessoas, independente de sexo ou idade e até mesmo da condição material e social, poderiam praticar. O seu mais elevado objetivo seria o de desenvolver o indivíduo normal e harmoniosamente, assegurando a saúde e evitando a instalação de vícios, defeitos posturais e enfermidades (SOARES, 2012, p. 47).

Vimos que os exercícios praticados pelos alunos na escola consistiam em marchas e saltos, práticas incentivadas pelo senador Rui Barbosa, que, através de seus escritos e pronunciamentos, incentivou os colégios públicos a os adotarem, pois eram os mais apropriados devido a não terem caráter militar, substituindo os exercícios físicos praticados nas escolas durante o Império, que tinham esse caráter.

A segunda influência no conteúdo da educação física aqui adotado foi a escola francesa, principalmente pelo uso dos exercícios calistênicos<sup>52</sup>. Um dos motivos possíveis para sua aplicação era o fato de a atividade dispensar a compra de aparelhos e equipamentos para a sua execução.

Um dos criadores da Escola francesa foi Georges Demeny, para quem as leis físicas deveriam subsidiar as práticas da ginástica. Demeny apresentava:

em seus trabalhos sobre a ginástica algumas preocupações que não estavam presentes de modo tão marcante em seus precursores. Para ele, o movimento a ser executado devia ser completo, contínuo, ondulado e basear-se na independência das contrações musculares. Essa conclusão foi obtida a partir de profundos estudos de fisiologia, que lhe permitiram discordar do método sueco de Ling, cujas características centrais são os movimentos analíticos. Também afirmava que uma lição de ginástica deveria ser interessante a ponto de prender a atenção do aluno e, desse modo, fazê-lo, voluntariamente, desejar um esforço mais acentuado (SOARES, 2012, p. 54).

A “escola” inglesa preconizava a prática de jogos e brinquedos ao ar livre, a exemplo do futebol e do rúgbi<sup>53</sup>.

A presença do higienismo na educação física foi uma constante da reforma republicana no Pará. Em diversos estados da República, quando da reorganização da instrução, a disciplina ginástica não possuía conteúdos higienistas. É o caso das escolas primárias e Gymnasio Nacional<sup>54</sup>, no Rio de Janeiro, capital da República. No estado de Sergipe, que fez sua reforma na instrução no ano de 1893, a *Revista de Educação e Ensino*<sup>55</sup>, publicou a grade curricular surgida da reforma, na qual não constavam entre as disciplinas do ensino primário nem ginástica nem o higienismo.

Não foram localizados no acervo da Biblioteca Arthur Viana e Arquivo Público do Pará as prescrições detalhadas do conteúdo do higienismo a ser ministrado aos alunos e alunas. Sabe-se que existiam atividades diferentes para meninos e meninas – aos meninos era pedido o manuseio de armas, a esgrima e a equitação. Às meninas<sup>56</sup> era definido que

*Nas escolas do sexo feminino, duas vezes por semana, nos dias designados para os exercícios físicos dos rapazes, a última hora será empregada no ensino de prendas e trabalhos femininos, dando-se preferência ao corte e*

---

(BASEFITNESS, 2018, on-line).

<sup>53</sup> Sobre Rugby, ver Couto ([2020], online)

<sup>54</sup> Revista da Educação e Ensino, volume III, Número 6. junho de 1893, p. 94.

<sup>55</sup> Revista da Educação e Ensino, volume III, Número 7. julho de 1893, p. 107.

<sup>56</sup> Artigo 57 do decreto de nº 372 de 13 de julho de 1891.

*confecção de peças de vestuário feminino e masculino e à costura (PARÁ, 1891b, art. 57).*

A atividade de Educação Física, como preconizavam os republicanos paraenses, requeria equipamentos e mobiliário. Desse modo, as escolas deveriam ser aparelhadas para as atividades, pois

Coloca-se em evidencia o interior da escola, sobretudo a sala de aula, os estudos que se dedicam a investigar a materialidade desses espaços, na perspectiva de compreender os objetos como dispositivos na relação estabelecida com as concepções pedagógicas, políticas e econômicas que foram instruindo de um determinado grupo num momento histórico de uma determinada sociedade.[...] O mobiliário constitui-se com item fundamental para a organização do espaço escolar, destacando-se com artefatos que conduziam a disciplina e o desenvolvimento intelectual do aluno, além das preocupações com a saúde e higiene do cotidiano escolar (SOUSA, 2019, p. 18).

O mobiliário deveria auxiliar professores e professoras para que alunos e alunas tivessem aprendizado adequado e atingissem o desenvolvimento intelectual, além de possuir determinadas características que favorecessem a saúde e a postura corporal.

Neste quesito, achamos que o mobiliário necessário não foi adquirido para as escolas primárias do Pará. Alguns indícios podem corroborar esta afirmação. O Regulamento Escolar do Estado do Pará, de 4 de Julho de 1890, em seu artigo 33, estabelecia que: “Enquanto as escolas não funcionarem em casas que tenham as acomodações para as sessões de educação física, a que se refere ao art. 91. do Regulamento, o tempo que devia ser-lhes consagrado, será empregado em lições ordinárias”.

Outro indício da negatividade é o fato de que somente em 1899, nove anos depois desta disposição, o Estado iniciou a construção de prédios destinados a funcionar como escolas, e tendo local próprio para a atividade da educação física<sup>57</sup>. Cremos que o investimento feito no período em estudo para a aquisição de mobiliário se deu para equipar a Escola Normal, o Liceu Paraense, o Instituto de Educandos e Artífices e o Conservatório Carlos Gomes.

Nas listagens dos fundos que compõem a área de Educação e Cultura do APEP, não encontramos qualquer fundo que registrasse os gastos feitos com as escolas primárias. a respeito da ausência de investimentos na escola primária, Sousa (2019) opina que

---

<sup>57</sup> Por que o GEP levou mais de 9 (nove) anos para construir escolas de sua propriedade no interior do estado e 11 (onze) na capital do Estado? A racionalidade administrativa apontava para o GEP a necessidade de eliminar gastos elevados com aluguéis, manutenção de imóveis alugados, além dos gastos com pessoal, material permanente e de consumo.

Entre os mais graves inconvenientes para o uso dessa mobília adequadamente, era a falta de casas apropriadas no interior do Estado, nas quais a maioria das escolas funcionava em locais improvisados e sem condições para a instalação principalmente das carteiras para os alunos, cujos os pés eram de ferro e necessitavam ser fixados ao assoalho, pois as casa/escolas eram de chão batido (SOUSA, 2019, p. 126).

A Escola Normal tinha na grade curricular tanto o higienismo quanto a ginástica como matérias que os candidatos ao cargo de professor e professora da rede pública deveriam dominar para ensinar nas escolas primárias. O artigo 7º do decreto nº 409 estabelecia as disciplinas higiene escolar e a Ginastica/exercícios “callisthenicos” para ambos os sexos, e exercícios militares para os alunos. A Escola Normal não formava professores e professoras exclusivamente para ministrar a disciplina educação física. No relatório de 1891, de José Verissimo, não encontramos informações a respeito da realização de ações para preparar os professores e professoras em exercício do magistério com conteúdo do higienismo<sup>58</sup>.

Pelo exposto, as deficiências na formação de mão de obra qualificada para ministrar a disciplina eram significativas.

### **3.2 A imprensa pedagógica**

Uma das fontes para o levantamento das atividades da educação física desenvolvidas no período estudado foi a imprensa pedagógica, por dois motivos. O primeiro foi a facilidade de acesso às fontes, uma vez que os exemplares escolhidos estão digitalizados, o que viabiliza a leitura neste tempo de pandemia, em que o acesso a bibliotecas e arquivos é difícil. O segundo motivo é que a imprensa especializada oferece conteúdos que podem ser mais adequados ao assunto do que, por exemplo, as matérias publicadas nos jornais, nos quais há uma variedade de pessoas produzindo artigos por vezes superficiais em suas análises e que se constituem principalmente de opiniões pouco fundamentadas.

A imprensa especializada é um dos locais em que o historiador pode colher informações que possibilitam esclarecimentos sobre o objeto estudado, já que as matérias foram produzidas por pessoas que são reconhecidas pelo Estado como dotadas de um saber que as qualifica a trabalhar, escrever e propor problemas e soluções.

---

<sup>58</sup> (I - Noções práticas de higiene particular sobre os alimentos, o vestuário, a casa, os exercícios, a distribuição do tempo de trabalho ou do repouso de cor e recitados II - Cuidados de asseio exigido e recomendados. III – Exercícios físico, marchas, saltos, movimentos a pé firme e outros exercícios callisthenicos feitos durante os recreios. IV – Jogos e brinquedos ao ar livre).

O periódico escolhido foi a *Revista de Educação e Cultura*<sup>59</sup>, e nossa coleta resultou no quadro abaixo, com a relação dos exemplares editados entre os anos de 1891 e 1895.

**Quadro 5 - Exemplares editados (1891-1895)**

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Núm.</b>	<b>Mês</b>	<b>Vol.</b>
1891	Higiene Escolar e suas vantagens. Educação Física: A importância da educação física na França, Inglaterra.	8	Out.	1
1892	Editorial. Educação Física: a educação física moderna	1	Jan	2
1892	Higiene dos internatos: localização	2	Fev.	2
1892	Higiene dos internatos: edificação. Educação Física: O método de educação física em Lisboa	2	Março	2
1892	Higiene dos internatos: alunos. Educação Física: método natural e o uso de aparelhos.	4	Abril	2
1892	Higiene dos internatos: alunos. Educação Física: a ginástica militar	5	Mai	2
1892	Higiene dos internatos: alimentação. Educação Física: exercícios físicos e os higiênicos: diferenças	6	Junho	2
1892	Higiene dos internatos: alimentação. Educação Física: a mecânica dos exercícios físicos em Lisboa	7	Julho	2
1892	Higiene dos internatos e da inteligência. Educação Física: a mecânica dos exercícios.	8	Ago.	2
1892	Higiene dos internatos: recreio. Educação Física: movimentos mecânicos. Ginástica	9	Set	2
1892	Higiene dos internatos: exercícios físicos	10	Out	2
1892	Higiene dos internatos: das preocupações da saúde do educando	11	Nov.	2
1893	Educação Física: exercícios físicos praticados em Lisboa	2	Fev.	2
1893	Educação Física: exercícios físicos praticados em Lisboa	3	Março	3
1893	Educação Física: exercícios físicos praticados em Lisboa	4	Abri	3
1893	Educação Física: tipos de exercícios físicos praticados em Lisboa	5	Mai	3
1893	Preleção aos meus alunos. Educação Física: exercícios físicos em Lisboa	6	Junho	3
1893	Educação Física: tipos de exercícios	7	Julho	3
1894	Educação Física: exercícios militares	2	Fev.	4
1894	Educação Física: exercícios militares	3	Mar	4
1894	Educação Física: exercícios militares	4	Abril	4
1894	Educação Física: exercícios militares	5	Mai	4
1894	Educação Física: exercícios militares	6	Junho	4
1894	Higiene Escolar na França//Educação Física: exercícios militares	7	Julho	4

<sup>59</sup>Uma breve história sobre a revista pode ser encontrada em Viana (2015).

1894	Educação Física: exercícios militares	9	Set	4
1894	Educação Física: exercícios militares	10	Out	4

Fonte: Elaborado pelo autor.

A *Revista de Educação e Cultura*, periódico que circulou no estado na primeira década da República, era publicada sob a égide da Diretoria Geral da Instrução Pública do Pará. Seus exemplares eram distribuídos gratuitamente a professores e professoras, e a revista circulava mensalmente, divulgando conteúdos de Pedagogia, Ciências, Letras, Artes e Instrução Pública. O diretor da Revista, Octavio Pires, era professor primário do estado e tinha no conselho editorial da revista a companhia de diversas pessoas, entre elas, Paulino de Brito; Vilhena Alves; o Diretor Geral da Instrução Pública, o professor Alexandre Vaz, no governo de Lauro Sodré.

Talvez, por ser uma revista que tinha ligações com o governo, não encontramos em seus exemplares análises ou opiniões críticas sobre o ensino do higienismo e da educação física. Isto se explicaria pelo fato de

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Não acreditamos que o editor desconhecesse a existência de problemas na instrução pública paraense. Nesse sentido, procurou estratégias para contornar a reclamação sobre os problemas que a atingiam.

Supomos que o expediente escolhido foi a seleção de matérias produzidas em outros países, tais como Portugal e França, para que estes servissem de orientação aos professores no que tange à mudança da forma de ministrar esses conteúdos. São exemplos disso as matérias “a mecânica dos exercícios físicos em Lisboa”, saída no número 07 de julho de 1892, e a “higiene escolar na França”, publicada no número 7 de julho de 1894. Em toda a coleção da *Revista de Educação e Ensino*, não identificamos nenhuma matéria específica sobre educação física e higienismo destinada às escolas primárias do estado.

Talvez a explicação se deva ao fato de que as escolas primárias do estado não possuíam condições de funcionar adequadamente. Um indício que confirma esta suposição está no Regulamento Escolar do Estado do Pará, de 04 de Julho de 1890, em cujo artigo 33º se estabelecia que “Enquanto as escolas não funcionarem em casas que tenham as

acomodações para as sessões de educação física, a que se refere o art. 91.º do Regulamento, o tempo que devia ser-lhes consagrado, será empregado em lições ordinárias”.

A necessidade de construção de prédios para abrigar as escolas e as aulas de educação física estava no Relatório que José Veríssimo apresentou ao governador Chermont.

Somente com os alugueis das casas para as escolas d’esta capital gasta o Estado mais de 25 contos de reis por ano, ou sejam mais de 6% de juros de um capital de 400 contos de reis, que lhe seria fácil achar aquela taxa si a um empréstimo precisasse recorrer. Ora esta cidade, como já deixei dito [...], não precisa de mais de 10 escolas, podendo conter cada uma 300 alunos; que cada um d’esses prédios venha custar de 40 a 50 contos, ainda haverá economia [...]. São 41 as escolas de 2ª entrância (dez cidades do interior) com as quais gasta-se para aluguel de casas mais de 10 contos de reis. [...] O empréstimo como meio de obter a avultada verba necessária para levar a efeito esta necessidade, já foi lembrado por um dos meus antecessores, o Sr. Nina Ribeiro, no relatório citado. O que paga o Estado hoje de alugueis, si não desse totalmente para os juros, quase bastaria para pagá-los, pois sem contar as escolas elementares, não é menos de 52 contos de reis anuais (PARÁ, 1890b, p. 98).

Se havia vantagens econômicas, educacionais, pedagógicas e higiênicas, o que explica o fato de Justo Chermont e Lauro de Nina Sodré não construírem esses prédios? Veríssimo argumentava com franqueza que<sup>60</sup>

não eram as condições financeiras e a preocupação da economia que os punha assim surdos e indiferentes, pois, ao mesmo tempo gastava-se sem contar em coisas não só adiáveis, como completamente inúteis e funestas à província. [...] Recusando comprar uma casa que se vos oferecia para escola, consoante um vezo que estava se tornando uma espécie de indústria do nosso interior, a venda de casas para escolas, cadeias ou câmaras municipais-mostraste que, com a moralidade, devia entrar a inteligência na administração. A casa escolar não pode ficar à mercê nem do compadresco político, nem da competência problemática de uma repartição pública (PARÁ, 1890b, p. 95)

Depois de 10 anos da implantação da República, o governo iniciou a construção de imóveis, na gestão de Paes de Carvalho (1897-1901). Os imóveis construídos foram

---

<sup>60</sup> Veríssimo é contundente na explicação. Então, por que só se construiu os prédios 10 anos depois? Por que não economizar e racionalizar os gastos? Quantas casas eram alugadas? Quanto do orçamento da instrução pública era destinado a gastos no aluguel das casas escolas? Não é possível as autoridades alegarem a inexistência deste modelo entre nós. O Pará tinha construído o Liceu Paes de Carvalho, e a Escola Normal vivia de aluguel em aluguel. No ensino particular, usava-se o modelo dos grupos escolares que funcionavam na seriação por conhecimento e idade. Induz-se que não construir deve-se ao fato de que o regime republicano recém-implantado à força das armas no dia 16 de novembro de 1889 necessitava se institucionalizar. A institucionalização passava por possuir a hegemonia armada, política, ideológica, cultural e administrativa na sociedade paraense e que as pessoas aceitassem. Então lançou-se mão dos expedientes que eram comuns, o clientelismo e a troca de favores. Em considerações finais retomaremos a questão.

denominados de Grupo Escolares<sup>61</sup>, sendo o primeiro criado no município de Alenquer<sup>62</sup> em 10 de julho de 1899, o qual se chamou de Fulgêncio Simões<sup>63</sup>. Em Belém, o primeiro Grupo Escolar recebeu o nome de José Veríssimo e foi criado em 7 de setembro de 1901, localizado hoje na praça Batista Campos.<sup>64</sup>

O segundo aspecto tratado pelo higienismo nas legislações diz respeito à doença, à vacina e ao contágio. O artigo 192 do decreto nº 149 estabeleceu as condições para a matrícula nas escolas e, entre outras orientações, afirmava que a criança deveria apresentar certificado médico atestando não sofrer de doenças infectocontagiosas que pudessem prejudicar a saúde dos outros alunos, além de comprovar ser vacinada. As demais legislações no governo de Lauro Sodré e Paes de Carvalho sobre os requisitos para a matrícula reafirmam esta exigência. Na legislação de Paes de Carvalho, o decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 citava explicitamente como doença infectocontagiosa a varíola, bastante presente nas menções ao estado sanitário e às doenças existentes entre 1890 e 1899. Para Santos (1892), por exemplo,

a varíola, a febre amarela<sup>65</sup>, o sarampão<sup>66</sup> e a difteria<sup>67</sup>, pelas vitórias alcançadas pela hygiene tendem a ser consideradas moléstias comuns. [...] A última epidemia de varíola e as tentativas que ela tem feito desde setembro do ano passado até hoje, deve ter para nós a força de uma advertência proveitosa. Além dos casos de varíola observados a bordo dos vapores que chegaram do sul nos meses de Março e Abril, a moléstia manifestou-se: em um prédio a rua do dr. Assis, a rua dos Tamoios, 14 de abril e 3 de Maio.[...] A febre amarela tendo assentado entre nós seus arraiais, não se manifestou-se mais com caráter epidêmico, há já alguns anos, e parece até ter perdido a força de sua implacabilidade, a julgar pela grande imigração estrangeira que

<sup>61</sup> Para melhor entendimento dos Grupos Escolares, ver França (2013).

<sup>62</sup> Sobre o Município ver Alenquer ([2020], on-line).

<sup>63</sup> Sobre Fulgêncio Simões ver Carneiro (2013, on-line).

<sup>64</sup> Para melhor entendimento da praça, ver O Liberal (2020, on-line); sobre Batista Campos, consultar Ver-Belém ([2020], on-line).

<sup>65</sup> A febre amarela é uma doença infecciosa febril aguda, causada por um vírus transmitido por mosquitos vetores, e possui dois ciclos de transmissão: silvestre (quando há transmissão em área rural ou de floresta) e urbano. O vírus é transmitido pela picada dos mosquitos transmissores infectados e não há transmissão direta de pessoa a pessoa. Os sintomas iniciais da febre amarela são: início súbito de febre; calafrios; dor de cabeça intensa; dores nas costas; dores no corpo em geral; náuseas e vômitos; fadiga e fraqueza (BRASIL, [2020a], on-line).

<sup>66</sup> Sarampo é uma doença infecciosa grave, causada por um vírus, que pode ser fatal. Sua transmissão ocorre quando o doente tosse, fala, espirra ou respira próximo de outras pessoas. A única maneira de evitar o sarampo é pela vacina. Os principais sintomas são: febre acompanhada de tosse; irritação nos olhos; nariz escorrendo ou entupido; mal-estar intenso (BRASIL, [2020b], on-line).

<sup>67</sup> Difteria é uma doença transmissível e causada por bactéria que atinge as amígdalas, faringe, laringe, nariz e, ocasionalmente, outras partes do corpo, como pele e mucosas. Dependendo do tamanho e de onde as placas aparecerem, a pessoa pode sentir dificuldade de respirar. A principal forma de prevenção é por meio da vacina pentavalente. A presença de placas na cor branco-acinzentada nas amígdalas e partes próximas é o principal sintoma da difteria. Em casos mais graves, porém raros, podem aparecer inchaços no pescoço e gânglios linfáticos (BRASIL, [2020c], on-line).

nos chega cada dia, pelo número de casos da moléstia e de óbitos registados (SANTOS, 1892, p. 6, 23, 24, 25).

Cypriano Santos<sup>68</sup> também nos apresenta uma estatística de mortes ocorridas em fins do ano de 1892, tendo como base de cálculo da população da cidade em 100 mil pessoas:

**Quadro 6** - Estatística de óbitos (1892)

Mês	Número de óbitos	Média por dia
Setembro	168 óbitos	5,6 por dia
Outubro	155 óbitos	5 por dia
Novembro	156 óbitos	5,2 por dia
Dezembro	158 óbitos	5,1 por dia

Fonte: Santos (1892, p. 9).

A estatística refere-se à cidade, de modo que não temos os números do interior do Pará, pois não existia contagem a partir dos outros municípios. Santos (1892), referindo-se ao interior, afirmava ser injusto dizer

que todo o interior é insalubre. As localidades da vasta zona do Salgado e as que estão situadas no Baixo Amazonas, são em geral muito saudáveis. Condições especiais ligadas ao solo, as águas e a alimentação fraca e insuficiente de seus habitantes, dão causa nas Ilhas ao desenvolvimento das febres palustres<sup>69</sup> que fazem grande número de vítimas. (SANTOS, 1892, p. 10)

**Figura 1** - Moradia dos caboclos no rio Guamá



Fonte: Pará (1998, p. 39).

<sup>68</sup> -Santos era médico, antigo parlamentar do Partido Conservador e depois na república; filiou-se ao Partido Republicano. Nomeado Inspetor de higiene por Sodré em 1892. É nome de avenida em Belém (CRUZ, 1992, p. 94).

<sup>69</sup> Mesmo que Impaludismo. Ver Camargo (2003).

Muitas das doenças que acometiam os alunos eram infectocontagiosas<sup>70</sup>, e o que explica sua disseminação era a precariedade das condições higiênicas e o comportamento da população. As visitas sanitárias realizadas em Belém eram feitas pela repartição da Inspetoria Geral de Higiene em grande número de habitações.

Quatrocentos e sete prédios foram visitados pelas autoridades sanitárias, sendo em muitos d'eles ordenados diversas beneficiações. Quatro casas que ameaçavam ruínas e doze cortiços em péssimas condições higiênicas foram mandadas fechar. A falta de esgotos influi na boa hygiene dos domicílios. Nenhuma medida pode concorrer mais para o saneamento de uma cidade do que a boa canalização adoptada e a regular Limpeza de esgotos (SANTOS, 1892, p. 12).

Este era um indicador impactante para afirmarmos que a rede de esgoto era (e ainda é) um indício de salubridade<sup>71</sup> de uma cidade e sua rede, que deve cobrir tanto o centro quanto sua periferia. De acordo com informações da época,

cerca de vinte e quatro quilômetros de esgotos estão colocados em diversas ruas, correspondendo a três tipos, da altura de um metro e cinquenta centímetros, um metro e trinta, e um metro; e infelizmente apenas podemos afirmar que não temos esgotos n'esta capital. Permitir que por mais tempo sejam conservadas entre nós com o nome de esgotos *cloacas*<sup>72</sup> *alongadas*, [...] onde matérias se acumulam e ali permanecem indefinitivamente sem sua diluição completa n'uma corrente d'agua, é atentar gravemente contra a saúde pública [...]. Obstruídos em muitos lugares, apenas as terminações dos esgotos d'esta capital que vão ter ao litoral são em parte lavadas pela enchente das marés (SANTOS, 1892, p. 13).

Outro agravante da saúde pública que contribuía para a proliferação das doenças infectocontagiosas era a água potável<sup>73</sup> destinada ao consumo. Entretanto, aquele era um período no qual

a água é vendida aos consumidores por um preço elevadíssimo, deve o governo antes de empreender a obra dos esgotos, tomar providencias no

<sup>70</sup> As doenças infectocontagiosas são aquelas de fácil e rápida transmissão, provocadas por agentes patogênicos, como o vírus da gripe e o bacilo da tuberculose. Em algumas ocasiões, para que se produza a doença, é necessário um agente intermediário, transmissor ou vetor. No caso da dengue, por exemplo, o agente transmissor é o mosquito. Além da dengue e da tuberculose, o curso também aborda aspectos de vigilância de agravos como aids, influenza, malária, leishmaniose e abordagem da síndrome gripal (BRASIL, 2019, on-line).

<sup>71</sup> Que contribui para ou é favorável à saúde; higiênico; sadio; saudável; fácil de ser curado (SALUBRE, [2020], on-line).

<sup>72</sup> Local de receber o esgoto, não sendo tratado (CLOACA, [2020], on-line).

<sup>73</sup> É toda água própria para o consumo. A água é um líquido incolor, inodoro (sem cheiro), insípida (sem sabor) e insossa (sem sal), essencial para a sobrevivência humana. Deve ter certa quantidade de sais minerais dissolvido, que são importantes para a saúde. Além disso, ela deve estar livre de materiais tóxicos e micro-organismos, como bactérias, protozoários etc. Encontrar, coletar, tratar e distribuir a água é um processo bastante complexo, sendo muito caro e depende das condições (TODA MATÉRIA, 2019, on-line).

sentido de não onerar mais os particulares com o pagamento da água despendida em pura perda para a lavagem de bacias, sifões, tubos de queda e condutores no interior das casas (SANTOS, 1892, p. 13-14).

**Figura 2** - Vista do Igarapé das almas. Baixadas



Fonte: Pará (1998, p. 199).

Os moradores que não podiam pagar por um serviço de esgotamento e abastecimento água escavavam poços ou iam às fontes públicas para coletar o líquido.

Mesmo assim, a qualidade das habitações era sofrível e não atendia aos mais rudimentares preceitos de higiene privada. Nelas havia

acúmulo de pessoas que habitam o estreito espaço de aposentos onde a luz é mal distribuída, a renovação do ar não se faz e a cubagem necessária d'este elemento indispensável a vida foi inteiramente esquecida. Os cortiços, que são reconhecidos como focos de todas as moléstias e teatros onde se praticam os maiores crimes, infelizmente ainda são hoje conservados n'esta capital (SOARES, 1892, p. 21-22).

As áreas afastadas do centro<sup>74</sup>, chamadas de periferia e baixadas<sup>75</sup>, não possuíam saneamento básico, o que permitia a proliferação das doenças infectocontagiosas que atingiam a população. Essa situação estava a exigir um contingente de profissionais que fizesse frente aos desafios representados pelo problema.

<sup>74</sup> Onde se localizava o porto de embarque da borracha.

<sup>75</sup> A concentração de grande parte da população ocorre onde a altitude da porção continental acha-se em áreas de cotas inferiores ou iguais a 4 metros, espaços tradicionalmente conhecidos por "baixadas", por apresentarem cotas inferiores a 4 metros, estas áreas sofrem influência das 14 bacias hidrográficas existentes no município, o que lhes impõem a condição de ocuparem terrenos alagados permanentemente, ou sujeitos a inundações periódicas (BELÉM, 2010, on-line).

**Figura 3** - Coleta de água em fonte pública, próximo ao liceu Paraense. Praça da Bandeira



Fonte: Pará (1998, p. 71).

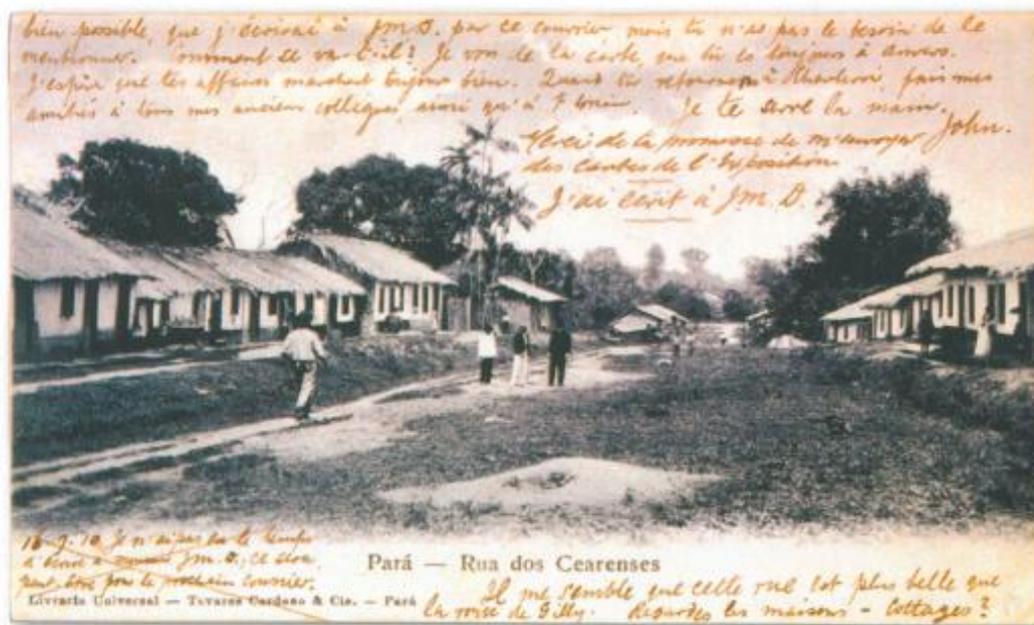
**Figura 4** - Periferia de Belém. Largo de São Braz



- Antigo Largo de São Braz, posteriormente Praça Floriano Peixoto, em homenagem ao presidente da República. Na foto, o logradouro ainda sem urbanização. Ao fundo, em destaque, o reservatório d'água, em ferro pré-fabricado na França, erguido no fim do século XIX e até hoje em funcionamento. (VCM)

Fonte: Pará (1998, p. 168).

**Figura 5** - Periferia de Belém. Av. Ceará



Fonte: Pará (1998, p. 131).

### Na Inspeção Geral de Higiene, estavam

matriculados n'esta inspeção sessenta e um médicos, trinta e um farmacêuticos, cinco dentistas e uma parteira. Solicitaram prorrogação do prazo para preencherem esta disposição, regulamentar alguns médicos, provando com documentos haverem terminado esse curso científico nas faculdades da União. Vinte e três farmácias e cinco drogarias existem n'esta capital, e no interior do Estado apenas cinco farmácias: em Macapá, Cametá, Óbidos, Santarém e Anajás (SANTOS, 1892, p. 7-8).

Como é facilmente deduzível, os médicos eram poucos, pois, considerando uma população de 500 mil habitantes, havia um médico para aproximadamente 8 (oito) mil pessoas. Além disso, esse atendimento era particular, com exceção do realizado nas casas de misericórdia, para onde a população sem posses recorria, sem esquecer a busca ao serviço de curandeiros, benzedeiros, xamãs e outras pessoas que “sabiam curar”.

A situação sanitária do país fazia com que os médicos fossem extremamente necessários. Schwarcz esclarece que:

As epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras, chamavam a atenção para a “missão higienista” que se reservava aos médicos. Além disso, com a Guerra do Paraguai, afluíram em massa doentes e aleijados que demandavam a atuação imediata de um corpo de cirurgiões. Juntamente com o crescimento desordenado das cidades, aumentava a criminalidade e os casos de alienação e embriaguez. Por fim, crescia a

apreensão médica frente ao fenômeno das doenças consideradas endêmicas entre certas populações de imigrantes (SCHWARCZ, 1993, p. 259).

A formação dos médicos no Brasil naquele período ocorria nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, cada uma com um certo entendimento sobre a função da medicina no país:

Os médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas “higienicos”. Já os médicos baianos farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como nosso grande mal, mas ao mesmo tempo, nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater doenças, para os profissionais baianos era o doente, a população doente que estava em questão (SCHWARCZ, 1993, p. 248-249).

É provável que a maioria dos médicos no Pará fosse de formados no Rio de Janeiro. Há dois indícios desta predominância: um político, o Rio de Janeiro era capital, e as famílias abastadas mandavam seus filhos cursar a faculdade de medicina. O segundo é a relevância da questão da vacina na legislação estadual, questão também tratada com importância no Rio de Janeiro, cidade na qual decretaram a vacinação obrigatória e onde ocorreu um levante popular que ficou conhecido como a Revolta da Vacina<sup>76</sup>. No Pará, em 1891, foram vacinadas

215 pessoas, sendo 53 adultos e 162 crianças. Foram inoculados 11 vitelos. No corrente ano, no decurso do semestre que hoje finda, inoculou-se vinte vitelos e vacinou-se a 1.704 pessoas, sendo 128 adultos e 1.576 crianças. Além d’essa cifra foram vacinados cerca de 600 imigrantes cearenses, que se destinavam ao interior do Estado e ao Amazonas. [...] A vacinação antivariólica, que desde muito tempo despertou serias desconfianças no espírito popular e teve de suportar fortes ataques por parte dos refratários por sistema, vai sendo entre nós geralmente aceita...[...] A obrigatoriedade da vacina existindo no Estado desde muito, acabou por tomar , em virtude da deliberação do primeiro Congresso Legislativo, o caráter de lei, recebendo assim a sua sanção (SANTOS, 1892, p. 18, 19, 20).

Ainda a respeito da vacina, Schwarcz (1993) comenta que não era suficiente debelar os surtos,

---

<sup>76</sup> “Em meados de 1904, chegava a 1.800 o número de internações devido à varíola no Hospital São Sebastião. Mesmo assim, as camadas populares rejeitavam a vacina, que consistia no líquido de pústulas de vacas doentes. Afinal, era esquisita a ideia de ser inoculado com esse líquido. E ainda corria o boato de que quem se vacinava ficava com feições bovinas. No Brasil, o uso de vacina contra a varíola foi declarado obrigatório para crianças em 1837 e para adultos em 1846. Mas essa resolução não era cumprida, até porque a produção da vacina em escala industrial no Rio só começou em 1884. Então, em junho de 1904, Oswaldo Cruz motivou o governo a enviar ao Congresso um projeto para reinstaurar a obrigatoriedade da vacinação em todo o território nacional. O povo, já tão oprimido, não aceitava ver sua casa invadida e ter que tomar uma injeção contra a vontade: ele foi às ruas da capital da República protestar. Mas a revolta não se resumiu a esse movimento popular” (FIOCRUZ, 2005, on-line). Morando no Rio de Janeiro, Lauro Sodré, senador do estado do Pará, será um dos incentivadores da revolta.

Era preciso evitar sua disseminação e impedir que a população enfraquecida e despreparada fosse vítima de moléstias oportunistas. Assim, ao lado das pesquisas em bacteriologia, dos estudos sobre patologia das moléstias tropicais, começaram a tomar força os projetos de saneamento que, escapando do terreno estrito da medicina, propõem medidas diretas de intervenção na realidade social. [...] Eram os médicos que planejavam reformas urbanas, dividiam a população entre doentes e sãos, ou administravam remédios em alta escala. É essa época das ‘grandes vacinações’, que passam a ser ministradas em nome do bem geral da nação (SCHWARCZ, 1993, p. 297, 300).

Os médicos tratavam os doentes de várias formas. Em uma delas, recomendava-se como prevenção com o uso da cânfora<sup>77</sup>. Quando os sintomas se manifestavam, tornando repulsivo o convívio com o doente, aplicavam-se diversos remédios, como água de alcatrão e tinta de mirra,

Os jesuítas sugeriam um composto com flor de papoulas vermelhas, bagas de sabugo, fezes de cavalo bem recente e bezoártico do Curvo- um preparado que continha pós de bezoar e de chifre de unicórnio, olhos de caranguejo, raízes e folhas de ouro fino, entre outras coisas. Para cicatrizes, as opções eram suco de miolo do coelho assado, pós de alvaiade e de pedrame (SOUSA, 2011, p. 241).

A medicina acreditava que a prevenção e a eliminação da doença infectocontagiosa deveriam ocorrer com o emprego dos remédios de composto natural em dose, com o uso de banhos minerais, ao se evitarem lufadas de ventos e mudanças bruscas de temperatura. A exigência do atestado médico de vacinado nas escolas primárias significava uma mudança de mentalidade das autoridades governamentais sob os fundamentos da medicina. O desenvolvimento da microbiologia<sup>78</sup>, na segunda metade do século XIX, e a criação da vacina para erradicar a doença são alguns parâmetros desta mudança.

A varíola ficou registrada na legislação educacional e proibia-se as crianças que a tivessem de frequentarem escolas e grupos escolares. Os sintomas eram

---

<sup>77</sup> É uma planta milenar, usada desde sempre pela humanidade, tendo origem no Japão e na China. As suas propriedades curativas trazem um enorme benefício para o corpo, por isso ela se tornou uma planta medicinal. Suas características são sedativas, calmante, repelente, analgésica, anti-inflamatória (BRAVIR, 2016, [on-line]).

<sup>78</sup> É o ramo da ciência que estuda os microrganismos, ou seja, os seres vivos minúsculos que só podem ser vistos pelos humanos por meio do microscópio. O termo microbiologia vem do grego *mikros*, que significa pequeno e *bio* e *logos*, “estudo da vida”. Dessa forma, essa área da Biologia pesquisa todos os aspectos dos microrganismos, como o modo de vida, fisiologia, metabolismo, além das relações com o meio ambiente e demais espécies. O químico francês Louis Pasteur (1822-1895) foi o primeiro a estudar todas essas formas de vida de maneira mais sistemática, criando os primeiros métodos preventivos de doenças, como a vacinação, a soroterapia, entre outros. Considerado o pai da microbiologia, ele ajudou a esclarecer muitas questões relacionadas ao surgimento e cura das doenças. A partir daí, a ciência continuou evoluindo, os microscópios se desenvolveram, surgiram, por exemplo, as técnicas de esterilização, de citologia e o cultivo de microrganismos (LOPES, 2018, on-line).

febre, dores nas costas e cefaleias<sup>79</sup>, os quais se agravam do sétimo ao decimo sétimo dia, e o vírus se estabelece na garganta e nas fossas nasais, quando a enfermidade assume sua forma mais violenta, começando a aparecer erupções avermelhadas, que se manifestam na garganta, boca, rosto e, depois, espalham-se pelo corpo inteiro. Com o tempo, tais lesões evoluem e transformam-se em pústulas, que provocam coceiras intensa e dor, podendo levar o paciente a infeccionar os olhos por causa do hábito de coçar (SOUSA, 2011, p. 240).

A necessidade de atestado para se matricular na instrução pública na República começou em 1890. com o decreto n. 149 de 07 de maio de 1890; não encontramos no decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, que regulamentou a Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, a obrigatoriedade de apresentação de atestado médico notificando a ausência de doenças infectocontagiosas para a matrícula dos alunos e alunas.

Acreditamos que a maioria da população paraense não foi vacinada pelo fato de naquela época não existirem postos de vacinação no Pará. Além disso, a estatística da vacinação comprova a pouca abrangência da cobertura antiviral. O relato indica que a vacinação ocorreu apenas em Belém, sendo feita dois anos após a vigência do decreto n. 149 de 07 de maio de 1890.

Os artigos 13 e 14 do Regulamento Escolar de 04 de julho de 1890 pediam aos meninos que se apresentassem à escola, no início das aulas, asseados e decentes, mas a norma não informa se este comportamento era requerido às meninas. Após se apresentarem conforme o pedido, na primeira meia hora da entrada, entre as 7 horas e 30 minutos e as 8 horas, em todas as escolas, os professores e professoras inspecionariam o asseio e verificariam o estado dos dentes, orelhas, cabelo e unhas. Os professores deveriam, depois de observados se existia ou não os cuidados dos alunos e alunas com a higiene pessoal, fazer observações morais e recomendações sobre a higiene do corpo. Não encontramos nas legislações a definição do que vinha a ser “asseado”, mas é sabido que alguns hábitos imperavam

em diversas localidades, os banhos de rio eram comuns, algumas abluções, uma regra, e a goma para diversas roupas, um dever natural. [...] o asseio dependia da água, mas podia ser assegurada sem elas. E mesmo quando o banho das crianças em bacias era um recurso comum, procurava-se temperá-lo com outros ingredientes, entre eles o vinagre e as colônias. Desse modo, seria possível molhar o corpo com segurança e eficácia. O sabão feito com cinzas para lavar roupas à margem dos rios ou em tanques coletivos e regatos também servia para limpar a pele e os cabelos (SANT’ANNA, 2011, p, 285).

---

<sup>79</sup> Dor de cabeça.

Alunos e alunas deviam se apresentar com roupas e calçados limpos, além de utilizarem roupas de ginástica. Para isto, seria necessário que cada aluno tivesse de duas a três mudas de roupas para usar durante a semana, pois, com o calor e as chuvas intermitentes da Amazônia, a secagem das roupas no inverno era difícil, daí a necessidade de ter várias peças. A maioria das famílias com filhos em idade escolar não podia prover tal enxoval, e não há registros de que o governo estadual e dos municípios fizesse distribuição de mudas de roupas para as crianças desvalidas<sup>80</sup>.

A recomendação de se apresentarem banhados e cheirosos era difícil – ou impossível – de ser seguida por alunos e alunas que moravam em condições insalubres, como as áreas de baixada ou em habitações coletivas, pois eram locais sem sistema de água encanada e tratamento do esgoto, ou seja, viviam em péssimas condições sanitárias. Por isso, é cabe questionar se, de fato, todos os alunos e alunas que não estavam aseados e decentes poderiam assistir às aulas.

---

<sup>80</sup> A leitura do romance da escritora Lindanor Celina, intitulado *A menina que vem de Itaiara*, revela as dificuldades da menina, a personagem central do romance, de vir estudar em Belém. Um dos itens que encareciam o estudo era justamente a compra do material e a confecção do enxoval para ficar no internato de meninas.

**Figura 6** - Meninos em idade escolar. Dois descansam enquanto o outro vende jasmims, possivelmente descalços



Fonte: Pará (1998, p. 19).

Um exemplo está no artigo 75 do Decreto n. 149 de 07 de maio de 1890, referente à higiene dos alunos do Liceu Paraense, que proibia aos alunos fumar, ter chapéu na cabeça no interior do edifício, além de escrever, pintar, desenhar, gravar ou sujar, danificar, estragar o edifício ou móveis e utensílios da escola<sup>81</sup>.

<sup>81</sup> Ao proibir os chapéus, o regulamento pretende criar uma uniformidade de trajes que os alunos e alunas deveriam ter para serem reconhecidos como alunos, sem que chapéus os identificassem como pertencendo a determinado grupo diferenciado, como significam os bonés hoje utilizados por adolescentes. Interessante sobre questão da “pichação” do ambiente escolar é a constatação de que o fato já acontecia antes de sua proibição na república, portanto, ocorria no período. O traje é elemento da cultura material escolar, bem como o não uso constitui a marca da sua transgressão e hoje a pichação se acha presente. Não podemos afirmar que a “pichação” se manteve nos prédios escolares até hoje. Que o fenômeno é presente hoje, não se tem como negar, e cremos que o debate sobre a diferença entre pichação e grafiteagem deve acontecer para que a escola seja um espaço de livre expressão artística. Quando uma escola está situada num bairro violento e sem espaços de convivência saudável para os jovens, a raiva é descontada pelos transgressores nos aparelhos do estado. São pichações que vão enfeiar a escola, a instituição que é vista pelos jovens como um aparelho de domesticar e educar a juventude.

### 3.3 Professores

Sobre os requisitos necessários à atividade, as legislações de 1890 a 1899 exigem, como uma das condições para se inscrever no concurso público e para exercê-la, apresentar atestado médico comprovando que não possuía doenças ou moléstias crônicas, contagiosas, repulsivas, ou que impedissem o exercício do magistério. Isto significa dizer que os candidatos e candidatas deveriam ser saudáveis para ensinar, de forma a não transmitir doenças aos alunos e alunas.

Supomos que a condição de apresentar atestado médico era mais fácil de ser cumprida na capital do estado, pois nos municípios, nas vilas e povoações ainda distantes das sedes, ou mesmo em localidades só acessíveis por meio de viagens medidas em dias de viagem, os docentes teriam dificuldades para consultar um médico que lhes fornecesse o documento.

Por isso, achamos muito provável que existissem localidades do estado onde não havia médicos para atestar a saúde dos candidatos e candidatas. Por outro lado, existia na legislação a possibilidade de o governador nomear pessoas que não fizeram concurso para o cargo de professor e professora, caso no qual o regimento é omissivo em relação à exigência do atestado.

Quando foi feita a primeira reforma da instrução primária em 1890, seis meses após a proclamação da República, existiam no quadro da Diretoria Geral de Instrução Pública 96 professoras normalistas e 64 professores normalistas, ou seja, aqueles que possuíam alguma formação para exercer o cargo. Por outro lado, a quantidade de professores e professoras elementares classificados como sem exame de suficiência em exercício no magistério era expressiva<sup>82</sup> – eram 106 homens e 14 mulheres exercendo o magistério.

Os regulamentos das reformas do ensino primário entre os anos de 1890 e 1899 estabeleciam os direitos e deveres dos professores e professoras. Em destes, segundo o Decreto n. 149, era de, ao apresentarem-se às aulas, estarem vestidos decentemente, limpos e asseados. Entretanto, não encontramos documentos nos fundos da área da Educação do APEP que definissem o que era estar “vestido decentemente”. Porém, temos a indicação de que

No final do século, as armações das saias femininas se deslocaram para trás, criando as sugestivas “anquinhas”. Aquele modelo rodado ao extremo foi deixado de lado. Os espartilhos tornavam a cintura feminina cada vez mais fina. O gosto pelos chapéus continuou. [...]. A silhueta se simplificou e as roupas tornaram-se mais práticas. Os homens também abandonaram as calças e casacas escuras, passando a adotar tecidos mais leves e de cores

---

<sup>82</sup> A relação com o nome completo e as localidades atendidas por estes professores se encontra entre as páginas 195 a 205, do Relatório apresentado por José Verissimo ao governador Justo Chermont.

claras (principalmente o linho); a cartola foi substituída pelo charmoso chapéu-panamá, de palha clara, enfeitado. [...] As armações desapareceram, as saias encurtaram e o decote voltou a moda. [...] Botinhas cobriam os pés e tornozelos. Luvas e chapéus eram indispensáveis para todas as classes sociais (RASPANTI, 2011, p, 220, 221).

Em relação à limpeza e ao asseio, a partir do relato de uma estrangeira, podemos inferir que não eram muito eficazes, pois

quando a educadora alemã Ina von Binzer chegou, em 1882, ficou impressionada com o pescoço e as orelhas imundas dos brasileiros. Para essa breve limpeza, eram usados jarros e bacias em prata ou pó de pedra. Sim, pois nossos antepassados tinham medo do banho. Em seu lugar, o hábito de “limpar a seco”, com um pano úmido, estava disseminado em todas as classes sociais. Para o asseio, usavam-se receitas transmitidas pela tradição oral: o sabão feito com cinzas, por exemplo, lavava os cabelos. O uso do vinagre afastava moscas e evitava mau cheiro. Carvão e álcool clareavam os dentes. Banhos de assento com folhas medicinais resolviam problemas uterinos (DEL PRIORE, 2016, p, 194).

Outra proibição reservada a professores e professoras referia-se ao ato de fumar, cuja razão não sabemos, embora fosse bastante comum, pois naquela época os agricultores cultivavam nos seus quintais a planta do fumo, e este era enrolado e vendido nas feiras.

Outro aspecto importante que deveria ser observado nas aulas era a recomendação para que os professores corrigissem a postura dos alunos e alunas, tanto em pé quanto sentado. Quando sentados, deveriam ser instruídos pelos professores e professoras quanto à forma de segurar o lápis, a caneta tinteiro e o papel para poderem escrever, fazer contas, desenhar e outras atividades correlatas.

Ao lado das várias recomendações, era exigido também que as casas tivessem mobília e que estas fossem fixadas no chão de forma higiênica. Quando estivessem escrevendo nas carteiras, os alunos e alunas deveriam receber a luz do sol pelo lado esquerdo. No texto do Decreto n. 625 de 1889, o governo determinava que, entre as obrigações dos professores e professoras, estava a de identificar crianças que apresentassem sintomas da varíola. Assim que fossem identificados, era dever do professor fazer vacinar aquelas que não tivessem sido vacinadas em um prazo de trinta (30) dias.

### **3.4 Estrutura das escolas**

Os dispositivos legais podem ser agrupados em dois tipos de recomendações. Um é referente ao prédio onde ocorriam as aulas. O outro diz respeito ao mobiliário e apetrechos necessários para que a casa-escola funcionasse a contento. No primeiro caso, recomendava-se

a limpeza e a conservação do asseio da casa-escola, sendo necessário que as salas de aula fossem caiadas<sup>83</sup>, espanadas<sup>84</sup> e varridas. A limpeza deveria acontecer antes e depois das aulas.

Também era recomendado lavar com água corrente a sala de aula, ao menos uma vez por mês. As janelas deveriam ficar abertas enquanto os alunos e alunas estivessem presentes, para que a luz do sol pudesse banhar o recinto. As casas deveriam ter latrinas<sup>85</sup>, lavatório<sup>86</sup> e água de beber para que os alunos e alunas pudessem saciar a sede.

Numa época em que o sistema de esgotos ainda não existia, o que fazer com os dejetos e águas sujas- ou águas servidas” -, produzidos diariamente pela população? Nas cercanias das cidades e em locais onde existiam grandes terrenos, era fácil abrir buracos para servir de fossas, mas também se atirava de tudo diretamente nos rios e mangues [...]. Nos centros urbanos, porém, era mais complicado livrar-se dos dejetos. Para os médicos higienistas. O vai e vem dos barris de dejetos pelas ruas aumentava o perigo dos miasmas – como eram chamadas as supostas emanações que viajavam pelo ar, na época, consideradas responsáveis por moléstias, como os surtos de ‘febres malignosas’, sarampo, varíola, disenterias, lepra, sarnas, oftalmias e tantas outras doenças [...] (DEL PRIORE, 2016, p, 189, 190).

A respeito da água de beber que deveria ser oferecida aos alunos e alunas, esta

era armazenada em barris, bilhas ou potes de barro, acondicionados em lugares cobertos e arejados, o que mantinha a água fresca. Colocados sobre estantes, onde o ar as ventilava, tais bilhas mantinham o líquido quase gelado [...]. Que gosto tinha as águas que se bebia? Em rios e bicas, podiam ser férreas, terrosas, ácidas, doces, salobras, pesadas, leves, agradáveis ou intoleráveis ao paladar (DEL PRIORE, 2016, p, 183, 184).

Em relação ao local das atividades recreativas dos alunos e alunas, era recomendado que fosse um lugar seco e arejado onde se pudesse praticar jogos e brincar ao ar livre.

Em razão de as recomendações dispostas na legislação serem pertinentes, cremos que, se fossem efetivadas, as casas escolas funcionariam a contento dentro das normas higienistas recomendadas. Todavia, não foi o que aconteceu, pois as atividades escolares continuaram a acontecer nas casas escolas, tal como funcionavam no período anterior, pois não há indícios

---

<sup>83</sup> Revestido de cal, coberto com uma substância branca. Que se branqueou com cosméticos; branqueado: rosto caiado. [Figurado]. Que usa de disfarces ou se apresenta com outra aparência; disfarçado, dissimulado (CAIADO, [2020], on-line).

<sup>84</sup> Limpar alguma coisa com espanador, para tirar o pó; espanear (ESPANAR, [2020], on-line).

<sup>85</sup> Lugar reservado para dejeções, excremento, urina ou fezes. Vaso Sanitário ou privada; peça de louça em que se pode evacuar. Casinha; compartimento em que se coloca o encanamento próprio, o vaso sanitário e as instalações necessárias que levam os dejetos ao esgoto (LATRINA, [2020], on-line).

<sup>86</sup> Recipiente de ferro ou louça próprio para lavar o rosto e as mãos. Dependência onde se instala lavatório (LAVATÓRIO, [2020], on-line).

de que, após 1890 até 1899, as casas escolas situadas tanto na capital quanto no interior do estado tivessem se adequado às recomendações solicitadas pelos regulamentos. Isso, porque foi somente em 1899 que se iniciou a construção de imóveis com especificações adequadas para funcionamento como escolas, os chamados Grupos Escolares.

### **3.5 A organização do ensino**

Entre os deveres dos inspetores escolares, constava o de inspecionar as escolas para atestar se possuíam as condições higiênicas de funcionamento. Entretanto, o relatório de Verissimo é omissivo em relação a esse aspecto, tanto em relação aos prédios que abrigavam as escolas públicas quanto aos das escolas particulares, em que pese o próprio governador Lauro Sodré ter-se manifestado sobre o quanto

é vantajoso essa providencia de inspeção escolar, que é o mesmo que por ao pé do professor o vigia sempre pronto a chama-lo a cumprimento dos seus deveres, o quanto o interprete do regulamento, o fiscal e ao mesmo tempo o auxiliar do mestre, que dele ouça observações reclusas a bem do ensino. Mas, dada a extensão de nosso território, onde por mais numeroso que pareçam as escolas figuram ainda raras para a população tão disseminada, há de ser sempre impossível organizar, como ele deve ser, um bom serviço de inspeção escolar (PARÁ, 1896, p. 44).

Os inspetores eram a ponta de lança da observação direta do governo e do diretor geral da instrução para saber se as escolas estavam funcionando e se cumpriam com as obrigações curriculares. No entanto, como outros aspectos da gestão, a inspeção também não era realizada a contento. A distância entre as escolas era grande, o que dificultava o acesso principalmente no inverno, quando chovia muito, rios transbordavam e as estradas ficavam intratáveis.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objetivo geral, procuramos nesta dissertação elaborar uma narrativa da implantação do higienismo na instrução primária entre 1890 e 1900 no estado do Pará, que foi pensado pelo governo republicano como instrumento para auxiliar na construção de uma nova ordem social, surgida com a República de 1889. A delimitação do tempo permitiu a investigação das ações dos governos republicanos estaduais de Justo Chermont, Lauro Sodré e Paes de Carvalho, considerando que os marcos normativos vigentes autorizavam os governadores a legislarem a respeito da instrução pública.

Como objetivo específico, buscamos descrever qual foi a intervenção do governo sobre os corpos dos alunos e alunas, sobre os professores e professoras e, por fim, no local onde realizava-se a atividade de aprendizagem, algo que se deu através do levantamento e descrição das leis e regulamentos que regiam a instrução pública primária no período estudado. Os preceitos e práticas higienistas contidos na legislação vigente à época delinearão o cotidiano das escolas primárias. O estudo permitiu elaborar um panorama da situação econômica, política, urbana e sanitária do Pará e da cidade de Belém entre os anos de 1890 a 1900.

As dificuldades encontradas para a conclusão da pesquisa foram diversas, dentre as quais destacamos duas. A primeira é a inexistência de documentação referente às escolas primárias no APEP, na BPAV e na SEDUC. A documentação das escolas primárias nestas entidades desde 1840 até o presente não foi arquivada e organizada de forma a ser utilizada para pesquisas. A segunda é que não foi encontrada na documentação do Fundo da Diretoria Geral de Instrução Pública nenhuma informação referente ao conteúdo da disciplina higienista. A ausência desta documentação representa uma barreira para o conhecimento sobre o ensino do higienismo.

Por fim, a pesquisa realizada possibilita fazer interrogações sobre o trabalho consubstanciado nas normas, preceitos e práticas higienistas dos governos republicanos. Entre as diversas questões, uma é: a implantação do higienismo nas escolas primárias auxiliou na construção de uma nova ordem, como desejavam os republicanos? A resposta é não. Então, o que ocorreu para que o higienismo na instrução primária não ajudasse na sua área de abrangência, na construção de uma nova ordem? O que se verificou foi que o modelo de escola primária planejado pelo governo republicano não considerou as características e peculiaridades do modo de vida à época.

Em primeiro lugar, a abrangência da instrução primária mostrou-se restrita. Os alunos e alunas não frequentavam as escolas no período estipulado, pois necessitavam trabalhar com a família e obter o sustento nas roças, na coleta da borracha e na cidade em atividades diversas. O exercício de atividades econômicas desde a mais tenra idade impedia os alunos e alunas de frequentarem as aulas; os que conseguiam frequentar representavam menos de 10 % da população em idade escolar.

Em segundo lugar, os preceitos do higienismo definidos na legislação requeriam, para serem cumpridos, espaço físico adequado às atividades nas escolas, enquanto os prédios utilizados para o ensino, em sua maioria alugados, não ofereciam a estrutura necessária. Ainda foi verificada a inadequação na formação do corpo docente das escolas primárias, que não foi devidamente capacitado para o ensino e a aplicação prática da do higienismo.

Constatamos, por fim, que as mudanças registradas na legislação, embora representativas da nova ordem idealizada pelos republicanos, não se refletiram em modificações expressivas na estrutura da instrução primária, havendo um grande distanciamento entre o disposto nas leis e nos regulamentos e a aplicação efetiva dos preceitos do higienismo nas escolas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. Relações entre educação, higienismo, moral e patriotismo na I Conferência Nacional de Educação (1927). **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 12, n. 45, p. 62-77, 2012.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500- 1889)**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000.
- AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- ARAUJO, Sonia Maria da Silva; SOUSA, Marlucy do Socorro Aragão. José Veríssimo e o projeto de educação nacional sobre influência do Higienismo. **Revista História Actual Online**, Volgrano, v. 39, n. 1, p. 105-114. fev. 2016.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROSO, Wilson da Costa. **Educação e Cidadania no republicanismo paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889-1897**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. São Paulo: ITATIAIA; EDUSP. 1979.
- BELTRÃO, Jane Felipe. Belém de outrora, em tempo de cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores. **Anais do Arquivo Público do Estado do Pará**, Belém, v. 3, t. 1, p. 215-241, 1997.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Ricardo. **O Pará republicano**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- CARVALHO, José Murilo. **Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: DIFEL, 2002.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- COSTA, Mayco Bruno Cruz; MENEZES NETO, Geraldo Magella de. Livros escolares e provas de “portuguez”: formação civilizadora na instrução pública do Pará (1898-1912). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 5, n. 15, p. 69-90, jul. 2016.

- CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.
- DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- DEL PRIORE, Mary. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: ed. UNESP, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. **História da gente brasileira: volume 2: Império**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Sousa Avelino de. **José Verissimo (1857 - 1916) e a educação brasileira republicana: raízes da renovação escolar conservadora**. 2004. 173 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Sousa Avelino de. A implantação dos grupos escolares no estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. Anais... Belo Horizonte: SBHE, 2013.
- FRANÇA, Ney Ferreira. **História da educação física no ensino primário no Estado do Pará (1889-1900)**. 2012, 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.
- GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1991.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Educação física, ciência e saúde: notas sobre o acervo do Centro de Memória do Esporte. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 527-525, jun. 2010.
- GÓIS JR, Edivaldo. “Movimento higienista” na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **Conscientiae Saúde**, São Paulo, v. 1, p. 47-52, 2002.
- GÓIS JR, Edivaldo; LAVISOLO, Hugo Rodolfo. Descontinuidades e continuidade do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, 41-54, set. 2003.
- GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da monarquia**. escravos, operários e abolicionismo na Corte. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- LOPES, Mário Allan da Silva. **Vitrine da república: a educação das crianças no 5º grupo escolar “Barão do Rio Branco” em Belém-Pa (1900-1912)**. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.
- MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2006.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MARX, Karl. Sobre a Educação. In: MUSTO, Marcelo (Org.). **Trabalhadores Uni-vos!** Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 223-231.
- MEIRA, Octávio. **A Primeira República no Pará**. Belém: Falangola, 1981.
- MILAGRES, Pedro; SILVA, Carolina Fernandes da; KOWALSKI, Marizabel. O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 160-176, jul. 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-30.
- MORAES JUNIOR, Laerthe de; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 427-451, 2012.
- MORAES, Felipe Tavares de. **A educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção política-educacional republicana**. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NERY, Vitor de Souza Cunha. **Instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX**. 2015. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.
- PARÁ. **A Educação no Pará**: Documentário. Belém: Seduc, 1987.
- PARÁ. **Belém da Saudade**: A memória de Belém do início do século em cartões postais. 2. ed. Belém: SECULT, 1998.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, jan. 1999.
- RASPANTI, Marcia Pinna. Vestindo o corpo: breve história da indumentaria e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império. In: AMARANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: ed. UNESP, 2011. p. 185-222
- RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 7. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2018.
- RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. 2004. 456 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil. **Historia de la Educación**, v. 28, p. 109-134, 2009.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo. **Pro-Posições**, v. 22, n. 2, p. 151-172, 2011.
- ROQUETTE, José Ignacio. **Código do Bom Tom, ou, Regras da civilidade e do bem viver no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: AMARANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: ed. UNESP, 2011. p. 238- 314.

SANTOS, Darlene da Silva Monteiro dos. **A arte de civilizar: a educação cívico-patriótica na revista A Escola e na Revista do Ensino no Pará Republicano (1900-1912)**. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Elis Priscila Aguiar. **Educação Física no ensino público primário no Pará (1890-1930): prescrições e práticas**. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Pará, Belém, 2015.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física. raízes europeias e Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da educação no corpo**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUSA, Jorge Prata. A cólera, a tuberculose e a varíola: as doenças e seus corpos. In: AMARANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: ed. UNESP, 2011. p. 223-250.

SOUSA, Marlucy do Socorro Aragão. **O mobiliário escolar na Instrução pública primária do Pará na primeira República: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”**. 2019. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUSA, Marlucy do Socorro Aragão; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. José Veríssimo e o projeto de educação nacional sobre a influência do higienismo. **História Actual Online**, Volgrano, n. 39, p. 105-114, 2016.

VALENTIM, Renata Patrícia Forain de; PEREIRA, Barbara Albuquerque; LEITE, Rafael Felipe Pires. A Psicologia nos programas da Escola Normal do Distrito Federal e sua adesão aos projetos higiênicos da Primeira República brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 16, n. 1, p. 133-154, 2016.

VERÍSSIMO, José. As populações mestiças e indígenas da Amazônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1887b.

VERÍSSIMO, José. **Notícia geral sobre o Colégio Americano**. Pará: Colégio Americano, 1887a.

VERÍSSIMO, José. **Scenas da Vida Amazônica**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira. A assistência à infância pobre. **Holos**, Natal, v. 5, p. 13-21, set. 2016.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira. A infância pobre e sua assistência no século XX. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 76, p. 99-110, 2018.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993.

### Referências legislativas e documentos oficiais

PARÁ. Regulamento S/N, de 9 de abril de 1860. Coleções das **Leis e dos Atos do Governo Provinciais do Pará**. Tomo XXXI. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1860.

PARÁ. Portaria S/N, de 29 de abril de 1871. Coleções das **Leis e dos Atos do Governo Provinciais do Pará**. Tomo XXXIII. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1871.

PARÁ. **Código de Posturas da Câmara Municipal de Belém**. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1883.

PARÁ. Ofício 95, de 05 de agosto de 1887. In: PARÁ. **Atos do Governo da Província do Grão-Pará**. Tomo XLIX. Belém: Typ de A. Frutuoso da Costa, 1887.

PARÁ. Regulamento Escolar Programas, Horário e Instruções Pedagógicas para as Escolas Públicas do Pará. Belém: Imprensa Tavares Cardoso, 1890a.

PARÁ. Relatório apresentado ao Governador Justo Chermont por José Verissimo, diretor geral da Instrução Pública. In: PARÁ. **A instrução pública no estado do Pará em 1890**. Belém: Imprensa Tavares Cardoso, 1890b.

PARÁ. Relatório com que o Capitão-Temente Duarte Huet Barcellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo ano. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891a.

PARÁ. Decreto nº 372 de 13 de julho de 1891. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891b.

1891c. PARÁ. Decreto nº 409 de 24 de setembro de 1891. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891c.

PARÁ. Portaria S/N de 26 de dezembro de 1891. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1891d.

PARÁ. Portaria S/N de 28 de setembro de 1892. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1892a.

PARÁ. Decreto S/N de 17 de outubro de 1892. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1892b.

PARÁ. Decreto nº 149 de 07 de maio de 1890. In: PARÁ. **Atos do Governo Provisório do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893a.

PARÁ. Decreto nº 165 de 23 de julho de 1890. In: PARÁ. **Atos do Governo Provisório do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893b.

PARÁ. Portaria S/N de 3 de janeiro de 1891. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893c.

PARÁ. **Mensagem de Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 01 de fevereiro de 1896**. Belém: Typ do Diário Oficial, 1896.

PARÁ. Decreto nº. 403 de 18 de janeiro de 1897. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1897.

PARÁ. Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899. In: PARÁ. **Atos e Decisões do Governo do Estado**. Belém: Imprensa Oficial, 1899.

PARÁ. Lei S/N de 14 de junho de 1895. In: PARÁ. **Coleção das Leis Estaduais do Pará (1891-1900)**. Leis não sancionadas. Belém: Typ. Da Imprensa Oficial, 1900a. p. 331.

PARÁ. Lei n.436 de 23 de maio de 1896. In: PARÁ. **Coleção das Leis Estaduais do Pará (1891-1900)**. Belém: Typ. Da Imprensa Oficial, 1900b.

PARÁ. **Constituições do Estado do Pará 1891**. Belém: Alepa; Cejup, 1991.

SANTOS, Cypriano. **Relatório apresentado ao Governador do Estado do Pará, Lauro Sodré em 30 de junho de 1892 por Cypriano Santos, Inspector da Hygiene do Estado**. Belém: Diário Oficial, 1892.

#### **Demais legislações consultadas**

PARÁ. **Decreto n. 29, de 4 de fevereiro de 1890**. [S. l.: s. n.], 1890.

PARÁ. **Mensagem de Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 30 de outubro de 1891**. Belém: Typ do Diário Oficial, 1891.

PARÁ. **Mensagem de Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 01 de julho de 1892**. Belém: Typ do Diário Oficial, 1892.

PARÁ. **Mensagem de Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 01 de fevereiro de 1893**. Belém: Typ do Diário Oficial, 1893.

PARÁ. **Mensagem de Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 07 de abril de 1894**. Belém: Typ do Diário Oficial, 1894.

PARÁ. **Mensagem de Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 07 de abril de 1895**. Belém: Typ do Diário Oficial, 1895.

PARÁ. **Mensagem de Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 01 de fevereiro de 1897**. Belém: Typ do Diário Oficial, 1897.

## Referências webgráficas

- ALENQUER (Cidade). Conheça Alenquer. **Prefeitura de Alenquer**, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y3e57pek>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BASEFITNESS. Calistenia: desvende o que é e como iniciar. **Basefitness**, [on-line], 12 mar. 2018. Disponível em: <tinyurl.com/y4wl2wef>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- BELÉM. Revisão do Plano Diretor do Município de Belém. **Prefeitura de Belém**, [on-line], 2010. Disponível em: <tinyurl.com/y642wx2a>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- BEZERRA, Juliana. Lei do Ventre Livre. **Toda Matéria**, [on-line], 4 dez. 2018. Disponível em: <tinyurl.com/yxt2anrt>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BRASIL ESCOLA. Charles Darwin. **Brasil Escola**, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y4lx2hok>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Difteria. **Ministério da Saúde**, [on-line], [2020c]. Disponível em: <tinyurl.com/y4ntg9x7>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças Infectocontagiosas é tema de nova oferta UNA-SUS. **Ministério da Saúde**, [on-line], 27 mar. 2019. Disponível em: <tinyurl.com/y2swyg63>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Febre amarela: sintomas, transmissão e prevenção. **Ministério da Saúde**, [on-line], [2020a]. Disponível em: <tinyurl.com/y3xv2vf6>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Sarampo. **Ministério da Saúde**, [on-line], [2020b]. Disponível em: <tinyurl.com/y5rtpkjr>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- BRAVIR. 7 benefícios da cânfora. **Bravir**, [on-line], 26 dez. 2016. Disponível em: <tinyurl.com/yxq45wvm>. Acesso em: 20 set. 2020.
- CAFUZO. In: DICIONÁRIO online de Língua Portuguesa, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/yxwgzbn>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- CAIADO. In: DICIONÁRIO online de Língua Portuguesa, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y4moyurc>. Acesso em: 14 maio 2020.
- CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 55 n. 1, jan./mar. 2003. Disponível em: <tinyurl.com/y5h2waz4>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- CARNEIRO, Jeso. Há 157 anos, nascia Fulgêncio Simões. **Jeso Carneiro**, [on-line], 23 jul. 2013. Disponível em: <tinyurl.com/y4x2rl6s>. Acesso em: 20 set. 2020.
- CLOACA. In: DICIONÁRIO online de Língua Portuguesa, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/yygu237t>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- COUTO, Vanessa Rodrigues. Rugby. **InfoEscola**, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y5qa66r8>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- CURIBOCA. In: DICIONÁRIO informal, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y2rg65ze>. Acesso em: 20 set. 2020.
- E-BIOGRAFIA. Charles Darwin. **E-Biografia**, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y4bofrep>. Acesso em: 14 ago. 2020.

ESPANAR. In: DICIONÁRIO online de Língua Portuguesa, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/yxjk4pkx>. Acesso em: 19 abr. 2020.

EUGENIA. In: SIGNIFICADOS, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y652khu8>. Acesso em: 14 set. 2020.

FIOCRUZ. A Revolta da Vacina. **Fiocruz**, [on-line], 25 abr. 2005. Disponível em: <tinyurl.com/y2l77tyl>. Acesso em: 3 maio 2020. LATRINA. In: DICIONÁRIO online de Língua Portuguesa, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y4z289tz>. Acesso em: 25 jul. 2020.

LAVATÓRIO. In: DICIONÁRIO online de Língua Portuguesa, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y68qvm3o>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LOPES, Adriana. Microbiologia. **Educa Mais**, [on-line], 27 nov. 2018. Disponível em: <tinyurl.com/y2vubu4c>. Acesso em: 25 maio 2020.

MULATO. In: DICIONÁRIO online de Língua Portuguesa, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y2z29cwg>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. História. **MPEG**, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y5989lhj>. Acesso em: 10 jun. 2020.

O LIBERAL. Praça Batista Campos. **O Liberal.com**, [on-line], 5 jan. 2020. Disponível em: <tinyurl.com/y5w6qc52>. Acesso em: 24 out. 2020.

SALUBRE. In: AULETE digital, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/yypydm7j>. Acesso em: 7 set. 2020.

SÓ BIOLOGIA. Fósseis. **Só Biologia**, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/ybh5nvre>. Acesso em: 2 set. 2020.

TODA MATÉRIA. Água Potável. **Toda Matéria**, [on-line], 20 set. 2019. Disponível em: <tinyurl.com/yxbtd8ut>. Acesso em: 15 ago. 2020.

VER-BELÉM. Praça Batista Campos. **Ver-Belém**, [on-line], [2020]. Disponível em: <tinyurl.com/y5mx4pn9>. Acesso em: 20 set. 2020

### Referências hemerográficas

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 10 ago. 1876.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 18 abr. 1877.

REVISTA DA EDUCAÇÃO E ENSINO, Belém, v. III, n. 6, jun. 1893. p. 94.

REVISTA DA EDUCAÇÃO E ENSINO, Belém, v. III, n. 7, jul. 1893. p. 107